

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



**A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DE MULHERES NEGRAS –
CLASSE, GÊNERO E COR COMO AGENTES [TRANS]FORMADORES**

Luana Stephanie Aparecida Gomes Costa

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Área de Especialidade em Desenvolvimento Social e Cultural

Dissertação orientada pela Professora Doutora Carmen Cavaco

2022

*“Tamo no palco, nas rua, nas festa, no estúdio
Desenvolvendo trampo dedicado ao sonho em ação
Quero meu povo no topo, paz pro meu corpo
Quero sorriso no rosto e essas mina ganhando o mundão”*

Pineapple StormTv – Poetisas no Topo

Resumo

Através da formação experiencial os indivíduos aprendem, assimilam e [re]produzem práticas de acordo com as suas vivências, experiências e saberes. O processo de formação experiencial é natural, contínuo e intergeracional e, ao mesmo tempo, fortemente demarcado cultural e politicamente. Partindo desse pressuposto, a investigação visa compreender os processos de formação experiencial de mulheres negras, numa sociedade caracterizada por desigualdades de gênero, de cor de pele e de classe social. As esferas do gênero, cor e classe estabelecem relações entre si e mostram-nos profundos emaranhados de formação e de reprodução, individuais e coletivos. Nesse sentido, a questão orientadora da pesquisa é a seguinte: Como se aprende a ser mulher negra, numa sociedade caracterizada por desigualdades de gênero, de cor de pele e de classe social? Realizou-se uma investigação biográfica para aceder a narrativas de mulheres negras, a fim de refletirmos sobre formação, violência, exclusão, luta, resistência e emancipação, a partir das suas experiências e relatos. As narrativas revelam que estas percebem de fato uma divergência em suas vivências se comparadas a mulheres brancas e também a homens brancos e negros. De diferentes formas, estas partilham episódios e exemplos variados nos quais a cor e/ou gênero e/ou classe tiveram um peso incisivo na maneira como essas experiências afetaram a sua vida. Ainda que sendo de gerações diferentes, é nítido que a maneira como as entrevistadas entendem e analisam seus trajetos pessoais de formação e socialização é carregada de peculiaridades relativas à intersecção classe, gênero e cor. Isso confere às mesmas um processo formativo específico e distinto de outros grupos sociais. A partir do que se constrói no processo investigativo – e até mesmo o que o motiva – várias questões surgem quando se pensa no que essas mulheres contam sobre suas histórias de vida e suas experiências enquanto corpos negros. O que é ser uma mulher negra? Como isso influencia na existência e experiência social, política e cultural – individual e coletiva - diariamente? Através da escuta ativa e de uma análise cuidadosa que perpassa pelos princípios e objetivos da entrevista biográfica embasada numa perspectiva humanista e de trabalho conjunto, se dá a construção desse presente escrito que busca trazer uma análise do mundo sob olhares negros femininos.

Palavras-chave: Mulheres; Feminismo Negro; Cor; Gênero; Emancipação; Formação Experiencial.

Abstract

Through experiential training, individuals learn, assimilate and [re]produce practices according to their experiences, experiences and knowledge. The process of experiential formation is natural, continuous and intergenerational and, at the same time, strongly demarcated culturally and politically. Based on this assumption, the investigation aims to understand the processes of experiential formation of black women, in a society characterized by inequalities of gender, skin color and social class. The spheres of gender, color and class establish relationships with each other and show us deep tangles of formation and reproduction, individual and collective. In this sense, the guiding question of the research is the following: How do you learn to be a black woman, in a society characterized by inequalities of gender, skin color and social class? A biographical investigation was carried out to access the narratives of black women, in order to reflect on formation, violence, exclusion, struggle, resistance and emancipation, based on their experiences and reports. The narratives reveal that they actually perceive a divergence in their experiences compared to white women and also to white and black men. In different ways, they share varied episodes and examples in which color and/or gender and/or class had an incisive role in the way these experiences affected their lives. Despite being from different generations, it is clear that the way the interviewees understand and analyze their personal paths of formation and socialization is loaded with peculiarities related to the intersection of class, gender and color. This gives them a specific formative process that is distinct from other social groups. From what is built in the investigative process – and even what motivates it – several questions arise when thinking about what these women tell about their life stories and their experiences as black bodies. What is it to be a black woman? How does this influence social, political and cultural existence and experience – individual and collective – on a daily basis? Through active listening and a careful analysis that permeates the principles and objectives of the biographical interview based on a humanistic perspective and joint work, the construction of this present writing takes place, which seeks to bring an analysis of the world under black female eyes.

Keywords: Women; Black Feminism; Color; Genre; Emancipation; Experiential Training.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho significa tanto para mim e para a comunidade negra que meu primeiro agradecimento vai para todos aqueles que vivem, viveram e morreram para que eu estivesse aqui hoje ocupando esse lugar de privilégio enquanto acadêmica em uma universidade em Portugal. Para muitos isso pode parecer pouco, mas do lugar de onde eu venho isso significa um feito muito grande. Tenho certeza que meus e minhas ancestrais estão orgulhosos e caminham lado a lado comigo nessa jornada – que ganha um capítulo marcante aqui. Esse trabalho é uma homenagem e celebração que presto a vocês e a tudo que significam para mim.

Sendo uma mulher de fé cristã, expresso aqui minha gratidão a Deus por ter me ajudado a encontrar as pessoas e as oportunidades que me trouxeram até este lugar. Acredito que há nisso tudo um bocado de “mérito meu”, porém compreendo que só pude chegar tão longe – entretanto, ainda não aonde sei que posso – com a minha fé e esperança, e mais ainda, com a misericórdia e amor Dele que me impulsionam a buscar o melhor de mim e dos outros, todos os dias, mesmo que eu não me sinta preparada, boa ou digna o suficiente. Acredito que há dias bons e há dias maus, mas que Deus está em todos e por isso eu fui capaz de suportar todos os altos e baixos da minha história dentro e fora da academia.

Agradeço também a todas as mulheres que passaram pela minha vida ou que de alguma forma, ainda que distantes, fizeram-se presentes no meu caminho. Colegas da escola, amigas que colecionei na igreja e até mesmo aquelas que vieram a se aproximar de mim depois que cheguei a Portugal ou ainda tantas escritoras e figuras da mídia e internet. Nossa sororidade e apoio mútuo me salvaram e ainda me salvam diariamente; o exemplo de vocês me ajuda a suportar os dias maus e a entender que sempre há um caminho, mesmo que eu não consiga ver para além dos obstáculos que se erguem na minha trajetória.

Enquanto imigrante tenho um apreço especial por todos aqueles que lá do Brasil me apoiaram e ainda o fazem, como também por todos que me deram colo desde que cheguei a Portugal. Inúmeros foram os dias e noites pensando em voltar para casa, para o aconchego do meu lar, para perto dos meus. Imigrar tem dessas coisas, não é? Mas por algum motivo – vocês! – eu me firmei aqui e sigo fortalecendo nossas raízes de amizade, respeito e apoio mútuos. Sendo muitos de vocês também imigrantes, só nós sabemos como é bom e

imprescindível termo-nos uns aos outros nesse lugar tão estranho e comum ao mesmo tempo no qual estamos.

Aos familiares, amigos e pessoas da minha vida que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui, torcem ou oram por mim, um “obrigada” gigante. Esse apoio sem sombra de dúvidas tem guiado e fortalecido a minha jornada. Mesmo que eu não expresse diariamente a minha gratidão, ou ainda que vocês não me falem constantemente, há aqui uma relação de carinho e muita alegria por tê-los em minha vida ainda que de maneira distante.

Agradeço a todas as mulheres que se disponibilizaram a participar deste ensaio de forma tão entregue e verdadeira. Vocês contribuíram – e ainda contribuem – em muito para a minha formação, e eu não poderia estar mais feliz por ter tido a vossa ajuda para escrever esse trabalho que foi algo tão íntimo e pessoal na minha vida. As marcas que deixaram em minha vida, agora podem ser visíveis para tantas outras pessoas! Isso é algo do qual se orgulhar, e eu definitivamente tenho muito orgulho de vocês. De mim. De nós.

Aos meus irmãos agradeço por serem quem são, me motivando a não parar e a contornar todos os desafios possíveis. Eu tento tanto de alguma maneira ser um modelo para vocês, alguém imperfeito para o qual possam olhar e também sentirem que há alternativas para além do que aparenta a superfície da nossa realidade socioeconômica e racial. Espero que um dia eu consiga ser esse alguém para vocês. E mais do que isso, que vocês sejam alguém para si mesmos.

Em meio a um mundo cheio de pessoas carentes de algo, o meu último agradecimento de hoje vai para a educação e o [auto]conhecimento que me ajudaram a encontrar o meu caminho e minha identidade para tentar inspirar os outros e dar-lhes algo que seja capaz de proporcionar alguma alegria, motivação ou conforto. Por vezes o presente e o futuro parecem nublados, difíceis, impossíveis de serem vividos; mas se apesar e antes de tudo, só temos o nosso hoje. Vamos trabalhar duro para enxergar e projetar nele a melhor versão de nós mesmos. Com alguma sorte teremos um amanhã para não nos arrependermos de ter tentado mais um pouquinho hoje.

AGRADECIMENTO ESPECIAL A MINHA AVÓ/MÃE MARIA ROSA

Em 1993 nascia eu, filha de pais jovens que não planejaram a minha vinda ao mundo. Eles não ficaram juntos e eu morei inicialmente com a minha mãe que, marinheira de primeira viagem, não estava pronta para assumir tamanha responsabilidade. No meio disso surge a minha avó, dona Rosa, que mesmo tendo já quatro filhos adolescentes/ jovens para se preocupar, teve a brilhante ideia de me colocar sob sua responsabilidade. Poucos anos depois ela se separa do meu avô e segue na carreira de mãe e avó solo mantenedora do lar.

Meu agradecimento especial não podia ter outra figura se não ela. Essa mulher é o ser humano mais incrível e forte que eu conheço. Fez da vida difícil seu impulsionamento para ir mais longe e lutar pelos seus ideais, crenças e também pela sua família. Para além dos quatro filhos, me adotou como uma filha, como se fosse gerada em seu ventre, e me deu uma vida muito melhor do que eu poderia imaginar. Ela é a razão e inspiração para eu ter escrito esse texto e sem ela nada disso poderia ter sido feito. Devo a vida a você, mãe. Obrigada por todos os dias me inspirar a lutar e a nunca desistir.

Sei que a sua jornada de vida não foi fácil e ainda resiste com muitos altos e baixos, mas saiba que você é inspiração para a minha vida e acredito muito que poderás ser para ainda mais muitas outras que lerão esse trabalho aqui que nasceu por você e no seu significado para mim. Espero que você consiga sentir pelo menos um bocadinho do orgulho que eu sinto por você.

Te amo e te admiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I. O QUE, POR QUE E COMO FALAR DE/COM/PARA MULHERES NEGRAS?.....	17
1. Tema e problemática da investigação.....	17
2. Por que falar desse grupo específico de mulheres?.....	21
3. Metodologia qualitativa.....	24
4. Investigação biográfica e entrevista biográfica.....	27
5. Procedimentos metodológicos.....	30
CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	35
1. O “ser mulher”.....	35
2. Feminismo [negro].....	42
3. Formação experiencial: a especificidade da mulher negra.....	54
CAPÍTULO III. FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DE MULHERES NEGRAS.....	67
1. Perfil das entrevistadas.....	67
2. Experiências de racismo marcantes.....	69
3. Cor e sociedade: consequências individuais e sociais de experiências de racismo.....	73
4. Gênero e cor: o peso do corpo que habitam.....	81
5. As experiências como meios de [trans]formação.....	86
6. O feminismo enquanto prática e ideologia possível para mudanças.....	90
CONCLUSÕES.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – GUIÃO PARA A ENTREVISTA BIOGRÁFICA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA RECOLHA DE AUDIO DE ENTREVISTA, IMAGENS E OBSERVAÇÕES

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação pretende-se trazer o tema do feminismo negro em conjunto com o tema da formação experiencial de mulheres visto a sua complexidade e importância na sociedade contemporânea marcada por múltiplas desigualdades (Dubet, 2001). A investigação foi orientada a partir da seguinte questão: Como se aprende a ser mulher negra numa sociedade caracterizada por distinções de gênero, de cor de pele e de classe social? Ao mesmo tempo, cabe pensar como esse processo de aprendizagem afeta a organização e comportamento sociais, estruturando de uma escala micro a macro a maneira como pessoas negras – e aqui destacadamente aquelas do sexo feminino - são vistas e tratadas, tal como de que forma elas respondem e são moldadas por essa realidade. A opressão ganha um sentido ainda mais complexo quando para além do gênero é também sobreposta a camada da cor da pele, que acaba por “adicionar” mais possibilidades de agressões e exclusões, tornando ainda mais violenta a existência de algumas mulheres.

Os espaços da cidade, as vagas de emprego, os acessos à educação e saúde, tal como a qualidade e segurança têm muito a ver com o capital financeiro; onde há escassez desse capital, o Estado-providência entra – ou era suposto que assim o fizesse – para proporcionar o bem-estar e os direitos do povo. As desigualdades têm suas bases na “conjugação de um conjunto complexo de fatores, aparecendo mesmo, muitas vezes, como o produto, mais ou menos perverso, de práticas ou políticas sociais que têm como objetivo, justamente, limitá-las” (Dubet, 2001, p. 12). Por conta disso “as relações de classes explicam, ao mesmo tempo, os modos de consumo, as identidades coletivas e individuais (os habitus) e a própria vida política parece estruturada por conflitos de classes e pelas orientações culturais que eles determinam” (Dubet, 2001, p. 7). Enquanto produtores e produtos desse modelo de exploração econômica e social, o que quer que sejamos, leiamos, gostemos, façamos, vistemos ou pensemos é fabricado com base na realidade experienciada de cada indivíduo, que por sua vez tem sua formação em um nicho específico da sociedade, regido pelas condições, ligações e vivências ali existentes. Privações, liberdades e privilégios criam classes distintas e formas de [sobre]vivência totalmente distantes umas das outras.

No modelo sociopolítico econômico em que vivemos, a existência de desigualdades configuram uma realidade inegável ao redor do mundo. Por todo lado, de alguma forma, haverá a produção de diferentes e múltiplas “formas de exclusão. De uma maneira ou de

outra as pessoas são continuamente afastadas da esfera dos bens e dos privilégios económicos, do mundo dos valores, da escolaridade normal e do meio familiar condigno” (Fernandes, 2017, p.15). Ainda que possamos investigar acerca de movimentos alternativos, de contracultura e sustentabilidade que se mostram mais igualitários e acessíveis, o quadro geral aponta para uma estruturação muito intrincada, desigual e de difícil ruptura para o estabelecimento de sistemas mais humanos e equiparados. As individualidades suplantam o senso da moral e da coletividade, afastando-nos da solidariedade e dificultando nossa união em busca das mudanças necessárias para erradicar as exclusões (Fernandes, 2017).

Até aqui já foi exposto – e provavelmente compreendido - que as pessoas vivem realidades [de classes] diferentes, e por isso é plausível afirmar que os grupos demarcados pela cor – negra – e pelo gênero – feminino – vão construir uma trajetória social, cultural e política singular e distinta de qualquer outro grupo. As peculiaridades formativas – individuais ou coletivas – transparecem no processo de formação experiencial (que será aprofundado mais à frente). Se cada ser vive uma coisa, a vê e sente de determinada maneira, como comparar, mensurar ou padronizar esse saber? Aquilo que cada um é resulta do que este aprende, vivendo em sociedade, refletindo consigo mesmo, assimilando passado e presente, e projetando o futuro, porque “a experiência em construção no presente, por um lado, resulta da mobilização de aspectos referente às vivências anteriores e, por outro lado, influencia a qualidade das experiências futuras” (Cavaco, 2009b, p.224). A partir do momento em que atingimos a compreensão acerca das infinitas possibilidades de formação de cada um e como isso afeta diretamente no que esse indivíduo é hoje, foi ontem e será amanhã, nos damos conta das pontes e distâncias existentes entre nós e também temos a oportunidade de nos humanizar, ter empatia e respeito com a unicidade da jornada do outro, com suas lutas e necessidades.

Com esse olhar holístico acerca das desigualdades existentes na sociedade é possível ter um senso mais crítico sobre de que maneira um processo formativo alocado na exclusão afeta diretamente a socialização e a mobilidade social de grupos e indivíduos. Dubet (2001) destaca em seu texto “as novas” (não tão novas) desigualdades que vêm emergindo com certa potência e urgência de resposta. Ele cita a massiva entrada feminina no mercado de trabalho no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o que reconfigura a lógica do mesmo, e também afeta a estruturação familiar, isso porque “além das diferenças salariais, a diferenciação dos setores de emprego se manteve [...] As mulheres dominam os serviços, são

majoritárias na educação e na saúde, mas não entram na produção, na política ou em outros setores que continuam predominantemente masculinos” (Dubet, 2001, p. 11). O poder da força de trabalho do público feminino é inegável – segundo dados do texto cerca de 45% da população ativa em 1994 era composta por mulheres. Entretanto essa expressividade é pouco significativa de forma geral, já que sua presença no mercado de trabalho é marcada por desigualdades.

Elas seguem em desvantagem por ganharem menos do que os homens (ainda que em cargos semelhantes), terem os piores empregos, sofrerem mais assédios, terem menos oportunidades de promoções e de reconhecimento – entre outros fatores. No meio desse panorama, ainda têm de lidar, em sua massiva maioria, com as obrigações do lar visto que não houve uma reorganização nesse setor já que “está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família” (Scott, 1989, p. 6). As obrigações da mulher se estendem para além da casa, contudo os parceiros não estendem sua participação na vida da família, manutenção do lar e afazeres diários, mantendo sua inércia nesses assuntos. Ao adentrar no mercado de trabalho a figura feminina pensa que está a garantir sua independência financeira e emancipação social, mas na realidade esta se vê inserida em um novo nicho de exploração. Portanto, “a atuação da mulher no mercado de trabalho é limitada pelo tripé dominação-discriminação-exploração” (Ramos, 2006, p. 16).

Essa estruturação desnivelada conduzida pelo sistema capitalista precariza as condições de trabalho, o que obviamente dificulta o processo emancipatório das mulheres que precisam incansavelmente lutar por seus direitos nos mais diversos segmentos sociais (Ramos, 2006). Nota-se então que ao invés da desigualdade feminina reduzir – visto sua maior participação produtiva e “emancipação” – a mesma ganha novos mecanismos de exploração, submissão e exclusão, potencializando ainda mais a ação do patriarcado e a hierarquização do sistema econômico vigente. Trabalhar ou estudar “como os meninos fazem” não foi e não se mostra suficiente para derrubar o hiato existente entre homens e mulheres – a história e as estatísticas afirmam-o. Isso porque o sistema sociopolítico e econômico ao qual respondemos, produz e necessita de uma hierarquização burguesa, branca, patriarcal e cristã desinteressada na ascensão de grupos considerados minoritários.

Ainda nesse tema e tendo em vista o caso brasileiro – que será também o nosso maior cenário de análise no decorrer desta pesquisa - é feita comumente a afirmação de que mulheres ganham 30% a menos do que os homens. Contudo, se observarmos as estatísticas gerais comparam somente a situação entre mulheres e homens brancos. Quando a população negra é levada em consideração, percebemos que os números se diversificam e apontam para uma realidade ainda mais grave e alarmante. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2016, “39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Ainda segundo a pesquisa, mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico” (Ribeiro, 2017, p. 40). Ao pensar na situação do mercado de trabalho – e em muitas outras - numa ótica que homogeniza a diversidade de corpos femininos e masculinos, estamos fadados a invisibilizar os sujeitos mais vulneráveis (pessoas negras (e ainda mais mulheres negras), por exemplo) e com isso perpetuar a falta de representatividade e influência destes para serem beneficiários e também para pensarem em políticas transformadoras para sua classe na sociedade (Ribeiro, 2017).

Essa pesquisa é apenas uma das que comprovam que o racismo é um sistema de exclusão que afeta vários setores da vida das pessoas negras, sendo estas de qual sexo ou identidade de gênero forem. Para que tenhamos outras perspectivas, debruçemos rapidamente sobre alguns indicadores da violência brasileira. Os negros (cerca de 56% da população) representavam mais de 70% dos assassinados no Brasil nos dados presentes no Atlas da Violência de 2018. Ademais, durante o período dos anos de 2006 e 2016 enquanto os homicídios na população não negra (brancos, indígenas e amarelos) diminuíram em 6,8%, entre os negros houve um aumento de 23% (Ribeiro, 2019). Quando se compara os números entre as pessoas de cor e as demais, facilmente as discrepâncias aparecem afirmando que a raça é uma esfera extremamente preconizada na sociedade e pelos sistemas organizacionais e institucionais. E por tal, cadeias de exclusão e opressão racistas se formam para impossibilitar a esses sujeitos lugares de equidade e qualidade na sociedade.

Voltando ao penúltimo parágrafo, vemos-nos um pouco além à questão do racismo e nos deparamos com dados que apontam para o fato de que as exclusões que atingem pessoas brancas afetam de forma diferente homens e ainda mais as mulheres negras. Isso porque “mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de

branquitude e masculinidade” (Ribeiro, 2017, pp. 38 – 39). As mulheres negras estão num limbo social enorme que ao mesmo tempo em que as invisibiliza de variadas maneiras, também acaba por destacá-las ao passo que estas sofrem transgressões que as mulheres brancas e os homens negros não sofrem. A interseccionalidade raça, gênero e classe destaca de que forma racismo, machismo e classismo estão interligados e se fortalecem cada vez mais no modelo capitalista patriarcal do qual somos agentes e sujeitos.

Obviamente há alguns casos de exceção e que fogem à regra. As conquistas culturais, sociais, trabalhistas e femininas, entre outras, foram possíveis devido a movimentos e lutas históricas e ainda hoje é proeminente a existência e resistência de movimentos contracultura. Aqui neste escrito apresenta-se um arcabouço teórico e também prático acerca das violências e histórias femininas com inspiração no movimento feminista - destacadamente no que afeta os corpos negros. Isso porque, como já mencionado, compreende-se que “a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimentos de outras” (Ribeiro, 2018, p. 83). Considerando essa realidade complexa e interseccional, reconheceu-se a urgência de debruçar sobre o tema para entendê-lo e propor um novo caminho para a discussão e ação; a partir daí se desenvolve o presente processo investigativo. Para resposta a esse emaranhado difuso, o feminismo negro foi percebido como melhor via de esclarecimento porque “reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras” (Ribeiro, 2017, p. 40).

O corpo feminino - como a história e as estatísticas mostram - vem sofrendo já há muito tempo transgressões e submissões que estão enraizadas na sociedade de tal maneira que muitos nem conseguem se perceber o quão intrínsecas essas estão nos nossos processos formativos, sociais e políticos. O corpo negro segue em um lugar de subjugação e apagamento social muito alarmante atualmente - em que se espera que as pessoas sejam mais esclarecidas e conscientes. Agora pensemos em um corpo caracterizado por essas duas condições. A violência é muito mais complexa, cruel e orgânica, envolvendo inúmeros agentes de formação e múltiplos mecanismos de exclusão e hierarquização social que se manifestam em setores diversos da sociedade e das oportunidades de acesso e mobilidade social. Pertencentes de uma corporeidade única que é sujeita ao racismo, ao machismo/

sexismo e ainda ao classismo, as mulheres negras têm uma posição social demarcada por agentes de exclusão, violência e formação.

Para melhor compreender esse emaranhado social, entender o que é o movimento feminista, suas bases e ideologia se faz muito necessário dada a sua complexidade e constantes embates ideológicos com o qual esse é confrontado enquanto práxis. Sem mencionar a ignorância acerca do tema que, por vezes, é equiparado ao machismo em sua epistemologia e prática. O debate é ainda mais sensível quando se fala sobre o feminismo negro, que como o próprio nome explicita, tem seu olhar direcionado às mulheres de pele negra. Nessa colocação, a intenção não é separar ou criar um tipo especial de mulheres, que merecem ser “mais vistas ou ouvidas”. Aqui propõe-se debruçar sobre como a dimensão da cor de pele interfere diretamente nas vivências e violências desses corpos femininos no mundo. Tal realidade demanda ser estudada com detalhe e discutida abertamente a fim de que estejamos cientes da engrenagem do nosso sistema social e das suas problemáticas muitas vezes negadas ou invisibilizadas.

Com todas essas questões tão próximas e reais à existência da autora – também mulher negra e periférica – essa se viu compelida a estudar mais sobre o feminismo negro e o que ele tem a ver com todo esse histórico violento e de resistência negro [feminino]. O que é esse movimento, sua ideologia, história e ação na sociedade são os combustíveis dessa busca pelo saber, saber este que é seguido de profunda [auto]crítica e reflexão que anseia por mudanças que sejam reais e inclusivas na sociedade – tanto em pequena quanto em grande escala. Tendo em conta esses objetivos considera-se imprescindível compreender de que maneira as mulheres negras se enxergam na estrutura social na qual elas estão inseridas e como elas respondem a mesma. Nesse sentido nasce a presente pesquisa tendo como ponto de partida a fala de quem experienciou e experiencia “na pele” essa realidade. Ao conversar com mulheres negras sobre suas preocupações, opiniões e vivências sob uma abordagem de pesquisa humana e holística - que é o proposto aqui - humaniza-se a produção acadêmica trazendo-a para mais perto da sociedade. Acredita-se que ao percorrer esse caminho, estar-se-à dando um sentido mais palpável de realidade e humanidade para os mesmos, viabilizando novos olhares e formas de se pensar nos enclaves sociais. Posto isso, justifica-se a opção feita pelo paradigma qualitativo e pela investigação biográfica.

Através da realização de entrevistas biográficas a algumas mulheres negras que ajudaram a autora em seu processo formativo, pretendeu-se trazer para a pesquisa um compilado ímpar e muito rico de detalhes e experiências cruciais para a formação das entrevistadas. A investigação biográfica permite a junção do rigor e criterização do meio acadêmico com a espontaneidade e realidade sensível da vida do entrevistado. Não obstante, esse método também conecta mais profundamente o observado ao observador, ali entranhando a própria humanidade deste último ao primeiro. As entrevistas biográficas são um convite feito pelo interlocutor para que se adentre em suas memórias e ideias, o que é único e muito pessoal. Neste caso, “a finalidade da entrevista é mesmo colher e ouvir, em sua singularidade, a fala de uma pessoa num momento x de sua existência e de sua experiência” (Delory-Momberger, 2012, p. 526). A combinação não se repete, por isso é tão caro para os envolvidos na pesquisa viverem aquele momento no qual “a configuração singular de fatos, de situações, de relacionamentos, de significações, de interpretações que cada um dá à sua própria existência e que funda o sentimento que tem de si próprio como ser singular” (Delory-Momberger, 2012, p. 526).

Considerando a realidade específica enfrentada por mulheres negras, optou-se por uma abordagem investigativa que respeitasse a dimensão complexa da intersecção de gênero, classe e cor. Ao fazer uso da entrevista biográfica como ferramenta de aproximação e reflexão, pretendeu-se compreender os processos formativos individuais das entrevistadas com o objetivo de encontrar aproximações com os dados e bibliografia anteriormente estudados. Ainda nesse sentido, o aprofundamento dos estudos acerca das representações de feminilidade e negritude aqui trabalhadas permitiram que o escopo do feminismo negro pudesse ser trazido de forma mais coesa e fundamentada, conduzindo o olhar da pesquisa para variadas possibilidades de reflexão e ação social. Este corrente escrito foi pensado e estruturado de forma a chegar até o leitor num formato facilmente legível e ao mesmo tempo inquietador, a fim de se tornar uma ferramenta de impacto para uma educação transgressora.

Para a organização das ideias dessa jornada de [auto] descoberta, as peças centrais do texto se dividem em três capítulos de enquadramento teórico. (Contudo, antes deles é justificado, brevemente, o motivo da decisão de trabalhar com a problemática da investigação centrada em experiências de mulheres negras e no seu processo de formação). O primeiro capítulo, “*Feminismo (negro)*” busca fazer uma breve síntese teórica, histórica e crítica do movimento feminista, para explicitar as razões da emergência e necessidade do olhar para o

corpo negro dentro e fora do movimento. No segundo capítulo, intitulado de “O “ *ser mulher*””, identificam-se diferentes perspectivas e tentativas de configuração/compreensão do que poderia ser conceituado como “mulher”, com o intuito de que o leitor tenha uma visão temporal e cultural de como a concepção do termo é mutável e versátil. Por último e não menos importante, segue-se “*Formação Experiencial: a vivência da mulher negra*”, onde os processos educativos (formais e informais), formativos e de socialização foram postos em relevância para clarificar a formação individual e coletiva das convidadas para a pesquisa

A presente dissertação está carregada de personalidade e emoção pela possibilidade de esta ser um veículo para celebrar as raízes da autora ao mesmo tempo em que traz para o domínio da academia temas relevantes para (re)pensar as práticas sociais e de investigação. Muito para além de ser um “produto” acadêmico, este escrito é, acima de tudo, um ato de expressão e honra aos percursos ancestrais da negritude e do feminino que fora criado com a humilde intenção de conduzir os que o leem a pensar também em si, nos outros, no mundo e no futuro.

CAPÍTULO I – O QUE, POR QUE E COMO FALAR DE/COM/PARA MULHERES NEGRAS?

1. Tema e problemática

As questões relativas à cor, gênero e classe me acompanharam e acompanham até os dias de hoje. Sou uma mulher negra, da periferia e sem uma base familiar sólida. Por vezes, não observei essas “características” como sendo “questões sociais” que me colocavam em determinados lugares ou situações de risco e exclusão. Já atualmente, não se passa um dia no qual eu entre em algum estabelecimento sem buscar por pessoas negras e suas funções/posições ali para fazer minha análise crítica, por exemplo. Isso porque devido ao acesso que tive a educação e informação, comecei a perceber que as coisas que aconteciam ao meu redor eram mais do que simples coincidência ou fatalidade: eram consequência e causa de uma estruturação social patriarcal, machista e classista. Fui e sou afetada por essa estrutura, assim como toda a sociedade sendo mulher, preta e pobre - ou não. Partindo desse pressuposto, cresceu em mim a necessidade de aprender um pouco mais sobre as questões relativas a intersecção de gênero, cor e classe para compreender meu lugar no mundo, que tem semelhanças com o de muitas outras pessoas. Para esse entendimento, optei por ter como enfoque mulheres negras que, de alguma forma, influenciaram a minha formação pessoal a fim de compreender as suas vivências e os seus processos de formação.

As trajetórias de vida, vivências e aprendizados vividos por mulheres negras muito dizem sobre de onde elas vieram, quem são, porque o são, e de que maneira são afetadas pelos fenômenos sociais manifestos por meio da cultura, educação, política, classes sociais, preconceito, racismo e exclusão, por exemplo. As questões de gênero, classe e cor se mesclam e se mostram agentes [trans]formadores na já mencionada *interseccionalidade* e levam essas mulheres a lugares de experiências, traumas e limitações que não são encontrados em mesmo grau em outros grupos de indivíduos. Pode-se constatar facilmente essa discrepância nas estatísticas, nos trabalhos científicos, ao assistir as notícias na televisão ou conversando com essas pessoas (por exemplo). Essa última foi a forma mais legítima encontrada para trabalhar com as supracitadas temáticas no corrente escrito. Pretendeu-se falar de uma realidade sensível e real para a autora, enquanto se assegurava o rigor da pesquisa científica, coerentemente embasada e socialmente acessível e difundível. Falar com os outros sobre si mesmos, com base num método científico que permite a seriedade e

qualidade do material final a ser partilhado, assim como o respeito, a empatia e o reconhecimento das participantes.

É importante realçar que o campo das ciências sociais tal como o temos hoje, nem sempre foi assim tão “próximo” dos saberes individuais/ populares. Tratou-se de uma longa jornada para se chegar até aqui e ainda há muito a ser feito, aceite e alterado – sobretudo na academia e na investigação que por estarem tão engessados nos saberes modernos, demandam um trabalho de desconstrução profundo para passar por esse processo de transição para a ciência pós-moderna com maior coesão e aceitabilidade. O “paradigma dominante” – tal como Boaventura Sousa Santos define e descreve em seu livro “Um discurso sobre as Ciências” (1987) – presente nas ciências naturais a partir do século XVI – e nas ciências sociais por volta do século XIX - tem interesses e metodologias de estudo e observação que com o caminhar científico e humano/social, começaram a se mostrar insuficientes para a complexidade da vida e da sociedade. Na lógica dominante, o olhar se centra mais em percepções gerais sobre o mundo, estatísticas e comportamentos de grupos do que nas necessidades, sistemas, vivências e realidades individuais.

A profundidade dos estudos na área das ciências sociais era muito inferior ao visto nas ciências naturais, motivo pelo qual inúmeros moldes e práxis eram simplesmente “traduzidos” de um para o outro, sem nenhuma conexão ou aproveitamento já que “o rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica um rigor que, ao objetificar os fenómenos, os objectualiza e os degrada, que ao caracterizar os fenómenos, os caricaturiza” (Santos, 1987, p. 32). Por um tempo esse paradigma coube no modelo de sociedade e de ciência existentes. Porém, como apontado, o campo científico sofreu e ainda sofre constantes metamorfoses que o conduziram para esse momento de transição em que estamos, entre a crise do paradigma dominante e o crescente reconhecimento do paradigma emergente, que aproxima as ciências sociais das naturais, tornando ambas mais próximas do ser e de sua humanidade (Santos, 1987). Nesse ponto, “o sujeito que antes a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica” (Santos, 1987, p. 43). Ordem esta que tentamos reproduzir aqui de alguma forma.

Ainda que a passos curtos, o paradigma emergente vai ganhando mais adeptos, bibliografia, produção, atenção e respeito no meio científico. Note-se que Boaventura

escreveu o livro supracitado há cerca de 30 anos e suas previsões e incertezas sobre o nascimento desse novo paradigma vão de encontro com a época “turva” em que se encontrava. Hoje já se vê mais claramente essa perspectiva, apesar de ainda estar em processo de construção e descobrimento frente à realidade da necessidade de desconstruir e derrubar alguns muros na academia e instituições científicas, que seja por receio, comodismo ou preconceito, ainda seguem com uma postura um tanto conservadora. Cabe aqui frisar que importantes campos como o da fenomenologia e hermenêutica – a serem trabalhados posteriormente no presente escrito - foram imensamente alargados e disseminados a partir dessa ruptura no saber científico formal. A linha de trabalho aqui adotada segue os passos dessa “ruptura” a fim de aproximar observador e observado, academia e sociedade, teoria e práxis social.

A partir do que as mulheres convidadas falaram sobre a vida e a forma com a qual traçaram e ainda traçam seu caminho pela mesma, foi possível a construção de uma sólida causa de estudo que está “directamente associada à problemática teórica e às questões que esta permite colocar sob as práticas sociais” (Cavaco, 2009a, p. 36). Ao olhar para o outro – aqui no caso dessa pesquisa, “para as outras” – também olhamos para a sociedade e em como essa age e é afetada pela sua própria existência e *modus operandi*. Olhando para a sociedade, olhamos para nós mesmos, e a pesquisa, por conseguinte, ao realizar-se, carrega em seu âmago “um olhar específico sobre a realidade que nunca é neutro, pois depende do ponto de vista do investigador” (Cavaco, 2009a, p. 36). Teoria, prática, limitações, possibilidades e subjetividade se mesclam no processo investigativo e o caracterizam, já que a “a condição epistemológica da ciência repercute-se na condição existencial dos cientistas” (Santos, 1987, p. 58). No desenvolvimento de todo percurso investigativo – desde a formulação das ideias até a escrita e análise – constatou-se essa a existência dessa reflexão e relação de desconhecer, descobrir e [auto]conhecer.

Com tal nível de complexidade de cunho sensível e relevante para a sociedade, o estudo se fez sob a égide das Ciências Sociais, pois se encontrou nesta a possibilidade de um olhar apurado, holístico e humano sob uma lógica multi e interdisciplinar, fluindo entre as variadas possibilidades temáticas existentes nesse leque de estudos. A partir dessa abertura é possível trabalhar uma mesma realidade com perspectivas totalmente distintas, isso porque “a construção do objecto de estudo deriva, bastante da experiência de vida do investigador e do seu posicionamento perante a ciência e o mundo em que vive” (Cavaco, 2009b, p. 224). Uma

vez que a personalidade da autora foi vista como peça-chave para a realização da investigação, pode-se afirmar, consoante ao dito linhas acima, que a neutralidade se apresentou em um plano distante e irreal aqui; compreendendo que todo estudo é único, todas as vozes são bem-vindas e que cada sujeito, à sua maneira, história e desejo, tem algo a partilhar sobre si mesmo e sobre o mundo, a escolha por essa linha de estudo e metodologia de trabalho não poderiam ter sido mais acertadas.

A autora, enquanto mulher negra oriunda de periferia tem experiências inúmeras com as problemáticas envolvidas na tríade gênero, cor e classe. Para além de estas serem cruciais para a defesa da inexistência da neutralidade nessa pesquisa, são inegáveis e repetidamente debatidas aqui, visto que afetam diária e profundamente indivíduos e grupos, configurando desde a forma como esses agem e são vistos até os acessos que os mesmos possuem a direitos básicos como saúde, educação e segurança. Fica bem claro esse abismo quando se observa, por exemplo, as estatísticas relativas a rendimentos salariais no Brasil, nas quais mulheres negras recebem em média 57% a menos que homens brancos, 42% a menos que mulheres brancas e 14% a menos que homens negros segundo dados de 2019 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Por que essas [mulheres negras] recebem de forma tão inferior mesmo executando funções semelhantes a outras pessoas? Voltamos aqui ao problema já citado do sistema econômico que fortalece o patriarcado e inviabiliza a emancipação feminina e ainda nos deparamos com a dimensão da cor, que afeta a independência econômica das mulheres pretas e, por conseguinte, dificulta consideravelmente o poder de compra e mobilidade social das mesmas.

Ainda falando sobre discrepâncias, há um estudo intitulado de “Monitor da violência” - realizado através de uma parceria do portal jornalístico G1 juntamente com o Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – que levantou dados sobre a violência contra mulheres nos 26 estados e o Distrito Federal no primeiro semestre de 2020. Apesar de que muitas transgressões não são denunciadas – seja por vergonha, medo, ameaças, entre outros motivos – ou são registradas de forma incompleta, ou ainda não são partilhadas largamente, os dados disponibilizados já dizem muito sobre a dimensão da violência no país e quem são as suas maiores vítimas quando levada em conta a questão racial. Dos 889 homicídios nos quais a informação sobre a cor de pele estava presente, 650 (73%) tiveram como vítimas mulheres negras; lesão corporal e estupro são representados em 51% e 52%, respectivamente, por corpos pretos femininos.

Num país altamente miscigenado como o Brasil – apesar da maioria negra de 56% - é de espantar que um único grupo detenha tanta representatividade em índices de violência.

Esses dados gerais apontam para a realidade da estrutura social na qual somos construídos e sob a qual construímos também. Apesar de aqui falar-se somente acerca da situação brasileira – que é com a qual se trabalha no decorrer de todo o escrito – os enclaves relativos a cor, classe e gênero são visíveis a qualquer um que se dedique a ler ou aprender um pouco mais sobre a história negra e/ou das mulheres ao redor do mundo. Seja no período feudal ou ainda nos dias de hoje, acontecimentos relativos a perseguições, lutas e exclusões a não brancos (aqui abre-se o leque para os negros, arborígenes, ciganos e asiáticos, por exemplo) e mulheres são reais, recorrentes e facilmente encontrados em livros, noticiários, podcasts e até na internet. Posto isso, clarifica-se que há grupos específicos na sociedade que tiveram e ainda têm de lidar com mais problemas do que outros – e esse grupo não é o dos brancos.

Tendo em vista a discrepância socioeconômica e política-cultural na qual os negros se veem e a fatalidade das múltiplas violências que as mulheres - sobretudo negras – estão submetidas em sua existência como tais, surgiu na autora que aqui vos fala, a necessidade de trazer essas temáticas para o papel sob a perspectiva de mulheres negras reais: as que fizeram parte de seu próprio processo formativo enquanto estas também construíam os delas. O convite a participação nesse escrito tem como intenção compreender – ou ao menos tentar - as percepções de uma mulher negra da nossa sociedade; como essa se vê, como vê os outros, o que isso diz de si e de como esta foi, e é socializada. Ouvir sobre suas jornadas pessoais e experiências pode ser um grande facilitador para melhor entendimento e pensamento crítico acerca das camadas desiguais que caracterizam a organização sociopolítica, cultural e espacial globalmente. A partir das oportunidades, conexões e temas de trabalho encontrados nas ciências sociais pós-modernas – aqui brevemente discursadas – é pretendido uma aproximação das sujeitas a fim fazer dos saberes e vivências dessas, causa, razão e justificativa da relevância dessa pesquisa.

2. Por que falar desse grupo específico de mulheres?

Eu sou fruto de um relacionamento casual; uma gravidez totalmente inesperada com a qual minha mãe, na altura dos seus 19 anos, teve de lidar. Com sua pouca experiência e sangue jovem e aventureiro correndo nas veias, minha avó materna, a “dona Rosa”- como

todos chamam a Maria Rosa -, se viu na posição de tomar a responsabilidade pela minha vida. Então, com poucos meses de vida, eu fui morar com a mesma – que já tinha quatro filhos em fases distintas entre a adolescência e juventude – e por ela fui cuidada até os meus 26 anos, que foi quando me mudei para Portugal (a contragosto da mesma, devo dizer). Durante todos esses anos ao seu lado, ela foi a minha tábua de salvação, um porto seguro que estava e ainda está sempre a me servir de base e impulsionamento. Ela se divorciou quando eu ainda era muito pequena, assumindo de fato toda responsabilidade financeira e emocional da minha criação.

Essa breve introdução sobre a vida da minha avó – a quem eu chamo amorosamente de “mãe” – é apenas para dar-vos alguma ideia do peso e da importância que ela tem na minha existência e na construção de quem eu sou hoje. Eu me devo inteiramente a ela. E quando comecei a tomar consciência sobre as dificuldades que a mesma passou para se manter firme por mim, por ela e pelos filhos, comecei a perceber que sua história se assemelhava a de muitas outras mulheres [negras] por aí. Esse despertar me motivou profundamente a querer falar sobre a luta da mulher negra em nossa sociedade. A luta dela é também minha e de todas outras mulheres negras que sofrem, por seu gênero e cor, múltiplas violências e restrições, que repercutem, diretamente, em sua qualidade de vida, segurança, saúde, condição social, econômica, cultural e etc.

Eu sou uma mulher negra que tive vários caminhos inviabilizados simplesmente pelas implicações envolvidas na minha condição de ser e estar no mundo dessa maneira. Nesta altura adulta da minha vida, estava a sentir muita falta de pensar, entender e discutir esse assunto, motivo pelo qual resolvi iniciar esta caminhada de [auto]descoberta e reconhecimento feminino negro. Assim como eu estava – e estou - a carecer de maiores esclarecimentos e apropriação sobre a realidade do meu corpo negro no mundo, sinto e sei que há ainda outras mulheres a passarem pelo mesmo. Muitas mulheres, próximas de mim, ainda desconhecem grande parte da problemática na qual estão inseridas por sua simples existência e resistência. Então, quero falar disso, trazendo outras personagens além de mim e de minha avó e contribuir para dar visibilidade a processos silenciados e invisibilizados.

Acredito que através de figuras e lutas reais, conseguirei passar uma imagem mais clara e tangível da causa negra feminina, além de isso ter tornado o trabalho e o processo de realização mais prazeroso e íntimo – apesar dos percalços e questionamentos comuns a todos

os processos investigativos -, tal como o seu resultado (assim espero). Além disso, a formação de vida que cada uma das envolvidas nessa pesquisa possui, é um tesouro imensurável para reflexão e análise dos processos de educação não formal e informal que se fazem presentes – muitas vezes de forma silenciosa – no cotidiano de cada um de nós. Partindo do pressuposto que todos têm experiências de vidas distintas e que as mulheres negras, apesar de serem múltiplas, tendem a partilhar lugares de exclusão, comportamentos, estereótipos, violências e etc., o que será que isso tem a dizer sobre o processo formativo delas?

Essa realidade é manifesta num plano geral enquanto estrutura da sociedade, mas também tem muito a ver com o que, como e com quem aprendemos o que aprendemos. É crucial que para se entender o porquê, entendamos também como. E esse “como” aparece no dia mais comum, na menor ação possível, na troca mais básica que fazemos com o mundo e/ou com os outros. Para falar das temáticas relativas à interseccionalidade, precisa-se também refletir de que maneira se absorve e se reproduz as questões que a mesma traz. Exemplo: Porque há tanta pobreza negra? Como chegou-se a isso? O que isso diz ou ensina para/sobre as pessoas afetadas? Quais as reverberações disso na sociedade? Mulheres negras pobres passam pelas mesmas situações que as brancas pobres? O que isso significa? Como ou o que elas aprendem com isso? Essas são apenas algumas questões para que seja frisado que o ser o é porque ele foi assim ensinado. Mesmo sem nem ter pisado na escola, afinal se aprende muito fora dela; há uma vida inteira fora dos muros escolares.

Com esse plano de fundo apresentado, justifica-se a realização e importância desse trabalho a partir da crença de que falar com e através de mulheres negras sobre as suas diversas e particulares experiências formativas, é um instrumento eficaz para o empoderamento, autoestima e [auto]conhecimento delas, da pesquisadora e dos leitores que puderem se identificar - independente de quem esses sejam - com as histórias de vida aqui apresentadas e com a realidade negra feminina no Brasil. Claro que esse não é um estudo determinista e estatístico; ao contrário, é uma pequena carta aberta, um diário breve, atemporal e coletivo acerca da experiência, saber e pensar de um grupo seletivo e ao mesmo tempo diverso. Por muito tempo a academia – destacadamente as pesquisas em ciências sociais – veio a falar – e ainda fala – pelos sujeitos que a mesma pretende “estudar”. Já é passada a hora de dar lugar de fala para quem vive a realidade a ser apresentada/ estudada;

dar o poder para aquelas que o detém em suas singularidades de se colocarem como vozes ativas e potentes. Esse trabalho é um pequeno espaço para isso.¹

3. Metodologia qualitativa

A metodologia de cunho qualitativa tem sua preocupação em descrever, com riqueza de detalhes e profundidade, o objeto que se propõe a estudar, divergindo-se do tipo de resultados que são observados mais comumente nas pesquisas de cunho quantitativo – lembrando que nem por isso esse tipo de conteúdo é menos importante, são apenas formas diferentes de saber e aplicáveis a diferentes situações, de acordo com o enfoque do pesquisador. Pela especificidade, quantidade de participantes (três pessoas) e objetivos, optou-se aqui por uma investigação de viés qualitativo. A proximidade da pesquisadora com as participantes, a fluidez do diálogo entre ambas as partes e o desejo de humanizar esse estudo, corroboram a assertividade da opção ao paradigma qualitativo subscrito pela vertente humanista, usando a hermenêutica como interpretação realizada pelo próprio indivíduo. A

¹ Friso que em meu trajeto de vida – até este momento - eu não tive profundas trocas experienciais com mulheres trans, travestis e etc., não considerei justo trazer essas pessoas nesse momento de fala, com a bandeira de inclusão ou para obter “mais atenção”. Então, o palco aqui dará lugar de fala a mulheres cis, que nada mais são do que aquelas mulheres que se identificam e personificam em seu sexo de nascimento. Elas nasceram com o sexo biológico feminino e assumiram essa identificação também em seus papéis sexuais e de gênero. Significa muito estar aqui expondo a minha vida, a minha formação e as minhas referências. Estou construindo este trabalho com a maior transparência, verdade e proximidade de mim mesma. Assim sendo, dou lugar de fala para aquelas que me moldaram diretamente, mas de forma alguma nego ou desmereço a luta, a importância e a existência daquelas com as quais não tive profundas ou diretas trocas, nomeadamente, travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, entre outras. Imagino o quanto o patriarcado e o machismo podem ter sido e são ainda mais cruéis com vocês. Sintam-se mais do que convidadas a se encontrarem neste texto e se ressignificarem enquanto luta e expressão feminista.

hermenêutica – do grego *hermeneuein* – enquanto filosofia prática, fundamentalmente pode ser resumida como “a arte de interpretar e apropriar o sentido dos grandes textos [...] ou ainda a arte de compreender o significado latente e obscuro de mensagens que reclamavam ser entendidas” (Portocarrero, 2010, p. 19).

Para além desse “primeiro lugar” junto da releitura textual, a hermenêutica com o passar do tempo e com as novas demandas e reverberações no campo das ciências sociais e humanas – já debatidos brevemente nesse capítulo -, foi sendo “aproveitada” em outras formas de leitura. Afinal, a partir do olhar da hermenêutica objetiva, “[...] são considerados também como passíveis de análise obras de arte, música, arquitetura, documentos da mídia e registros documentais, porque todos eles são igualmente textos que se oferecem à análise e podem ser interpretados” (Vilela & Noack-Nápoles, 2011, p. 306). O sociólogo alemão Ulrich Oevermann foi quem desenvolveu esse termo, que carrega em si a “missão” de “[...] descortinar a lógica entre as estruturas de reprodução social e as estruturas de transformação, reveladas em um texto, elaborado a partir de procedimentos de coleta de dados de pesquisa qualitativa [...]” (Vilela & Noack-Nápoles, 2011, p. 306).

A hermenêutica apresenta-se como uma prática de reflexão e análise que vai muito adiante de “traduzir” o que se vê/ escuta/ lê através das coisas, mundos e pessoas. É uma práxis de cunho crítico e analítico, que entende o “objeto de estudo” além do que é revelado superficialmente. Nesse sentido, busca na contextualização histórica, política, sociocultural e crítica daquela realidade exposta, o arcabouço necessário para compreender os entranhamentos contidos em sua composição atual. Passado e presente se fundem como uma coisa só – e na verdade um leva ao outro de qualquer maneira – culminando em variadas descobertas e percepções acerca daquilo que se quer entender. A opção pela hermenêutica como parte da metodologia da pesquisa proposta no presente escrito se deu por esta tornar possível encontrar, na escuta ativa de mulheres negras fundamentais na formação da autora, um lugar de encanto e reflexão, cruzando histórias de vida de várias mulheres com as referências socioestruturais que guiam seus discursos, indo de encontro com saberes já presentes na pesquisadora e despertando ainda muitos outros.

O paradigma emergente, ao tentar contornar os limites do paradigma dominante (Santos, 1987), dá ao campo científico a possibilidade de se aproximar do sujeito que se pretende estudar para a partir dele compreender a sua realidade - que pode ser a realidade de

muitos outros – e assim conseguir identificar atores sociais, coletivos e individuais que afetam e afetaram o que este [indivíduo] é. Ao partir de um micro, [re]constroem-se um macro de conexões, ideias e percepções porque “as experiências que vivemos acontecem nos mundos históricos e sociais aos quais pertencemos e trazem, portanto, a marca das épocas, dos meios, dos ambientes nos quais nós as vivemos” (Delory-Momberger, 2016, p. 137). Esse acesso a uma esfera atemporal, intangível e histórica do ser e do seu papel social, permite que se fale do que acontece no mundo ao falar do indivíduo e vice-versa. Esse processo de reconstrução histórica e pessoal, conduz os indivíduos – tanto os que escutam quanto os que falam – a um lugar muito único de reflexão e ressignificação individual e da coletividade geral.

Quando se dialoga com pessoas a fim de compreendê-las nas suas singularidades, constroem-se fontes de troca e [auto]aprendizado e conhecimento, ao passo que fugindo do distanciamento e das relações mais impessoais de coleta de informações – que é presente em muitas pesquisas, até mesmo dentro das ciências sociais – o pesquisador encontra também seu lado humano e sua representação na sociedade, o que o leva a conhecer mais de si próprio. Isso porque “afinal, se todo conhecimento é autoconhecimento, também todo o desconhecimento é autodesconhecimento” (Santos, 1987, p. 58). O trabalho que o pesquisador pode encontrar para estudar, analisar e partilhar um material de pesquisa com dados tão sensíveis e pessoais – dele mesmo e também do outro – se deve em parte ao fato da existência de elementos que não são verbalizados pelos entrevistados, mas que existem ali no implícito e subentendido (Cavaco, 2009a). Fora isso, há sempre de que se ter o cuidado para que o rigor acadêmico seja mantido a fim de que a pesquisa tenha sua relevância científica e de impacto social reconhecidas.

Ao se colocar nesse papel social e científico de fazer uma pesquisa qualitativa com um enfoque humanista e preocupado com as histórias e realidades de vida comuns, o investigador entende que a “compreensão dos fenómenos, quer pela observação directa quer pela análise dos actores directamente envolvidos, implica “deformações da realidade”, mas pode permitir aproximações da “verdade”” (Cavaco, 2009a, p. 39). A busca por essa “verdade” gera o impulso preciso para que todas as problemáticas e nuances citadas sejam vistas como indispensáveis e até mesmo elementos interessantíssimos no processo investigativo. O trabalho com fontes orais coloca o condutor da investigação num lugar difícil de estar, já que apesar da fiabilidade e relevância das mesmas, o carácter fluído, flexível e

particular da oralidade necessita demanda muito esforço e análise crítica do material (Teis & Teis, 2006). As dimensões da subjetividade – tanto daquele que fala, quanto daquele que ouve a “análise” – são imprevisíveis e distintas; porém essas características só tendem a enriquecer a trabalho e os seus envolvidos se forem respeitadas e bem utilizadas no desenrolar da pesquisa.

4. Investigação biográfica e entrevista biográfica

O material “lido e interpretado” aqui, foi coletado através das narrativas biográficas. Sobre elas, escrevem Passeggi et al.,(2016) que: “[...] constituem há quase um século fontes privilegiadas no campo epistêmico da pesquisa qualitativa interpretativista. Depois de trinta anos de eclipse (1940-1970), elas se consolidam a partir dos anos 1980, com o retorno do sujeito” (p. 113). Usadas como ferramenta de aproximação do indivíduo, as mesmas possibilitam um resgate histórico-temporal das mais diversas situações, pessoas e factos que marcaram presença na trajetória de vida do “entrevistado”, oferecendo um parâmetro de envolvimento e visualização muitíssimo rico e útil para compreensão das personalidades subscritas sob a ótica da formação experiencial. A narração é um exercício que leva o narrador a uma leitura, interpretação e exposição de si mesmo além de também se reverberar no ouvinte já que “os processos reflexivos e de ressignificação das experiências são importantes, tanto para a pessoa que narra, quanto para quem as escuta, incluindo o pesquisador, que se forma com a pesquisa e com quem dela participa” (Passeggi et. al, 2016, p. 115).

Portanto, as pesquisas qualitativas com viés biográfico, se mostram como uma forma muito privilegiada de se chegar ao outro a partir dele mesmo. Este é ator, condutor e autor de sua história e ao se narrar, ele nos leva para adentrar a mesma com tal riqueza de sentidos, sentimentos e detalhamento, que somos – enquanto pesquisadores – puxados para aquele universo singular e complexo no qual nada se sabe se não o que o narrador quer contar. Todo o saber acadêmico, roteiros de entrevistas ou hipóteses de pesquisa ganham um papel secundário/ de suporte porque “[...] o narratário não pode mais anteceder o narrador, só pode correr atrás dele e tentar ficar o mais perto possível dele nas sinuosidades, nas bifurcações, nas rupturas dos seus caminhos e dos seus desvios, sem nunca ultrapassá-lo” (Delory-Momberger, 2012, p. 528). As possibilidades de “resposta” se transformam, na verdade, em mais perguntas e inquietações ao questionador, que se vê sempre frente a um mundo díspar e

multifacetado, com muito mais a se pensar do que o aparente e conscientemente partilhado já que “os elementos passíveis de verbalização são apenas a ponta do iceberg, o implícito e o subentendido são mais que a parte passível de ser dita” (Cavaco, 2006, pp. 25-26).

Existe um inconsciente de ideias, sentimentos e símbolos que podem ser a chave melhor entendimento acerca de problemáticas que trespassam a individualidade e que tem a ver com a realidade coletiva e social nas quais os entrevistados se inserem. O pesquisador, estando atento a esses momentos pessoais, vai tomando novos rumos na atividade biográfica ao olhar mais detalhadamente através dessas “janelas semi-abertas”, se deparando diante de um mundo novo – que pode até ser algo inédito para o pesquisado também. Isso porque há um emaranhado social, cultural, histórico, temporal e etc. que forma o indivíduo e através da atividade biográfica este tem a chance de compreender, estruturar e significar a sua experiência no decorrer da vida e das situações que viveu [e que com elas algo aprendeu] (Delory-Momberger, 2012). O sujeito ao ser e fazer-se na sociedade, ao passo que é moldado nos seus percursos diários de socialização e aprendizagem (seja ela formal informal ou não formal), ele diz muito de si mesmo e também do mundo e de sua estrutura.

O processo de biografização, ou seja, visitar memórias, experiências, sentimentos e sentidos e colocá-los numa lógica narrativa de espaço-tempo que faça sentido para o interlocutor, faz o mesmo se colocar no papel de compreensão de si mesmo, da sua relação com os outros e com o mundo (Delory-Momberger, 2016 & 2012). Nesse momento de autoanálise e reflexão, ele é conduzido numa espécie de “viagem do tempo” a fim de resgatar fragmentos diversos de sua história carregados de significado e por conseguinte aprendido; esses processos vividos, pensados, reestruturados e partilhados através da fala são de riqueza e singularidade ímpares e irrepetíveis pois a cada “revisitação” feita pelo indivíduo, novas coisas vão surgindo e sendo exploradas. No processo de biografização “algo começa, se desenrola, chega ao fim, em uma sucessão, uma acumulação, uma sobreposição indefinida de episódios e de peripécias, de provações e de experiências” (Delory-Momberger, 2019, p. 136). O indivíduo ao refletir em si e em sua prática, ao mesmo tempo em que se partilha para o observador, também aprende mais dele mesmo, promovendo seu autoconhecimento e consolidando seu processo formativo.

A fim de respeitar esses esquemas mentais e orais das participantes do ensaio, a ideia foi a de criar uma construção conjunta; e para a possibilitar, foi preciso compreender acerca

dos processos de tempo e das limitações e desejos alheios. Foi assim que o trabalho foi feito e devolvido para a sociedade - civil e acadêmica -, atestando que é possível saber e produzir saberes também com o outro de forma crítica, construtiva e com embasamento científico. Como já mencionado, as fontes orais estiveram por muito tempo de fora da academia por se julgar que não eram confiáveis ou relevantes para os estudos científicos. Com o paradigma emergente, assistimos uma mudança e estas vêm sendo reconhecidas como importantes e gradualmente inseridas e tratadas com mais rigor e fidedignidade. Ainda estamos em um processo para que essas práticas se tornem mais rotineiras e amplamente aceitas, entretanto é inegável que já traçou-se uma longa jornada desde as palavras de Boaventura Santos em 1987.

Os procedimentos metodológicos – adiante referidos – foram respeitados e elucidados para as participantes após a aceitação dos convites, a fim de que essas soubessem exatamente por que estavam ali, qual seria a estrutura das entrevistas e de que forma as informações partilhadas seriam tratadas e protegidas. É importante respeitar os procedimentos éticos e as especificidades da pesquisa biográfica, pois “é necessário fazer com as pessoas, é necessário fazer com os sujeitos. Para os pesquisadores, isso significa estabelecer dispositivos de pesquisa participativa, de compartilhamento e de hibridação dos saberes, de coconstrução do conhecimento” (Delory-Momberger, 2016, p. 144). Ao realizar pesquisas na vertente biográfica o pesquisador precisa criar mecanismos de comunicação, escuta e confiança com os envolvidos, este se coloca mais próximo deles e também de si mesmo. A pesquisa se torna assim um meio de conhecimento do que está diante de si e também daquilo que há dentro de si próprio.

A construção de um espaço seguro e aberto para a fala é um ponto crucial para as pesquisas biográficas, já que enquanto “atores que observam”, os pesquisadores podem ser vistos como figuras distantes, superiores, detentoras de saberes que são mais relevantes do que os dos participantes. Isso porque “a assimetria de poder está presente e marca essa relação, o que é sentido, inevitavelmente, pelos sujeitos participantes, mesmo quando o investigador se esforça para a minimizar ou anular” (Cavaco, 2020, p. 269). Seguindo a estruturação do poder/capital em nossa sociedade que já foi trabalhada com algumas referências a Dubet (2001), essa afeta ainda os acessos da população à educação e formação formais, acaba por seccionar e classificar os saberes acumulados no percurso da vida, tendo em conta, obviamente, o grau técnico e de especialização embutidos nestes para a reprodução

no/ do capital. Nesse sentido, os adultos menos escolarizados envolvidos em pesquisas podem sentir-se numa posição inferioridade se comparados ao nível de escolaridade do investigador.

Contudo, a entrevista biográfica enquanto ferramenta de acesso a histórias de vida e de realidades sociais tem como desafio ser uma ponte humanizada entre e o investigador e o sujeito participante, promovendo a aprox. Sob a égide do “paradigma científico emergente”, a investigação de cunho biográfico, nas ciências sociais e humanas, possibilita um saber e fazer científicos em uma perspectiva humanista e holística, baseados no “ser” humano (Santos, 1987; Cavaco, 2020). Em nosso caso específico, um estudo com mulheres negras e seus percursos formativos distintos ao trazer essas individualidades para falarem de si por si, dá abertura para um novo tipo de abordagem e compreensão das pessoas, da sociedade e dos fenômenos socioculturais e políticos. Além de terem potencial para a construção de conhecimento científico socialmente relevante, pesquisas biográficas como esta podem permitir o reconhecimento das experiências de vida e dos saberes de grupos populares (Cavaco, 2020), popularizando, dinamizando e humanizando o saber, tornando sua difusão mais acessível e possível para mais massas da sociedade.

5. Procedimentos metodológicos

O processo de desenvolvimento da corrente pesquisa foi realizado em passos bem demarcados para garantir o rigor científico e o respeito às histórias e vivências partilhadas. Primeiramente a investigadora teve um momento de reflexão individual ao pensar em quem convidaria para as entrevistas biográficas. Foram muitas figuras marcantes na construção de sua trajetória, então esse exercício custou um pouco para ser feito e ainda assim algumas peças “ficaram de fora”. Obviamente isso deixou a autora um pouco abalada no início, mas compreendeu-se, após a realização das entrevistas biográficas junto às três mulheres negras selecionadas, que a ideia de trazer estas singularidades em específico já muito agregaram e serviriam em muito para a [auto]reflexão. Ao trabalhar com as convidadas foi iniciado um grande trabalho de cuidado e atenção para que os relatos partilhados fossem analisados e tratados com o máximo de cuidado e rigor, como acordado entre as envolvidas e também explicitado nos princípios éticos defendidos pela universidade.

O convite formal às mulheres foi feito no começo do ano de 2021 quando também foi explicada a temática e o porquê de elas terem sido “selecionadas”. Como já explicitado,

devido ao grau de proximidade e impacto das mesmas no decorrer da vida da pesquisadora - também mulher negra -, esta achou por bem trazer essas sujeitas para dentro da academia por acreditar que elas tinham algo a falar – e de fato tinham. Cabe aqui salientar que as pesquisas relativas à cor, por muito tempo foram realizadas de forma distante, por pessoas que nem negras eram, justamente pela falta de acessibilidade dessa população ao meio acadêmico (Ribeiro, 2018). Assim sendo, uma mulher negra que acessou o ensino superior falar com/ sobre/ para mulheres negras, representa um aspecto importantíssimo desta pesquisa qualitativa, servindo para justificação e comprovação da relevância da mesma para a população e para a academia – sobretudo para os negros e negras. Permitir que essas vozes sejam ouvidas exprime uma mudança significativa nos moldes acadêmicos formais.

Num segundo momento foi enviado um documento tratando dos assuntos relativos a proteção de voz e imagem para que se estabelecessem os compromissos e direitos assumidos pela autora diante das entrevistadas e da Universidade, tal como os objetivos e formas de uso das entrevistas que seriam realizadas. Essa formalidade, aprovada pela Comissão de Ética do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, se fez necessária para proteger ambas as partes envolvidas e garantir que a pesquisa tivesse seus objetivos e princípios éticos bem delimitados, explicitados e assegurados. Ao ouvir as condições e serem convidadas a expor suas dúvidas e medos, as participantes demonstraram nenhuma hesitação ou descontentamento e o andamento da pesquisa pode ser dado e as entrevistas foram efetivadas, no momento mais oportuno para todas. Em altura alguma foram impostas datas ou condições específicas por parte da autora (para além daquelas concernentes à ética e proteção dos dados) para que os encontros acontecessem, pois se entendeu que isso apenas aconteceria quando as participantes se sentissem mais disponíveis para tal.

A investigadora estando em Lisboa/Portugal e as entrevistadas em Belo Horizonte/Brasil, a realização das entrevistas foi possível via a plataforma de reuniões “Zoom”. A duração de cada entrevista variou entre cerca de quarenta minutos a uma hora. Nos encontros pediu-se para que as câmeras ficassem ligadas por acreditar-se que o contato visual tende a tornar a comunicação mais fluída e rica; já estavam as partes separadas por um oceano inteiro de distância, tentou-se encurtar isso de alguma maneira e o recurso da imagem foi tomado como solução. Porém, foi esclarecido que as imagens gravadas não seriam aproveitadas já que o que interessava ali era a oralidade. Importante mencionar que terminado o momento de transcrição e auscultação dos áudios das entrevistas, os mesmos foram todos

destruídos, visando a proteção dos dados e uso consciente das experiências compartilhadas. Com uma breve introdução do que aconteceria a seguir, também foram frisados os termos relacionados ao compartilhamento de dados e privacidade, para mitigar qualquer eventual discordância ou incompreensão acerca disso. Inclusive, todas as participantes concordaram em terem seus nomes e laços de relação com a autora divulgados na escrita da dissertação.

As entrevistas foram organizadas em dois momentos: no primeiro foi feito um questionamento geral sobre quem as entrevistadas eram, o que faziam, como tinham vivido até então e etc. Esse momento da narrativa livre foi pensado para “quebrar o gelo” e exercitar as participantes a se visitarem e se estimularem a pensar e esquematizarem suas experiências ao longo da vida, a fim de prepará-las para o que viria e também para contemplar questões/temáticas individuais que poderiam não aparecer posteriormente. Num segundo momento, a entrevista biográfica assentou em oito perguntas, para que as interlocutoras explicitassem as suas experiências em torno de eixos temáticos variados, como cor, gênero e classe, expondo situações vividas por elas ou por pessoas próximas, além de partilharem suas opiniões acerca do mundo, das coisas, das pessoas e da sociedade. As relações de proximidade familiar/de amizade foram tidas como importantes para a fluidez e naturalidade da conversação, pois as convidadas não demonstraram de forma geral hesitações ao falar ou opinar sobre os mais diversos tópicos. Sem limitação de tempo, julgamentos ou constrangimentos, as entrevistas correram muito bem; a riqueza de material que saiu desse processo é inestimável.

Ainda que trabalhando com um espaço de abertura e partilha, no final da entrevista da Dona Rosa (avó da autora), esta mostra preocupação com o que partilhou, com receio de que tivesse dito algo de mal ou que não fosse suficiente para o que supostamente a autora estava procurando. Isso se deveu ao que já mencionou-se acima, a “assimetria de poder”; mesmo que tenham morado juntas por mais de 25 anos, naquele momento a interlocutora se viu diante de um hiato em relação à ouvinte. A relação familiar e os afetos e vivências pessoais ficaram em conflito perante a existência de uma atmosfera científica percebida. O problema foi facilmente contornado ao confortar a participante sobre a importância da sua partilha e influência na vida da pesquisadora. Esse acontecimento elucidou bem a estrutura da entrevista biográfica: não importa o laço que exista entre as partes envolvidas ou o quanto se explicita que o buscado é apenas a realidade e voz do sujeito; a tendência para se sentirem inseguros com sua fala é real e pode afetar em muito o que é dito pelos entrevistados. O trabalho de

sensibilização do pesquisador tem de ser constante e atento a esses detalhes que podem escapar no momento.

Nessa situação em questão, Maria Rosa deixou a escola por volta dos 11 anos para trabalhar e ajudar nas contas da casa, mal chegando a concluir o ciclo básico inicial de estudos de 4 anos de duração. Nesse ponto temos o agravante da comparação dos saberes individuais com o acadêmico, que por vezes faz o indivíduo “conduzido” na entrevista a se sentir abaixo daquele que a está conduzindo. Isso porque “a biografização é dificultada nas situações em que o sujeito participante sente que os seus saberes, no geral, não são reconhecidos, pelos outros, como tendo valor [...]” (Cavaco, 2020, p. 270). No nosso modelo social no qual a educação escolar e valoração do saber científico suplantam o reconhecimento de outros tipos de saberes, práticas e tradições, é comum que haja esse juízo de valor entre eles. Por isso há grande urgência em trabalhar constantemente para combater essa crença que causa grande impacto na autoestima das pessoas e também na estruturação da sociedade como um todo.

Partindo desse momento riquíssimo que foi a realização das entrevistas, foi chegada a hora da transcrição e análise das mesmas sob a ótica da já mencionada hermenêutica. Essa parte se mostrou como um grande desafio para a autora. Para fazer uma leitura holística do que fora ouvido, foi necessário um bom investimento de tempo, paciência, rigor e zelo; o ato de transcrever foi árduo e demandou muita atenção e cuidado, e as análises e reflexões acerca do conteúdo também foram intensas. Um caminho com muitos percalços, mudanças de rota e busca por novas fontes de ideias. Durante todo o processo de escrita, a orientação da professora Carmen Cavaco foi crucial para sugestão de ideias, adaptações e correções que ajudaram imensamente na melhoria da escrita, fundamentação e melhor estruturação dos conteúdos e ideias. Cada detalhe foi pensado, repensado, feito e refeito a fim de entregar um trabalho com relevância social e acadêmica sem esquecer-se da subjetividade da própria pesquisadora.

Para além do crivo da orientadora - e seguindo o desejo de uma construção humanizada e em conjunto -, após a última análise da mesma o trabalho foi enviado para as participantes e cabia a elas dizer se sentiam ou não ali representadas. Essa ponte foi muito importante para a autora pois desde o começo era desejo desta que as mulheres participantes ficassem satisfeitas com o que fizeram juntas, para assegurar que a participação na pesquisa

fosse significativa e fiel ao que foi proposto e sonhado a fazer. Sem essas mulheres, a autora não seria a pessoa que é hoje e muito possivelmente estaria longe deste espaço para partilhar essas histórias e realidades singulares e cruciais para a compreensão da sociedade e dos processos formativos ao longo da vida. Por tal representatividade, buscou-se seguir com muito critério o percurso metodológico escolhido e todas as instruções relativas a ética e proteção de dados.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O “ser mulher”

Afinal o que é isso de “ser mulher”? Quem ou o que determina o que é uma mulher? Os órgãos reprodutores? O comportamento? A maneira de falar? Tudo isso? Nada disso? As discussões de gênero tem ganhado muito espaço nas últimas décadas e isso porque as convencionais gavetas “homem” e “mulher” / “masculino” e “feminino” não comportam mais – se é que um dia comportaram de fato – as personas e suas multiplicidades existentes (Beauvoir, 1949; Butler, 1990); ainda que com estranhamentos e preconceitos de terceiros, as pessoas têm se sentido mais abertas e livres para [se] manifestarem [sobre] isso. Assim, a cada dia, novos debates e sujeitos vão se apresentando e reconfigurando o que se sabe até então sobre a temática, nos levando a ressignificações e reflexões constantes, seja na TV, na academia, em nossos bairros, no trabalho ou na internet. O que se sabe ou acredita hoje, pode ser algo totalmente diferente do que será falado amanhã da mesma forma que em muito se difere do que pensava-se no passado.

No ano de 1949 a escritora Simone de Beauvoir começa um importante movimento na desmitificação e desconstrução do predominante “papel de gênero feminino”. Ela esboça sobre como histórica, social, política e mitologicamente as imagens femininas foram e vão sendo [re]construídas, sobretudo por imposições/ desejos/ reflexos masculinos que nada – ou pouco – têm a ver com as multiplicidades e individualidades desses corpos. De acordo com a leitura social da autora, a mulher seria apenas aquilo que o homem determina que ela seja. Sua diferenciação se dá em relação ao que o homem é, enquanto esse o é por si só, sem comparações (Beauvoir, 1970a). Explica assim que: “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (1)” (Beauvoir, 1970a, p. 10). (Apesar da edição original ser de 1949, aqui utiliza-se a versão de 1970).

Assim, vistas como um “Outro” exterior, mas dependentes da existência e identidade masculina, as mulheres são colocadas em contraposição aos homens, porém não de forma igual para com eles. Elas são “o outro lado da moeda” que está em desvantagem e inferioridade em relação ao “mesmo”, ao “comum” que é representado pelos homens. A mulher veio do homem, do seu flanco e por isso é parte dele; contudo é uma parte que não lhe falta, não lhe é essencial ou tão mesmo importante. Isso justificaria esta ser tratada com

desdém e desconsideração. Um exemplo disso é o termo “homens” que é usado para se referir a toda a humanidade, independente das possibilidades de gênero e identidades existentes; eles são assim colocados como a origem e síntese de todos os seres humanos, não reconhecendo a existência das mulheres de fato (Beauvoir, 1970a).

Nesse contexto colocado por Beauvoir, as mulheres são tidas como um mal necessário para que o homem atinja sua realização; ela é a “parte que falta”, a única coisa que o homem não pode ser ou fazer por si mesmo uma vez que “na mulher encarna-se o nada que o existente traz no coração, e é procurando alcançar-se através dela que o homem espera realizar-se” (Beauvoir, 1970a, p. 181). Fica entendido aqui que Simone assume uma postura crítica pautada nas relações carnavais entre homens e mulheres, nas quais essas últimas estão submissas aos desejos dos primeiros. Enquanto a virilidade e sexualidade masculinas são aplaudidas, exaltadas e justificáveis, a sexualidade das mulheres além de não mencionada de fato, fica a depender da procura da figura masculina. Ao ajudá-los a se libertarem e preencherem o “vazio”, as fêmeas estariam cumprindo com o seu papel de outro inessencial enquanto indivíduo, mas essencial enquanto fim para os meios masculinos pretendidos.

A própria bíblia exprime isso quando apresenta em Gênesis o processo da criação no qual Eva “foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus [...] destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que êle lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim [...]” (Beauvoir, 1970a, p. 181). A mulher é o “Outro” do um, do principal, da fonte primária de existência e significado. Por tal, ela é a parte que lhe fora tirada e pela qual ele há de procurar para manifestar sua completude; e a partir dessa ação é que a mulher também irá cumprir com seu propósito. Por isso ela não existe só. O homem é o meio pelo qual sua existência é validada (mas não valorada ou exaltada realmente) e sem ele, essa não teria porque ser. Baseando-se nessa constatação, pode-se pensar: onde se encontra de fato esse “Outro”? Quais são as configurações e/ou características necessárias para que “o Outro” o seja como deve ser? Como determiná-lo?

No contexto encontrado em Simone, esse “Outro” é expresso através da feminilidade das mulheres. Ora condenada e ora ovacionada – assim é o corpo feminino, carregado de contradições e expectativas que se refletem em sua própria construção social – essa componente seria o que definiria o “ser mulher” como se deve ser. Mas o que de fato é a feminilidade? Podemos nos questionar se “será esta secretada pelos ovários? Ou estará

congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia ruge-ruge para fazê-la descer à terra?” (Beauvoir, 1970a, p. 7). A autora aqui provoca o leitor a pensar o quão frágil, indefinida e superficial é essa noção de feminilidade usada para aprisionar e determinar as mulheres. Como definir isso realmente? São essas assumpções e críticas às construções das noções de feminilidade que Simone traz em sua obra e que constituem um importante passo para se repensar e reconstruir outros olhares para o gênero, perpassando biologismos ou arcaicas práticas de imposição.

Com a intencionalidade de sair desse simplismo, Beauvoir vem em defesa de uma construção identitária baseada nos estímulos e preferências que vão sendo forjados e descobertos ao longo da jornada experiencial de cada um, já que “uma vida é uma relação com o mundo; é escolhendo-se através do mundo que o indivíduo se define; é para o mundo que nos devemos voltar a fim de responder às questões que nos preocupam” (Beauvoir, 1970a, p. 69). Essa autonomia simboliza um grande rompante com as noções patriarcais e sexistas da época (que ainda no nosso cotidiano podem ser observadas); ela foge dos limites e moldes vigentes e vai de encontro à expressividade e essência do ser. Não nascemos aquilo que esperem que nascemos; nos tornamos o que somos a partir das nossas vivências, meio e desejos. Isso é formação experiencial na sua forma mais pura. Já nas primeiras linhas do segundo volume da obra “Segundo Sexo”, subtitulada de “Experiência Vivida”, a autora existencialista aponta sobre esse processo de formação pessoal que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (Beauvoir, 1970b, p. 9). Nessa leitura, é assumido que não há uma determinação lógica ou explicação simplificada para elucidar o que seria uma mulher.

Ainda para contrapor as noções de “feminilidade” então difundidas e defendidas pelo senso comum e continuando a falar sobre processos formativos sexuais e identitários, Simone dedica um capítulo inteiro de seu segundo volume às lésbicas, elementos amplamente preconizados e mal interpretados naquela altura (e também nos dias de hoje). Tais mulheres fugiriam do que era esperado para serem enquanto mulheres: seres dotados naturalmente de uma feminilidade (leia-se sexualidade) e misticismo que atenderiam ao imaginário masculino e sexista – mas que não o devotassem realmente. O texto se inicia dizendo para retiramos das nossas mentes as imagens das lésbicas a usarem chapéus, gravatas e cabelos curtos. Afinal, a forma de se vestir e expressar ao mundo nada têm a ver com a orientação sexual de nenhum

indivíduo, ao passo que “há muitas homossexuais entre as odaliscas, as cortesãs, entre as mulheres mais deliberadamente “femininas”; inversamente, numerosas mulheres “masculinas” são heterossexuais” (Beauvoir, 1970b, p. 144). Os processos identitários e de expressividade são múltiplos e se configuram de maneiras distintas uns dos outros.

Na época em que a obra foi lançada, uma mulher estava abertamente falando sobre lésbicas, negando e rebatendo sofismas e estigmas que rondavam sua existência. Claramente isso gerou algum impacto - o escrito chegou a ser proibido no Vaticano - e sem sombra de dúvidas, assim como faz ainda hoje, também incômodo, muita reflexão e crítica. Simone deu um ousado passo ao propôr uma transformação de ideias, mente e atitudes com o objetivo de libertar a mulher, e nesse caso específico, a mulher lésbica da prisão da tão fadada feminilidade; ela também coloca essas sujeitas em um lugar identitário próprio, descolando-as de comparações diretas ao conceito de “masculinidade”:

Definir a lésbica “viril” pela sua vontade de “imitar o homem” é votá-la à inautenticidade. Já disse a que ponto os psicanalistas criam equívocos aceitando as categorias masculina-feminina tais como a sociedade atual as define. Com efeito, o homem representa hoje o positivo e o neutro, isto é, o masculino e o ser humano, ao passo que a mulher é unicamente o negativo, a fêmea. Cada vez que ela se conduz como ser humano, declara-se que ela se identifica com o macho. Suas atividades esportivas são interpretadas como um “protesto viril”; recusam-se a levar em consideração os valores para os quais ela transcende, o que conduz evidentemente a considerar que ela faz a escolha inautêntica de uma atitude subjetiva. O grande mal-entendido em que assenta esse sistema de interpretação está em que se admite que é *natural* para o ser humano feminino fazer de si uma mulher *feminina*: não basta ser uma heterossexual nem mesmo uma mãe, para realizar esse ideal; a “verdadeira mulher” é um produto artificial que a civilização fabrica, como outrora eram fabricados castrados; seus pretensos “instintos” de coquetismo, de docilidade são-lhe insuflados, como ao homem o orgulho fálico. (Beauvoir, 1970b, p. 148)

A autora toma um caminho contrário ao puritanismo e sensacionalismo que rondavam o tema da homossexualidade ao afirmar que ela era livremente adotada por aqueles que com ela se identificavam. Sem explicação sagrada ou profana para tal, assumia-se que os indivíduos eram o que eram porque assim o são e “nenhum dos fatores que o sujeito assume com essa

escolha — dados fisiológicos, história psicológica, circunstâncias sociais — é determinante, embora todos contribuam para explicá-la” (Beauvoir, 1970b, p. 164). Simone de Beauvoir abriu o caminho para a discussão e aprofundamento das temáticas relacionadas ao gênero. Dentro do que se sabia e/ou se falava na altura sobre isso e dada a realidade política, social, econômica, intelectual e tecnológica da época, pode-se aferir que a autora trouxe à tona expressivas contribuições aos estudos de gênero e feminilidade.

Contemporaneamente e também após o “fenômeno Beauvoir”, os debates foram se aprofundando, tanto a fim de criticar sua obra quanto na intenção de desmembrá-la e a partir dela ir para mais lugares não comuns nos espectros sociais de gênero e sexualidade. Judith Butler é um desses nomes. A filósofa estudiniense não nega a importância de Simone e até apresenta algumas concordâncias com a mesma. Entretanto, ela propõe uma forte ruptura com o binarismo contido na fala da francesa, que secciona a humanidade invariavelmente a partir do feminino e masculino, homens e mulheres. Butler discorda dessa inflexibilidade e se inquieta ao pensar e escrever sobre, como podemos ler abaixo:

Perguntei-me então: que configuração de poder contrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a instabilidade interna desses termos? Que restrição estaria operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual para a conceituação do gênero e do desejo? O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmacarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas? (Butler, 2003, p. 8)

Apesar das críticas ao redor do mundo, é reconhecido também que Simone simboliza uma referência primordial nas agendas sobre sexo, identidades e papéis de gênero, reconhecida em sua ousadia e inovação ao tocar em assuntos tão delicados e até mesmo “tabus”. Butler (1990) seguindo esse exemplo faz um esforço notório ao diferenciar sexo e gênero dizendo que “por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo como o sexo” (Butler, 2003, p. 24). (Primeira edição da obra é de 1990). Rompendo com a binariedade encontrada em Beauvoir, Judith afirma que: “além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua

morfologia e constituição (ao que será questionado) não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (Butler, 2003, p. 24). Vê-se aqui um leque de possibilidades e oportunidades performáticas e identitárias que não submetem o gênero ao sexo e nem o oposto.

Com o intuito de exemplificar a liberdade com a qual Judith Butler flui entre esses aspectos, trazemos aqui um excerto do prefácio do seu já citado livro “Problemas de Gênero” que apresenta ao leitor a figura da *drag*, divagando brevemente sobre ela ao questionar se “seria o *drag* uma imitação de gênero, ou dramatizaria gestos significantes mediante os quais o gênero se estabelece?” (Butler, 2003, p. 8). Apenas a assunção da existência e a problematização da performance dessa figura, já elucida o caráter de abertura com o qual a autora trata o gênero e sua construção disassociada do sexo. Ela ainda segue a esse raciocínio levantando uma reflexão sobre do que/ como as “mulheres” seriam feitas a fim de entender o próprio papel performático da *drag* nisso, dizendo que “ser mulher constituiria um “fato natural” ou uma performance cultural, ou seria a “naturalidade” constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?” (Butler, 2003, pp. 8 - 9).

É compreendido assim que o “ser mulher” está despreendido de características biológicas e reprodutoras; apesar do machismo e do patriarcado insistirem em reduzir as mulheres a isso, estas encontraram em outras manifestações e identificações aquilo que as define como tais. O gênero parece “dominar a matéria” e “emancipa” a mente e a identidade das limitações do sexo. Sobre isso, Scott (1989) discorre que:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as conexões entre o sexo e o que os sociólogos da família chamaram de “papéis sexuais”, aqueles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre

todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. (p. 3)

As citadas autoras – cada qual a sua maneira – propõem releituras e reformulações na lógica dominante de homem-mulher e de suas reverberações manifestas nas restrições/interpretações em papéis, personificações e manifestações de gênero. As discussões nesse sentido saem do campo do sexo biológico (definido pelo aparelho reprodutor e seu funcionamento para “caraterizar” as pessoas) e fala-se mais sobre identidades de gênero, atração física/ sexual, liberdade e conexão performática/ de imagem com [não] determinadas maneiras de ser e fazer a si mesmo. Parece não haver mais barreiras conceituais ou gavetas para o que as pessoas podem e querem ser. A nossa “maleabilidade” enquanto espécie vem sendo cada vez mais exposta e explorada, fugindo dos padrões tão restritos que estávamos – e ainda estamos em certa medida – acostumados.

Hoje, com maiores e constantes esclarecimentos, pesquisas, diálogos e debates, há grande acervo e acesso histórico às temáticas que rondam o gênero, sexo e a sexualidade humana. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas mais variadas nomenclaturas e diferenciações que até aqui se apresentam: fêmea, macho e intersexual (sexo biológico); homem, mulher, transgênero, gênero fluído, agênero (identidades de gênero); heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual (orientação sexual); feminino, masculino, andrógeno (expressão de gênero); e entre todas essas “possibilidades” citadas, ainda há outras assim como podem também surgir mais algumas (ou muitas) com a evolução e [re]conhecimento da nossa espécie. Somos uma construção de tudo que nos ensinaram, do que aprendemos e com o quê nos identificamos; e as variáveis desse aprender e identificar são muito numerosas – para não dizer infinitas. Então: o que é ser homem ou ser mulher? O que isso significa? Quem disse que assim é que se é ser ou não? Como isso afeta a vida da sociedade como um todo e de seus indivíduos?

Esse exercício de pensar em gênero, sexualidade, performances e identidades é algo complexo de se pensar e de se fazer também; como previamente dito, toda essa gama de “personalidades” diz muito mais sobre nosso processo de formação e identidade com o meio do que sobre nosso sistema reprodutor ou aparência. Nesse sentido, também Pereira (2009) pontua que “desde finais da década de 1980, várias/os autoras/es têm alertado para a necessidade de reconhecer o carácter situacional e performativo das masculinidades e

feminilidades, teorizando o gênero não como algo que se é ou tem, mas que se vai fazendo” (p. 114). Assim pode-se aferir que ser ou não ser algo vai depender do processo de [auto]conhecimento, aprendizagem e mutação que cada indivíduo vai experienciando em sua trajetória; a biologia por si só não consegue mais abarcar, determinar ou ser aceita – não pelos críticos e estudiosos pelo menos - como determinante nas manifestações e identificações de gênero e sexualidade.

Posto isso, e tendo em vista o objeto de estudo dessa dissertação – mulheres negras – é importante dizer que as falas e impressões aqui postas terão como enfoque mulheres cis (aquelas que se identificam inteiramente com o seu sexo de nascimento). Isso se deve às vivências e experiências pessoais da autora, já expostas e justificadas anteriormente na motivação de ter escrito esse texto. Se as agressões e percalços sofridos pelas mulheres cis negras já são tantas, o que dizer então das pretas que são trans, lésbicas, bissexuais, drag queens ou travestis (por exemplo)? Sem sombra de dúvidas as perseguições e marginalizações se intensificam ao passo que “adicionamos” outras camadas de realidade sobre esses corpos. Os dados e depoimentos apresentados podem facilmente serem agravados se considerarmos ainda essas outras classes de exclusão e preconceito da nossa sociedade. Essa é também outra razão pela qual o crivo aqui aplicado se faz importante: se a pesquisa se estende muito, abarca muitas individualidades, temas e conceitos, corre-se o grande risco de se falar nada sobre nada ou falar sobre tudo e não conseguir transmitir ao leitor uma mensagem concisa e interessante para apreensão, análise e reflexão.

2. Feminismo [negro]

Partindo do último tópico – mulheres -, é relevante falar acerca do movimento que as têm como foco e em muito se relaciona com as transformações que essas passaram – e ainda passam - na sociedade: o feminismo. Afinal de contas, o que ele é? De onde veio, por quem e qual sua relevância para a nossa sociedade? Além disso, porque existe um “feminismo negro” e o que ele significa? Essas são apenas algumas questões que serviram de ponto de partida para pensar e escrever esta dissertação. Extrema necessidade faz-se que se conheça e se analise criticamente esse movimento - enquanto ponto de mudança social, cultural e política - , para melhor compreensão do mesmo e reconhecimento da importância da aplicação de seus princípios. O feminismo, como é conhecido hoje, tem como premissa a promoção de uma revolução socioestrutural que melhore, equalize e dignifique a existência da humanidade,

levando em consideração mulheres, homens e também as demais identidades de gênero, porque entende-se que para que a transformação seja real, todos os atores e grupos necessitam passar por uma reformulação das práticas e ideias (Ribeiro, 2018). Mas nem sempre foi assim.

O movimento feminista, muito discutido na atualidade, tem na verdade raízes muito antigas. Vários autores destacam a emergência do tema a partir do Iluminismo, fomentado no contexto da Revolução Francesa (1789). A turbulência política, intelectual e social dessa época propiciou um palco perfeito para a agitação e o surgimento do movimento. Posteriormente, no século XIX, ocorreu um renascer das pautas relativas à autonomia feminina na Inglaterra, com bandeiras de cunho emancipatório sendo levantadas sobretudo a respeito do posicionamento jurídico acerca dos direitos e deveres de homens e mulheres, como afirma hooks (2019)² ao escrever que “geralmente, as definições são liberais na sua origem e concentram-se no direito à liberdade e à autodeterminação da mulher individual” (p. 19). (Edição original do livro publicada em 1984). Esse momento específico da história é interessante para que observemos como setores diversos – artes, literatura, educação, política, etc – podem se conectar uns com os outros e causar uma agitação que tenha impacto em todo o aparelho social.

Foram as mulheres brancas, das classes médias e altas que contribuíram para a emergência do feminismo ao reavaliar e questionar os seus papéis nos lares e no mercado de trabalho, por exemplo. Essas mulheres estavam insatisfeitas em ter, obrigatoriamente, que ocupar os papéis de esposas, mães e donas de casa. Queriam ter o direito ao trabalho e a dominar outros campos da vida e da sociedade, como seus pais e parceiros e as demais figuras do sexo masculino da época. É como bell hooks (2019) aponta, usando o exemplo partilhado por Betty Friedan (1963), de que o movimento feminista resultou da situação

² Nascida como Gloria Jean Watkins, bell hooks é o nome artístico dessa autora, professora e militante negra. A opção pelo mesmo se fez para homenagear a bisavó da mesma e o uso de letras minúsculas é na intenção [política] de que seu trabalho fosse lido e não que seu nome/pessoa fossem levados em relevância. Tal ato tenciona ultrapassar as normas linguísticas e acadêmicas e colocar em foco as ideias em que ela acreditava. Por isso sua vontade será respeitada e seu nome artístico será colocado em minúsculo no decorrer do texto.

vivenciada por um “grupo restrito de mulheres brancas casadas, com formação acadêmica, pertencentes à classe média e alta – donas de casa aborrecidas com o tempo livre, com a casa, com os filhos, com as compras e que queriam mais da vida” (p. 1). Assim emergia o feminismo, que se manteria por um bom tempo na esfera da mulher branca e burguesa, e atento somente às demandas destas.

A preocupação inicial do movimento de “libertação feminina” pautava-se na lógica binária e dualista homens *versus* mulheres. As mulheres eram as “vítimas” e os homens os transgressores e opressores, então era necessário lutar contra as amarras e as limitações que eles impunham, a começar pelas obrigações de casa, dos filhos e do casamento que eram, exclusivamente, femininas e inviabilizavam a participação das mulheres em atividades além do lar. Essa perspectiva trazia à tona a representação social da mulher, fundamentada em fraqueza e fragilidade uma vez que as “damas pobres e indefesas” precisavam que os homens a deixassem serem, falarem e fazerem. O único lugar de fala delas era na cozinha, lida da casa e na educação dos filhos, obrigações atribuídas ao instinto maternal e ao papel de boa esposa; os homens não tinham interesse genuíno nisso então eles eram figuras distantes nesses campos (basta recordar o que foi trabalhado na introdução desse escrito acerca da falsa emancipação feminina). Ao colocar esses pesos na balança, a desigualdade era perceptível; porém ao tratar a situação como antagonica, o movimento fortalece a rivalidade entre sexos quando na verdade deveríamos ser aliados na desconstrução do sexismo, como escreve hooks (2019) dizendo que:

As mulheres que defendiam a libertação chamaram as mulheres a participar no movimento feminista, mas não sublinharam continuamente que os homens deveriam assumir a responsabilidade de lutar ativamente pelo fim da opressão sexista. Segundo elas, os homens eram todo-poderosos, misóginos e opressores – eram o inimigo. As mulheres eram oprimidas – as vítimas. Esta retórica reforçava a ideologia sexista, ao inverterem a noção de conflito básico entre os sexos, implicando que o empoderamento das mulheres se daria à custa dos homens. (p. 53)

Mais tarde passou-se a reconhecer-se a necessidade do feminismo transformar a sociedade em sua totalidade, de modo a obter êxitos satisfatórios enquanto ideologia de libertação. No decorrer da história, percebeu-se que o empoderamento feminino independe dos homens – mas também os afeta. O apoio masculino é um contributo não apenas para as

mulheres e para o feminismo, como também para toda a sociedade (como já mencionado, a libertação real se dará se ela for completa e abranger todos os setores e classes sociais (Ribeiro, 2018)). Também é evidente que os muitos lugares de poder que os homens ocupam, poderiam ser mais facilmente ocupados pelas mulheres se eles também lutassem por uma mudança crítica, comportamental e estrutural que efetivamente abrisse mais portas rumo à equidade. Entretanto, a luta feminina apesar de ser benéfica para todos, é de responsabilidade urgente das mulheres já que são essas que de fato ocupam os corpos que vivenciam as desigualdades de gênero.

Com esse contexto apresentado, cabe aqui apontar então a falha de muitas defensoras feministas nesse sentido de coletividade: a aspiração a conquistas individuais e pontuais, ao invés de mudanças coletivas e estruturais. Uma vez que as mulheres brancas já haviam se beneficiado do movimento feminista, elas não viam necessidade para criticá-lo ou estudar suas bases a fundo, tampouco buscavam alterar seu grau de alcance e preocupação (hooks, 2019). Assim, ao atenderem seus desejos próprios, elas negligenciavam as necessidades das demais e nem ao menos consideravam a realidade de demandas mais preocupantes existirem para que elas fizessem reivindicações. Fecharam em si próprias e nas suas realidades para proporem as práticas e ações pelas quais iriam levantar bandeiras a fim de gerar pressão para conseguirem as respostas e conquistas desejadas.

Portanto, a dimensão coletiva do movimento feminista é considerada como estruturante e crítica, pois “o seu objetivo não é beneficiar unicamente um grupo específico de mulheres ou uma raça ou classe de mulheres em particular. Não privilegia as mulheres relativamente aos homens. Tem o poder de transformar as nossas vidas de uma maneira significativa” (hooks, 2019, p. 21). Afere-se pela leitura da autora, que era suposto que a luta não fosse individual ou classista e sim grupal, democrática, libertadora e revolucionária, para cumprir de fato com o que o movimento anseia, que é “erradicar a ideologia de domínio que se difunde na cultura ocidental a vários níveis, bem como um compromisso de reorganização da sociedade” (hooks, 2019, p. 20). Nesse contexto de pessoalidade e branquitude que não se abria para [re]análise e reformulação, marginalidades e opressões foram reproduzidas e reforçadas pelas próprias mulheres relativamente a outras mulheres; essa parte da história do movimento é carregada de contradições e claro, críticas.

O feminismo em sua práxis, segregou e esqueceu muitas mulheres em suas multiplicidades, complexidades e necessidades de emancipação. A mulher branca queria trabalhar fora de casa, ter uma vida para além do casamento, lar e filhos e nesse contexto não há uma clara referência “a quem seria chamado a tomar conta das crianças e a cuidar do lar se mais mulheres como ela fossem libertadas dos seus trabalhos domésticos e beneficiassem da igualdade de acesso às profissões como os homens brancos” (hooks, 2019, p. 1). Números levantados no Brasil em 2018 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelam que das 6,2 milhões de pessoas que exerciam trabalhos domésticos remunerados (babás, diaristas, empregadas(os) domésticas(os), jardineiros(as) entre outros), 5,7 milhões (92 %) eram mulheres e desse montante, quase 70% (3,9 milhões) eram negras. Se observarmos esses dados e considerarmos que eles são na verdade uma herança do período escravocata já que mesmo após o fim da escravatura, eram os negros que ocupavam os cargos sem prestígio, braçais e de alta desvalorização (Silva et. al, 2017), conseguiremos recriar o perfil daqueles que possibilitaram a elevação da burguesia branca - e aqui nesse recorte, feminina – na sociedade.

A definição do perfil dos trabalhadores domésticos, estava diretamente ligada a condição de escravidão, já que “no período escravista, a assimilação da posição social à identidade racial indicava certa equivalência entre a cor e o exercício de certas atividades, ou seja, ser escravo significava ser negro e as atividades realizadas pelos negros, na maioria das vezes, eram atividades desprestigiadas” (Silva et al, 2017, p. 455). Se ainda hoje – no Brasil e no mundo – vemos resquícios imensos dessa época, o que dizer do período logo após a abolição, que não oferecia condições de vida equiparadas e nem leis voltadas para o trabalho. Importante citar que o movimento feminista não estava interessado em ajudar as mulheres afetadas por essa desigualdade e nenhuma outra além daquela condizente à burguesia; também eram desconsideradas as mulheres que não eram casadas, que não tinham filhos ou lares. Não havia menções às não brancas, pobres ou reconhecimento das trabalhadoras, prostitutas ou domésticas (hooks, 2019). Além disso, o feminismo reforçava uma visão dualista e simplista de gênero, que em nada ajudava na disseminação e abrangência do movimento.

As mulheres em suas diversidades de classe, cor, escolaridade, e etc., não estavam representadas no movimento de fato, e poderiam demandar outras reivindicações não necessariamente relativas a carreiras ou prestígio social, como era comum nas exigências das

mulheres brancas burguesas. Como dito, todas as exclusões e preconceitos devem ser criticados e combatidos, porém há situações extremas e que geram tamanho impacto nas esferas do social, da qualidade de vida e da violência, que parece um tanto redutor ou cruel deixá-las de lado. De fato, “ser discriminada e explorada por ser uma mulher é doloroso e desumano, mas não é necessariamente tão doloroso, desumano ou ameaçador como viver sem comida ou sem abrigo, como passar fome, como estar em estado terminal e não ter cuidados médicos” (hooks, 2019, p. 49). Além das negações e limitações enfrentadas diariamente e manifestas sobretudo nas figuras do sexismo, do classismo e do racismo, as mulheres não brancas enfrentavam ainda “silenciamento e exclusão” dentro do próprio grupo de gênero. E por não ocuparem os mesmos lugares sociais e não possuírem lugar de fala para se imporem, essas foram invisibilizadas por um longo tempo.

Apesar de uma falsa sororidade ser propagada dentro do movimento sob o discurso de que todas as mulheres partem de um mesmo problema – o machismo –, as não brancas e/ou mais pobres sabiam muito bem que isso não era real e não se viam dentro do feminismo, não se identificavam e, tampouco eram consideradas como carecedoras de apoio e libertação. Suas lutas envolviam problemáticas que as feministas brancas ignoravam – seja por egoísmo, não vivência, desinteresse, falta de diálogo, etc. – ou não queriam trazer para a pauta, usando a superficial alegação de desvio de funções e de ideologia, por exemplo. Essa situação não passou despercebida pelas mulheres dos estratos sociais inferiores, que serviram muitas vezes de apoio para o empoderamento das militantes seja quando colocadas nas suas casas para cuidar do lar (inseridas num mercado de trabalho precário e/ou escravo), ou até mesmo pela sua existência marginal, que por si só criava um abismo entre ambos os grupos (hooks, 2019) e automaticamente fortalecia a ascensão da branquitude burguesa. Abismo esse que nem de perto estava nas pautas de ação do movimento, já que estas não tinham representação dentro do mesmo para tal.

Enquanto as mulheres mais pobres ocupavam esses lugares periféricos, as mulheres brancas buscavam seus direitos e interesses pessoais, sem integrar outras vozes e necessidades já que a sororidade nunca foi real, ao contrário do que era afirmado. bell hooks (2019) apresenta posição crítica a isso, ao dizer que apesar desse afastamento relativo às questões de cor e classe, as mulheres não brancas eram convidadas a falar e a participar das organizações feministas, ainda que suas preocupações não fossem levadas em consideração para uma possível reformul[ação] ideológica. Assim elas eram ouvidas, mas ao mesmo tempo

silenciadas. A ausência de envolvimento do feminismo com a causa negra poderia ser justificada, por exemplo, com os estereótipos de que os corpos femininos negros eram dotados de uma resistência incomum, dispensando qualquer ajuda ou suporte. Se as mulheres negras conseguiam trabalhar nas lavouras, nas casas, cuidar de suas famílias e ainda “servir” os senhores, que fraqueza teriam afinal? Que vítimas detêm tamanha resiliência? Dessa maneira, as mulheres negras não eram vistas enquanto mulheres e como tal não tinham espaço na luta. Essa invisibilidade é destacada por Djamila Ribeiro (2018), quando resgata um discurso de uma ex-escrava, que questionava o seu lugar “invisível” no mundo:

Em 1851, Sojourner Truth, ex-escrava que se tornou oradora, fez seu famoso discurso intitulado “E não sou eu uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, em que dizia: Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? (p. 34)

Como dito, parte do discurso do movimento feminista pautava-se no pressuposto de que as mulheres são seres frágeis e indefesos. Como essa imagem não era concordante com a vida das mulheres escravizadas, estas não eram vistas como necessárias ou demandantes da luta. Ribeiro (2018) ao falar sobre a obra “Mulheres, raça e classe”, de Angela Davis que teve sua primeira publicação em 1981, relembra que as mulheres escravizadas ao realizarem o mesmo trabalho braçal dos homens, perdiam sua condição feminina e, por tal, não eram exemplos de fragilidade, castidade, pureza ou dignidade e, por conseguinte, não eram abraçadas pelo movimento feminista. As mulheres negras sofriam abusos, violências e estigmas que as colocavam em uma situação de opressão que não era experimentada – tão comumente – pelos homens negros, sendo “importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas” (Davis, 2016, p. 37). As trajetórias de

vida das negras - apesar das subjetividades de cada sujeita - carrega em si uma série de similaridades ligadas à exploração e violência de gênero, raça e classe.

Claramente essas experiências e realidade escrava colocaram as mulheres pretas em um lugar muito desconfortável e de resistência diária já que “suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas” (Davis, 2016, p. 40). Entretanto, essas ainda permaneciam mulheres; mulheres estas que precisavam - e tinham por direito - presenciar uma libertação multidimensional (do racismo, sexismo, classismo e aprisionamento). É curioso o fato das brancas que estavam liderando o movimento feminista não se atentarem a isso, afinal elas permaneciam sendo mulheres; sob diferentes agressões e com outras demandas e preocupações. Mas permaneciam mulheres, não é mesmo? Ora, então porque elas continuaram sendo escravizadas, exploradas e agredidas por tanto tempo? Onde estavam as suas “irmãs” de luta? Essa é uma mancha no movimento que não se pode apagar.

No meio do século 19, a citada oradora Sojourner “já anunciava que a situação da mulher negra era radicalmente diferente da situação da mulher branca. Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” (Ribeiro, 2018, p. 34). Afirmar isso não é dizer que votar e trabalhar são coisas que não deveriam ser entendidas como direito a todos independente do gênero; é isso dizer que havia preocupações mais urgentes, civilizatórias e estruturalmente mais complexas e necessárias para a classe – e para a humanidade. Trazer também os corpos femininos pretos explorados para a linha de frente, dignificaria toda a classe feminina e fortaleceria a luta e daria a mesma um caráter menos hipócrita, seletivo e reprodutor de opressões. Isso porque assim elas poderiam ter “decidido que a luta de classes seria uma questão central do feminismo; que tanto as mulheres pobres como as privilegiadas trabalhariam para compreender a estrutura de classes e a forma como esta coloca as mulheres umas contra as outras” (hooks, 2019, p. 49).

A omissão – e até mesmo desrespeito - às outras camadas de mulheres existentes e com dificuldades de acesso e mobilidade sociais ocasionadas pelas existentes componentes raciais, sociais e étnicas nas quais essas se inseriam, acabou por produzir várias críticas e tensões dentro e fora do movimento. Ora, como falar de mulheres, para mulheres e

por mulheres se apenas um grupo racial e social detém as publicações, lugar de fala, e benefícios adquiridos pelo movimento? Como se falar a respeito de todas se apenas algumas têm voz? De que maneira criar condições [d]e refletir o lugar social desse grupo se ele não é considerado em sua diversidade e totalidade? Pensando no outro lado - como já discutido linhas acima: como e por que alguém iria se filiar, defender ou se identificar dentro de um movimento que não o vê e também o nega? As restrições e negações diárias já são imensas em grupos vulneráveis em sua inserção – ou ao menos tentativa - na sociedade de forma geral; se esses grupos, dentro de algo que era suposto deles se identificarem, encontram ainda mais portas fechadas e silenciamento, dificilmente eles sentirão que pertencem àquilo ou que devam cooperar para tal.

Tendo como base essas críticas – e ainda outras mais -, a partir dos anos 70 ganha expressão – inicialmente nos Estados Unidos da América – um olhar sobre o feminismo focado para além da existência das desigualdades existentes entre os determinados gêneros. Nessa reformulação a libertação feminina não cabia mais – se é que um dia coube realmente - na dicotomia homens x mulheres [burguesas brancas]. Aqui, ganha espaço uma crítica dura à estruturação social como um todo, uma vez que a própria sociedade necessitava pensar e também se movimentar rumo ao reconhecimento das mulheres como iguais e também enquanto sujeitas que foram caladas durante muito tempo e que precisavam trilhar condições de oportunidade e reparo para conseguirem “correr atrás do prejuízo”. Obviamente as não ricas e brancas necessitavam de muito mais “correção” para atingirem sua elevação. A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), escreve sobre isso que:

O feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da National Black Feminist, nos Estados Unidos, em 1973, e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra. Porém, gosto de dizer que, bem antes disso, mulheres negras já desafiavam o sujeito mulher determinado pelo feminismo. (p. 34)

Nomes como Angela Davis, Alice Walker e bell hooks nascem de lutas e para lutas, repensando o lugar e papel das negras dentro da sociedade e dentro do movimento feminista como um todo. Alimenta-se uma mudança ideológica em relação às noções de igualdade e difunde-se o pensar em equiparidade para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e também os mesmos acessos, condições e reconhecimento em suas

conquistas, capacidades e realizações. A crítica e ação em relação aos corpos femininos começam a ser muito mais incisivas e complexas, voltando o olhar para questões mais profundas do que aquelas até então levantadas pelas feministas burguesas que “encabeçaram” a luta. E uma dessas pressões, já introduzida no texto, diz respeito aos corpos negros. A discussão, o envolvimento e as conquistas estavam até então voltados às mulheres brancas, da média/alta sociedade, do meio intelectual, dos grupos políticos dominantes. E a partir disso, várias questões surgiram, como: onde estava esse feminismo enquanto mulheres negras eram escravizadas? Onde estava esse feminismo enquanto negras estavam em condições de [sub/des]emprego, fome, marginalização e opressão?

Inicia-se um trabalho profundo, teórico e analítico baseado na interseccionalidade, que parte de um princípio holístico do ser, levando em consideração sua totalidade de condições no mundo que afetam diretamente o seu [bem-]estar nele. Entende-se que não há como lidar com a questão do gênero sem lidar com a cor; não há como lidar com a questão da pobreza sem lidar com a cor; não há como lidar com a questão da educação sem lidar com a cor; não há como lidar com a questão política sem lidar com a cor. As esferas de exclusão se relacionam intrinsecamente e caracterizam a socialização dos indivíduos e grupos. Nessa altura, percebia-se, falava-se e produzia-se - talvez como nunca antes - variados discursos acerca da especificidade do corpo negro enquanto alvo de transgressões. Afinal, “a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática, que não negue identidades em detrimentos de outras” (Ribeiro, 2018, p. 83). Apenas reconhecendo identidades se faz possível falar de um feminismo que seja íntegro e abrangente.

O Brasil também assiste a transformações profundas no discurso feminista negro na altura dos anos 80, e passa a experienciar variadas mudanças na tratativa e difusão da temática; para um país com raízes de escravização e colonização que até hoje colhe os frutos dessas violências, pensar e falar do povo negro – em especial as mulheres – se consolida como um passo importante para abertura à discussão dessa realidade que é constantemente abafada, negligenciada e até mesmo negada por grande parte dos brasileiros. Aponta Ribeiro (2018) sobre esse período que “surgem organizações importantes como Geledés, Fala Preta e Criola, além de inúmeros coletivos e de uma vasta produção intelectual. Nesse sentido, Lélia Gonzales surge como um grande nome a ser debatido e estudado” (p. 80). Lélia traz a mulher preta para o discurso sociorracial e afirma que os saberes mais valorizados são os de origem

branca, uma vez que ele foi e é hierarquicamente imposto – pelos brancos, óbvio – dessa maneira e reproduzido assim. (Ribeiro, 2018). Se o saber não for também negro, como valorizar e falar desse povo com verdade e dignidade?

A abertura e consolidação que o movimento feminista negro vem alcançando nos últimos anos mostram como este tem trabalhado arduamente para tentar reparar os anos de exclusão e invisibilidade da negritude. Romper com a lógica branca eurocentrista de estrutura social, ocupação dos lugares de poder e produção literária são de extrema necessidade vista para chegar aos lugares de difusão de saber e ação social e implantação de políticas e ações afirmativas. A representatividade é vista como elemento crucial para tal, uma vez que “em obras sobre feminismo no Brasil é muito comum não encontrarmos nada falando sobre feminismo negro. [...] É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui” (Ribeiro, 2018, p. 35). Se as discussões relativas ao gênero não possuem espaço para as multiplicidades de corpos e condições femininas existentes, há uma perda de sentido do movimento enquanto ideologia integradora e de libertação. Num país de grande expressividade negra e feminina (cerca de 1/3 da população total) como é o caso brasileiro, vê-se que é verídica a urgência de se romper com o modelo branco dominante a fim de reparar o dano histórico com o qual essa população convive diariamente e também quebrar as várias cadeias de violência e exclusão naturalizadas na comunidade (até mesmo dentro da comunidade feminista, como lido).

Por razões - até mesmo pessoais - já explicitadas, o feminismo negro se apresenta aqui com muita necessidade de atenção e entendimento. Entretanto, há outras especificidades e peculiaridades envolvidas na formação e expressão do “ser mulher” que são submetidas a diversas violências, negações e dificuldades, como as indígenas, transexuais, travestis, lésbicas e mulheres com algum tipo de deficiência, por exemplo. A estrutura social vigente tem grande dificuldade em respeitar e abraçar as diferenças; preconceitos, estereótipos e históricos de exclusão se arrastam sob as diversidades de corpos e escolhas, dificultando a inclusão e compreensão do próximo. Para que haja mudanças neste sentido - a partir do movimento feminista - é preciso reconhecer os privilégios existentes e condicionar sua reformulação para a devida reparação para com as demais irmãs de luta. No caso específico dos negros, “se pessoas brancas continuarem falando sobre pessoas negras, não vamos mudar a estrutura de opressão que já confere esses privilégios aos brancos. [...] De modo que não

podemos seguir apartados do movimento formado para combater justamente isso” (Ribeiro, 2018, p. 55). E a autora continua ao dizer que:

Não perceber essa importância me faz questionar até que ponto se é aliado. Como negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa. Se já estou fora de diversos espaços, um aliado veria a importância da minha fala sobre problemas que me afligem em vez de querer falar por mim. É necessário usar seu espaço de privilégio para dar espaço a grupos que não o têm, até porque esse privilégio foi construído em cima das costas de quem foi e é historicamente discriminado. (p. 55)

Apesar de aqui se destacar a causa negra, frisa-se novamente que fica aberta convite para a reflexão de forma que essa seja estendida sobre outras corporeidades femininas existentes e possíveis na nossa sociedade. Como já discorrido, falar, pensar e repensar o feminismo e sua forma de ação é totalmente necessário para que o movimento se reformule, aprimore e abranja a diversidade de corpos e realidades que lhe é pressuposto. Essa mabealidade é benéfica e mandatória para os meios e fins que se propõem no feminismo, uma vez que “tal como as nossas vidas não estão fixas ou estáticas, mas em constante mudança, a nossa teoria tem de permanecer flexível, aberta e recetiva a novas informações” (hooks, 2019, p. IX). Metamorfosar e abrigar, como se deve ser, as diversas interseccionalidades que existem no “ser mulher” é um desafio não apenas para o feminismo, mas também para cada uma de nós. Em nossas várias histórias de vida e de formação por vezes somos condicionados a tratar com estranhamento ou distanciamento aquilo com o que não nos seja idêntico, parecido ou familiar; há um movimento individual e também um grupal a serem feitos no sentido de romper com isso.

Esse é um exercício de sororidade, respeito, [auto]conhecimento e desconstrução que potencialmente pode aproximar a sociedade de uma real emancipação (ainda que a passos pequenos). Quanto mais os indivíduos conhecerem a si e aos outros a fim de integrar saberes e vivências, estes estarão mais articulados e concisos para se organizarem e reivindicarem aquilo que entenderem como deles por direito. Quando se fala do movimento feminista, isso significa dizer que “as mulheres têm de aprender a aceitar a responsabilidade de resistir a opressões que podem não as afetar diretamente a nível pessoal. [...] Quando demonstramos a nossa preocupação pelo coletivo, fortalecemos a nossa solidariedade” (hooks, 2019, p.50). O

diálogo e a abertura às diferenças, mostram-se então como aliados fundamentais nas bases de um feminismo reformulado, com consciência social e viés integrador; as diferenças que antes simbolizavam distanciamento e defesa de lutas desconexas/ particulares, passam a ser vistas como fonte de compreensão do outro e de valorização de todas as lutas como relevantes para o empoderamento e fortalecimento das mulheres enquanto grupo múltiplo integrado.

Após essa breve revisão histórica e sociopolítica do movimento, trouxe-se a justificativa sobre o porquê falar sobre o feminismo [negro], a fim de que as mulheres o conheçam um pouco mais ao mesmo tempo em que possam se enxergar enquanto agentes potencializadoras de mudança (interna e externamente). Acredita-se que “trabalhando em conjunto para expor, examinar e eliminar a sociabilização sexista dentro de nós mesmas, as mulheres fortalecer-se-iam e afirmar-se-iam umas às outras e construiriam uma base sólida para o desenvolvimento de solidariedade política” (hooks, 2019, p. 37). Tendo essa premissa como crença e motivação para a escrita, a autora viu a necessidade de trazer esse tópico para o trabalho visando maiores esclarecimentos e reflexões relativas ao mesmo; através do que se avalia ser um compilado de informações claras, precisas e criticamente escolhidas e expostas, é colocado o convite para que homens e também outras identidades de gênero – para além das já mencionadas mulheres - possam ter acesso a esse escrito e, esperançosamente terem alguma identificação com o mesmo.

3. Formação experiencial: a particularidade da mulher negra

No campo da educação são várias as modalidades nas quais se manifestam os processos de ensino-aprendizagem. A educação formal é a modalidade educativa mais reconhecida, do ponto de vista social, pela sua intencionalidade, organização, prestígio e possibilidade de atribuição de certificado/diploma (Canário, 1999). A educação formal, embora não se circunscreva ao espaço escolar, processa-se de um modo privilegiado na escola. Contudo, quando se adota uma perspectiva ampla do processo educativo, entende-se que a educação ocorre em todos os tempos e espaços de vida (Canário, 1999; Cavaco, 2001; Freire, 1967). Deste modo, destaca-se a importância da educação não formal e da educação informal, ao reconhecer-se “que a maior parte daquilo que sabemos não foi apreendido na escola, sendo esta na sua forma moderna, uma invenção histórica muito recente, pela qual passou uma parte ínfima da humanidade” (Canário, 2006, pp. 1-2).

Nesse contexto, salienta-se que “na educação não-formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma” (Gadotti, 2005, p. 2). As características da educação não formal justificam a importância desta modalidade educativa na vida, em sociedade e na relação do indivíduo consigo mesmo. Afinal, a ação de aprender sob este espectro se dá de forma contínua, livre e ilimitada, colocando o indivíduo em uma profundidade de ser e se fazer muito específicas. Até mesmo quando se acredita que nada está a aprender, o simples ato de organizar ideias e experiências ou até mesmo refletir sobre algo que se passou, já colocam o sujeito num processo interno de formação que se manifesta enquanto mudança a curto ou médio ou longo prazo para o mesmo. Tudo vai depender de como o indivíduo vai estar no momento que passa pela experiência e de como ele vê a mesma de acordo com o que ele já sabe e vivenciou; o ciclo da aprendizagem é infinito.

Assumir a globalidade do processo educativo e a importância da complementaridade das modalidades educativas é também reconhecer o contributo da experiência de vida na formação. Como pontua Cavaco (2009), “a aprendizagem por via da experiência é um processo natural e intrínseco à essência do ser humano, embora nem sempre tenha sido verificado o reconhecimento e a valorização social deste processo” (p. 221). As nossas ações diárias têm como subjacente um vasto campo de conhecimentos e de saberes diversos. Os processos educativos são naturais e, ao mesmo tempo, demarcados cultural e politicamente. A aprendizagem ocorre de múltiplas formas, e por vezes torna-se difícil explicar como, quando ou porque se aprendeu ou se faz determinada coisa, de determinada maneira. No campo da formação experiencial os indivíduos vão aprendendo, assimilando e produzindo práticas, de acordo com suas vivências, saberes e experiências. Para resumir, diz Canário (2006) que, “à aprendizagem de coisas que não são ensinadas [...] - dá-se o nome de “formação experiencial” (p. 2).

Tendo em vista o histórico conceitual de “aprendizagem experiencial”, pode-se aqui apontar alguns nomes importantes e que ajudam na compreensão da importância desse processo. Na altura dos anos 20, John Dewey assinala para o “sentido do saber”: se a atividade educativa é sem sentido e importância para aqueles que estão envolvidos nela, sua apreensão é dificultada; e o contrário acontece quando se respeita a individualidade de cada um, permitindo descobertas e experiências que de fato se fixam e significam muito para quem

as apreende. Já na segunda metade do século, por volta de 1970/1980, Kolb defende um modelo cíclico no qual vivência da experiência, observação e reflexão [da mesma] permitem que novas experiências surjam e sejam transformadas. Para ele, o conhecimento ocorre verdadeiramente quando o que fora vivido é transformado. Mezirow por volta dos anos 70/80 valora o conceito de “sentido” - ou “significado” -, apontando que é isso que guia nossos comportamentos e relações intra e interpessoais. Passado e presente se conectam como transformadores, uma vez que o que foi aprendido é colocado em cheque ao chegar de novas experiências, conduzindo-nos a constantes reavaliações e mudanças de perspectiva sempre que se julgar necessário (Pires, 1999).

Ainda podemos citar Paulo Freire, que surge pouco depois da segunda metade do século passado. Com sua extensa produção literária e inegável importância para a teoria e a prática de processos educativos e de alfabetização, ele nos conduz a aproximação de uma “tomada de consciência” sobre o que vivemos a fim de atingir transformação individual e coletiva pelas nossas atitudes. Também cabe mencionar Malcolm Knowles, que emerge na década de 90 e afirma que os adultos formam sua identidade e vivem seus processos de aprendizagem a partir das experiências que colecionam ao decorrer de sua trajetória (Pires, 1999). Assim como a experiência é maleável nos mais diversos contextos e realidades, a conceituação e compreensão acerca da “formação experiencial” ou da “aprendizagem experiencial”, segue essa mesma lógica e vem se mutando e ganhando novos espectros ao passo que falamos, estudamos e observamos mais os seus processos e sujeitos.

A formação experiencial é um processo que não se finda em si mesmo e nem tem um limite para acontecer; cada indivíduo, no decorrer de toda sua trajetória, preferências, condições mentais, emocionais, socioeconômicas, espaciais e etc., vai assimilando, aprendendo, resignificando e redirecionando os saberes e lições que apreende através das experiências que vive. Toda nova experiência e resposta a mesma se dá pela [des]construção do conjunto de experiências, viveres e saberes que foram acumulados anteriormente, seja individual ou coletivamente. Como resume Cavaco (2009), “a formação experiencial resulta de um trabalho do sujeito sobre si próprio, em interação com os outros, ao longo da sua vida, a partir do seu patrimônio de experiências” (p. 226). Construimos e somos construídos em um processo de trocas muito difuso/ múltiplo; em todos os lugares pode-se aprender algo. Toda gente pode ensinar e aprender algo, e essa troca incessante com/entre tantos elementos e possibilidades, confere diferentes ações e reflexões entre, sobre e sob os envolvidos.

Assim sendo, pode-se aferir que muito do que sabemos e/ou somos não se resume ao que aprendemos em uma sala de aula em qualquer fase da vida que seja. Quantas pessoas ao redor do mundo chegam ao fim de seus dias sem saber como escrever ou soletrar o próprio nome? Significaria isso dizer que estas são isentas de qualquer tipo de saber? Certamente não. E os agricultores que fazem suas terras frutificarem sem ter passado nem perto de uma faculdade de Agricultura? Eles aprenderam o que sabem no decorrer da sua existência, observando, criando, vivendo. Por isso se faz tão importante atentar o nosso olhar para as construções formativas, educacionais, organizacionais e operacionais que se manifestam longe dos muros escolares e dos seus saberes tidos por muitos como universais. Consoante a isso, Gohn (2014) na citação abaixo, considera uma perspectiva de aprendizagem vista como componente chave na formação humana:

É fazendo que se aprende. A experiência tem papel importante. Cultura para nós é um processo vivo e dinâmico, fruto de interações onde são construídos valores, modos de percepção do mundo, normas comportamentais e de conduta social, uma moral e uma ética no agir humano. O meio sociocultural onde se vive e a classe social a que pertence fazem parte da construção da cultura dos indivíduos. Ou seja, o que tentamos deixar claro é que não existem conteúdos "chapados", absorvidos acriticamente, de fora para dentro. Sempre há recriação, reelaboração interna, mental, de tal forma que o que foi aprendido é retraduzido por novos códigos, de dentro para fora, e ao se expressar como linguagem ou comportamento, é um conhecimento elaborado. Há, portanto, um grau relativo de autonomia do sujeito que aprende. E o que os analistas denominam "reconstrutivismo". (Demo, 2001). Ao contrário do ensino, que se esforça por repassar certezas que são reconfirmadas na prova, a aprendizagem busca a necessária flexibilidade diante de uma realidade apenas relativamente formalizada, valorizando o contexto do erro e da dúvida. "Pois quem não erra, nem duvida, não pode aprender" (Demo, 2001:9). (p. 39)

As construções da personalidade, caráter, raciocínio lógico e etc., perpassam as paredes das salas de aulas e encontram nichos formadores em todo o canto que o indivíduo vá, com todas as pessoas que esse encontra na sua trajetória de vida. Apesar da contribuição das escolas nos processos de socialização e aprendizagem, é também no cotidiano comum, com os vizinhos, nas ruas ou em casa que de fato aprofunda-se e caracteriza-se o autoconhecimento e formação identitária. É observando, assimilando e apreendendo

diariamente e constantemente que há a aquisição de experiências que moldam e transformam os indivíduos e os grupos. De maneira natural, involuntária, não intencional e/ou despreziosa são formadas as nossas personalidades que estão sempre sujeitas à mudanças – ou não - com o decorrer da vida. Resumidamente, “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor” (Freire, 1967, p. 43).

As palavras “erros e acertos” (comuns no ensino formal) caem em desuso desse processo orgânico; tudo que é vivenciado pode gerar um aprendizado ou até mesmo uma lição. E em uma situação futura na qual possa haver um confronto similar ao que fora já vivido, aquilo que foi experienciado em outro momento poderá ser aproveitado para dar resposta à demanda corrente. Isso defende Cavaco (2016) ao afirmar que “a experiência é um processo dinâmico, que ocorre quotidianamente e remete para a temporalidade da vida - o presente é vivido tendo por referência a experiência do passado e os projectos do futuro” (p. 955). Ainda reforça a autora que “a experiência apresenta um caráter dinâmico, é questionada e alterada em função das novas situações vivenciais, o que permite a evolução do indivíduo e dá origem a um processo de formação ao longo da vida” (Cavaco, 2009, p. 222). Em nossa existência, moldando e sendo moldados, descobrimos e construímos nossas opiniões políticas, preferências no que comer, vestir ou lugares para ir, perspectivas sobre as mais variadas temáticas, preconceitos e etc.

A impermanência é a única coisa permanente nos ciclos de aprendizagem e nossas mentes e corpos estão submetidos e propícios a mudanças a todo o momento; fatores culturais, sociais, climáticos, políticos, emocionais, financeiros e morais – entre outros – afetam diretamente a forma com a qual reagimos ao que se passa dentro e fora de nós mesmos. Portanto, até mesmo indivíduos que compartilham características ou condições similares podem não reagir da mesma maneira aos “estímulos” e “pressões” que sofrem em suas experiências privadas. Afinal, a experiência de cada um, ainda que partilhada por grupos parecidos – ou não -, vai ser diferente porque são pessoas diferentes, com histórias, emoções e bagagens diferentes. Partindo disso, e tendo como enfoque a temática proposta nesse escrito, há um enxerto de bell hooks (2019) no qual ela discursa sobre a peculiaridade formativa das mulheres negras, que ao viverem as opressões comuns a todas as mulheres “frequentemente adquirem consciência da política patriarcal a partir da sua experiência de

vida, tal como desenvolvem estratégias de resistência (mesmo que não resistam numa base sustentada e organizada)” (p. 9).

Essa afirmação corrobora o dito no parágrafo anterior: por mais que haja semelhanças entre as mulheres relativas à mesma condição de gênero, as realidades de vida (social, racial, étnica, etc) podem conferir mecanismos de “exclusão extra” para grupos específicos que, por conseguinte, vão ser moldados socialmente em um contexto distinto de grupos que possuam privilégios ou que não estejam em uma posição tão desfavorável. Para exemplificar, pode-se dizer que “[...] mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas. O mesmo ocorre com homens brancos homossexuais, que são discriminados pela orientação sexual, mas, racialmente falando, fazem parte do grupo hegemônico” (Ribeiro, 2018, p. 17). A estrutura social vigente afeta diretamente a forma como os indivíduos e grupos são vistos, se comportam e se moldam; o ambiente e as tensões que estes vivem vão ter impacto decisivo na sua personalidade e resposta ao que vivem. Isso vale para escalas desde a micro até a macro.

Pode-se avaliar, portanto, que uma mulher negra, que vive a interseccionalidade do gênero, da cor e em muitíssimos casos também da pobreza - já que em média recebem 70% menos do que as mulheres brancas (segundo dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - de 2016) – vai passar por situações que irão moldar sua experiência de forma bem diferente das brancas, por exemplo (por mais que sejam ambas mulheres). Logo, recebendo as negras salários inferiores (por exemplo), além de serem oprimidas pelo sexismo/machismo (gênero) e pelo racismo (cor), vão também ser transgredidas pela pobreza (classe), o que vai influir fortemente no acesso das mesmas à educação, saúde, transporte, qualidade de vida e etc. Isso porque “[...] raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis” (Ribeiro, 2018, p. 82). No momento em que há uma análise holística da situação da mulher negra no Brasil e no mundo, a compreensão acerca dos mecanismos sociais estruturantes aponta para um intrincado de problemáticas com raízes profundas e extremamente fortes no solo ainda fértil do período escravocrata.

Opressão por cima de opressão, exclusão por cima de exclusão em um ciclo perpétuo de negação e restrição contribuíram para uma história dos negros em nosso país – e em muitas outras partes do mundo – que os colocou em um lugar de inferioridade e extrema

escassez de oportunidades. E os números, como mostrado, confirmam esses fenômenos de desigualdades e múltiplas formas de violência; essa última apresenta-se sob uma perspectiva muito crítica para os negros brasileiros, visto que “[...] o Atlas da Violência de 2018, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que a população negra está mais exposta à violência no Brasil. Os negros representam 55,8% da população brasileira e são 71,5% das pessoas assassinadas” (Ribeiro, 2019, p. 42). Ao observar as estatísticas de forma geral, sem nenhum aprofundamento nas mesmas, já fica evidente que o maior derramamento de sangue no país se dá através das vidas negras e isso não é uma coincidência ou fatalidade: é o racismo estrutural, uma rede sofisticada e muito emaranhada, que tem como estrutura uma longa linhagem de condições diárias, geracionais e complexas que contribuem para a estagnação social e desoportunização para e entre os negros.

Um exemplo disso está na vinda dos imigrantes europeus para o Brasil na era pós-escravidão, momento no qual estes “tiveram acesso a trabalho remunerado, e muitos deles inclusive receberam terras do Estado brasileiro — o que não deixa de ser uma ação afirmativa. Se hoje a maioria de seus descendentes desfruta de uma realidade confortável, é graças a essa ajuda inicial” (Ribeiro, 2018, p. 48). Não houve esse tipo de ação afirmativa para a população ex-escravizada, que seguiu sem amparo estatal e às margens da sociedade. Além da experiência obviamente trágica da escravidão, os negros não se viram libertos quando essa “chegou ao fim”. O fim nunca chegou de fato e se arrasta até os dias de hoje, nos quais essa realidade às margens é ora negada e ora mascarada, muitas vezes com achismos e ideologias rasas que tentam invalidar os estudos, estatísticas e pesquisas feitas na área (Ribeiro, 2018). E assim, a não oportunização e reparação histórica pelos abusos e exploração sofridos, reafirmaram e recolocaram os corpos negros em um lugar periférico, de pobreza e esquecimento.

Essa estruturação que ao mesmo tempo é sutil e também avassaladora, repercutiu e repercutiu não apenas na forma que os negros se distribuem pelo espaço, mas também na maneira que são vistos, os lugares que conseguem chegar e as posições que alcançam. Pensemos que: de um lado, os brancos europeus ganham terras e “em contrapartida, para a população negra não se criou mecanismos de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa herança escravocrata” (Ribeiro, 2018, p. 48). Homens e mulheres negros seguem colhendo os frutos da era da escravidão e estruturalmente, acessam com mais dificuldade e com menos qualidade – ou

nem mesmo isso – os serviços educacionais, culturais, de saúde, transporte, moradia, alimentação, empregos e muitos outros. Como já apontado, esse cenário vai trazer a esses indivíduos/ grupo certa especificidade de comportamentos e perspectivas sobre a política, o mundo, as coisas e a sociedade. Ainda que individuais, compartilham todos da opressão do racismo e classismo; se outras camadas se adicionam (gênero, identidade sexual, religião, etc) de certo que ainda mais diversificadas serão as experiências e ressignificações que se farão presentes na conjuntura desses seres.

Muitas das opressões sob as quais estes sujeitos estão submetidos podem até não serem percebidas pelos mesmos, uma vez que estão inseridas e reproduzidas em suas rotinas de forma tão natural, que reconhecê-las ou romper com as mesmas exige um grande esforço. As violências se manifestam a todo o momento. Pode-se haver quem pense que “ser racista é somente matar, destratar com gravidade uma pessoa negra. Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele” (Ribeiro, 2018, p. 25). Conclui-se-se então, que a reprodução do racismo pode se dar de muitas maneiras que não exatamente comunem em um fim violento ou embate direto. E há um grande perigo nessa construção sistêmica de “pequenas violências”, que despercebidamente vai contribuindo para a formação racista dos indivíduos, dos grupos e da sociedade, dificultando a identificação da fonte principal e da ruptura com a mesma, demandando um trabalho árduo e complexo para conseguir fazer com que os outros mudem e desconstruam a si mesmos.

Seguindo por esse viés, para além dos contextos e estatísticas citados, há ainda um meio muito expressivo e de grande alcance global no qual a opressão racista e também sexista consegue muito espaço: os canais midiáticos. Estamos cercados por eles e por sua influência a todo o momento, ainda que não nos atentemos a isso. Através do rádio, TV, internet, revistas, redes sociais e etc., somos bombardeados com informações e opiniões que podem ser captados de forma a se reproduzirem em nossas percepções e rotinas. Isso contribui diretamente para a formação das nossas identidades, preferências, ideias e ações – como já discursado linhas acima. Um exemplo dessa influência é o termo “mulata”, que foi muito bem aceito na sociedade brasileira:

A palavra, de origem espanhola, vem de “mula” ou “mulo”: aquilo que é híbrido, originário do cruzamento entre espécies. Mulas são animais nascidos da reprodução

de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas. Em outra acepção, são resultado da cópula do animal considerado nobre (equus caballus) com o animal dito de segunda classe (equus africanus asinus).

Sendo assim, trata-se de uma palavra pejorativa para indicar mestiçagem, impureza, mistura imprópria, que não deveria existir. Empregado desde o período colonial, o termo era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho. Tal nomenclatura tem cunho machista e racista, e foi transferida à personagem Globeleza. A adjetivação “mulata” é uma memória triste dos mais de três séculos de escravidão negra no Brasil. (Ribeiro, 2018, p. 66)

Sem crítica, análise ou conhecimento da sua história e epistemologia, a palavra foi largamente difundida e valorada positivamente ao mesmo tempo em que evocava - e evoca - uma homenagem triste, desrespeitosa e violenta do nosso passado. E dessa maneira, internamente e também externamente, a mídia romantiza, sensualiza e “glamouriza” a imagem da mulher preta em nosso país, inculcando na formação destas perante os outros e também dos outros perante estas. E há um problema muito sério nisso, já que “esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, que são vistas como lascivas, “fáceis”, indignas de respeito” (Ribeiro, 2018, p. 78). Consoante ao já discursado, “pesquisas realizadas em Portugal apontam que os imigrantes brasileiros são percebidos pelos portugueses como exóticos, associados ao samba, ao futebol, à sexualidade e à mestiçagem” (Beleli in: Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa (Barcelona), 2010. pág. 122). O poder da mídia enquanto disseminadora de opiniões e comportamentos, se mostra incontestável.

Ainda nesse tópico, é relevante apontar o Atlas da Violência produzido pelo IPEA em 2020, que informa que no ano de 2018, 68% das 4.819 mulheres que foram assassinadas naquele ano, eram negras. Mais de 2/3 da amostra tinha uma coisa em comum: a sua cor; isso diz algo. O estudo também levanta que a taxa de mortalidade por homicídios das não negras rondava os 2,8% para cada 100 mil mortes enquanto as negras tinham uma parcela de 5,2% - praticamente o dobro. A situação é agravada em alguns estados do nordeste do país, como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba nos quais essas taxas de mortes foram quase três vezes maiores dentre as negras; no caso do estado do Alagoas, foi detectada a maior diferença do país, já que os números de homicídios de negras eram sete vezes maiores do que aqueles

verificados entre as não negras. Diante disso, ressalta-se que aqui a pretensão é a de mostrar que os números são preocupantes para o espectro da violência de gênero de forma geral, porém é estatisticamente comprovado o peso do espectro da cor nesse sentido.

Esses números apontam não somente para a realidade das mulheres negras em nosso país como também dizem muito a respeito de como a interseccionalidade é um elemento fundamental para entender a forma como o racismo estrutural funciona e também nos conecta diretamente com os tempos de escravidão - que se mostram ainda não superados. As pessoas negras geralmente são as mais pobres – os negros estão entre os 75% mais pobres do país enquanto os brancos estão entre os 70% mais ricos segundo estudo do IBGE de 2019 -, o que vai ter impacto direto na qualidade de vida, educação, saúde, alimentação e serviços que essas consomem. O grau de instrução delas também vai ser mais baixo – o contingente de pessoas analfabetas entre os pretos e pardos é três vezes maior do que aquele verificado entre pessoas brancas (IBGE, 2019) –, o que dificulta a mobilidade social e lhes sentencia a terem os empregos mais precários e mal remunerados por norma. Sendo uma mulher, que para além de lidar com a pobreza e o classismo precisa também conviver com as violências de gênero e sexismo, fica fácil assumirmos que as negras vão viver em uma dimensão muito particular de transgressões e negações.

Como exposto, essas são as que mais morrem por homicídio no Brasil e isso tem a ver com uma série de fatores relacionados à pobreza e educação. Por vezes essas mulheres são mal remuneradas (já aqui foi dito que estas ganham em média 70% a menos que as não brancas), o que significa que seus recursos de sobrevivência são por vezes limitados; se estas tiverem um parceiro com o qual dividem a casa, comumente terão alguma relação de dependência para com este, que pode usar isso para violentá-las em alguma via; ainda que ocupando os mesmos cargos, os homens podem receber salários que são mais do que 30% superiores do que aqueles recebidos pelas mulheres (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020). Se considerarmos estes dados, facilmente compreenderemos como e porque as mulheres mais pobres – e negras – facilmente estabelecem uma relação de dependência com seus parceiros, o que ajuda a justificar o porquê destas permanecerem em relacionamentos infelizes e até mesmo violentos: sobrevivência, coerção e manipulação. Não à toa o tema da solidão da mulher negra tem crescido nas discussões acadêmicas ao problematizar a forma como esse sistema de exclusão e invisibilidade prejudicam a autoestima, formação e emancipação destas sujeitas.

Na literatura, obras brasileiras como *Iracema* (1865) de José de Alencar e *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gylberto Freyre, romantizam a mestiçagem entre os colonizadores e colonizados, forjando o nascimento da nação sobre uma perspectiva colorida e leve, na qual a sensualidade das mulheres (indígenas e negras) é exaltada através desse disfarce violento que coopera na criação de estereótipos que por sua vez, acabam por estabelecer e indicar papéis sociais àquelas que detêm esse fenótipo. Tal perspectiva põe essas sujeitas sob um foco de sexualidade exarcebada e desqualifica-as enquanto seres complexos que possuem outras características e qualidades que nada têm a ver com o corpo delas. hooks (1995) sobre isso diz que “para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (p. 469). Essa afirmação vai totalmente de encontro com a produção literária aqui já citada e suas reverberações refletem diretamente na maneira como vão se construindo as identidades negras (sobretudo femininas). A isso, foi escrito que:

O Brasil é o país da cordialidade violenta, em que homens brancos se sentem autorizados a aviltar uma mulher negra e depois dizer que foi só brincadeira, ou se esconder na pecha de que carioca é desbocado. O país que foi o último do mundo a abolir a escravidão e no qual a população negra é acusada de violenta se denuncia o racismo. O país onde todos adoram samba e Carnaval, mas onde se mata mais negros no mundo. O brasileiro não é cordial. O brasileiro é racista. (Ribeiro, 2018, p. 80)

A autora Ribeiro (2018) também concorda com hooks ao afirmar que as mulheres negras “no imaginário coletivo brasileiro, propaga-se a imagem de que são “lascivas”, “fáceis” e “naturalmente sensuais”. Essa ideia serve, inclusive, para justificar abusos: mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país” (Ribeiro, 2018, p. 38). Os números brasileiros de 2017 apresentados pelo relatório “A cor da violência: uma análise dos homicídios e violência sexual na última década” produzido pela Rede de Observatórios da Segurança, corroboram essa realidade de gênero violenta: 73% dos casos de violência sexual no país foram cometidos contra mulheres negras; as brancas são vítimas em cerca de 13% dos casos. Esses dados tratam da dimensão visível da violência de gênero e cor e também servem de indicativo para a dimensão invisível da temática da solidão da mulher negra. Seja em suas vidas adultas ou ainda crianças, no mercado de trabalho ou em seus lares,

nos seus relacionamentos ou espaços de convivência e lazer, estas são constantemente colocadas contra o que são, o que abre espaço para a autoreflexão e [auto]crítica acerca de suas existências.

Esse processo de reconhecimento e formação, contínuo e peculiar de ser mulher negra é iniciado antes mesmo que estas se deem conta dele e é perpetuado ao longo de toda a vida delas, de diferentes formas, em diferentes contextos e proveniente de multifacetados atores. A escola, anteriormente aqui apresentada como a instituição da educação formal, é um dos meios pelo qual o caráter e personalidade dos indivíduos vão ser moldados; a socialização nesse espaço é não somente transformadora como também permite que seja aprendido e descoberto mais de si mesmo e de como é visto pelos outros. É uma dupla relação: produção e reprodução de comportamentos e ideias que se ecoam na sociedade em todas as suas facetas. A já referenciada filósofa Djamila Ribeiro (2019) partilha uma experiência pessoal relativa a isso ao escrever que:

DESDE CEDO, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente — o que quer dizer não branca — passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. Como diz a pesquisadora Joice Berth: “Não me descobri negra, fui acusada de sê-la”. (p. 12)

A partir desse relato, corrobora-se então que a formação da identidade negra se dá de formas por vezes violentas e em um contexto de estranhamento que pouco tem similaridades com o que ocorre para a sociedade branca, seja ela masculina ou feminina. É inegável, pela bibliografia até aqui apresentada, que as particularidades de exclusão conferidas a esse grupo movem ações, pensamentos, crenças e etc., para um lugar que não é comum aos homens e mulheres brancas. E em certa medida também não para os homens negros. As experiências e situações pelas quais as mulheres negras são submetidas e se submetem, são fruto da interseccionalidade da tríade classe, cor e gênero; os corpos femininos negros crescem

majoritariamente em contextos de pobreza e não acesso a direitos básicos como educação, saúde e saneamento básico (classe), sofrem discriminação – e tudo mais que isso pode significar/ alavancar - pela cor da pele (cor) e são moldados/ estimulados a darem uma resposta ao modelo patriarcal da sociedade, coordenados por uma série de expectativas, estereótipos e enclaves machistas, misóginos e sexistas (género).

Se separadamente essas esferas têm pesos e medidas cruciais para a socialização, é de se presumir e afirmar que seja significativo o impacto destas na formação das mulheres. Para a compreensão holística desse processo formativo, se fez indispensável um olhar integrador e abdicado de noções simplistas ou reducionistas porque “pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis” (Ribeiro, 2018, p. 82). Esse é o convite que esse escrito se esforça em todo o tempo para fazer – e ao qual espera-se que o leitor vá aceitar.

CAPÍTULO III. FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DE MULHERES NEGRAS

Neste capítulo, através das experiências e opiniões ouvidas nas entrevistas biográficas, serão partilhadas as perspectivas das participantes acerca dos mais variados temas e situações que viveram ou que percebem em suas existências sob a ótica da interseccionalidade de gênero, cor e classe. A partir disso será possível encontrar referências e aproximações com os dados e estudos apresentados na bibliografia e utilizados para análise e crítica.

1. Perfil das entrevistadas

Antes de se iniciar os relatos das entrevistadas, propõe-se aqui uma breve introdução acerca de quem estas são para que o leitor visualize melhor as mulheres e realidades contidas nas páginas a seguir, a fim de o aproximar um pouco mais destas e também da autora. Com duas das envolvidas há o vínculo sanguíneo; com a terceira, o de amizade que se estende por mais de 15 anos. Essa síntese tem o propósito de auxiliar na compreensão acerca das participantes e de seus respectivos olhares sob[re] as dimensões de cor, gênero e classe sob a qual estas se encontram, são formadas e também formam opiniões, ações e comportamentos em diversos períodos específicos e também ao longo da vida. A forma como estas entendem o mundo e os sistemas de exclusão, guia a leitura para um caminho no qual as escalas micro (indivíduo) e macro (sociedade geral) se conectam e nos permite adentrar em estruturas de sociabilidade e experienciação muito únicas e ao mesmo tempo semelhantes.

Ana Cristina – o início desse relacionamento se deu na escola no ano de 2004, o que no Brasil chamava-se de 5ª série (atualmente 6º ano). A idade média da turma era em torno de 10/11 anos e a autora acabava de se mudar para aquele bairro. A presença da Ana, suporte e amizade significaram imenso naquela altura de transição multidimensional da vida. Ana tem 27 anos, cursa psicologia e trabalha no setor administrativo da mesma universidade na qual estuda. Houve entre ambas as partes - investigadora e investigada – um afastamento depois do período escolar, seguido de uma recente aproximação nos últimos anos. Apesar da distância, era crucial convidar a Ana para este momento, visto o grande impacto na adolescência e também vida escolar desta que vos escreve.

Maria Rosa (ou Dona Rosa, como é popularmente conhecida) - é avó da investigadora e por esta responsável desde os seus 3 meses de vida. Desde os 6/7 anos de idade –a casa

onde a família toda morava, ficou sendo dividida apenas entre as duas, o que tornou o laço estreito e único. Rosa tem 63 anos, é divorciada, mãe de 5 filhos e empregada doméstica desde os 11. Nem é preciso delongar a explicar a importância que essa mulher tem no processo formativo da autora: ela foi e é o começo de tudo e também a razão pela qual esse tema foi escolhido para a dissertação.

Cristiana (todos a chamam de “Tina”) – é filha da Dona Rosa e foi por muito tempo responsável por “tomar conta” da sobrinha enquanto a avó trabalhava ou lidava com as obrigações de casa. Ela atualmente tem 40 anos, dois filhos, está casada, faz um curso de especialização na área de Logística e se encontra fora do mercado de trabalho. A Tina é uma figura importante; ela era o referencial feminino mais próximo na jornada da investigadora para além da avó. Foi a primeira dentre os “filhos de dona Rosa” a concluir o ensino médio – aqui em Portugal conhecido como secundário – e além disso, teve formação técnica em contabilidade. Assim se consagrando um modelo de independência e ousadia para uma criança sem referenciais paterno e materno.

Abaixo, insere-se um quadro de resumo sobre o perfil das participantes do ensaio e suas conexões com a autora, para que fique mais dinâmica e fácil a percepção de todos aqueles que esse trabalho lerem:

TABELA 1 – PERFIL DAS CONVIDADAS PARA A PESQUISA

Participante	Relação com a autora	Idade e estado civil	Escolaridade e ocupação profissional	Vida familiar
Ana Cristina	Amiga dos tempos da escola (há cerca de 17 anos)	27 anos, casada	Estudante de psicologia e auxiliar administrativa	Reside atualmente com o namorado, não possui filhos
Cristiana (Tina)	Tia/ babá na infância da autora	40 anos, casada	Técnica em contabilidade e estudante de logística, atualmente não inserida no mercado de trabalho	Reside com o marido, tem dois filhos (17 e 8 anos) de outros relacionamentos
Maria Rosa (Dona Rosa)	Avó/ mantenedora e referência mais próxima	63 anos, divorciada	Ensino básico incompleto, empregada doméstica na mesma casa há mais de 25 anos	Reside só, os filhos já são adultos e têm suas casas em localidades distintas

O perfil diverso das convidadas evoca singularidade e multiplicidade, ao mesmo passo que realça a proximidade que estas têm – ainda que em contato não tão direto como no caso da Ana Cristina, única que não pertence à família da investigadora – em suas trajetórias, lutas e enclaves travados pela existência de suas corporeidades negras, femininas e periféricas. Passada essa fase de apresentações gerais, segue-se para as temáticas inspiradas nas conversas com as interlocutoras. Alguns trechos foram ligeiramente adaptados para facilitar a compreensão do leitor. Após a partilha dessas conversas, uma intervenção da autora será feita com o objetivo de relacionar os tópicos expostos com as temáticas relativas a pesquisa.

2. Experiências de racismo marcantes

Nesse bloco, através das vivências individuais, será possível fazer uma viagem ao passado das entrevistadas a momentos ou fatos que marcaram suas jornadas e as fizeram perceber que a condição de mulher negra lhes conferia um lugar distinto na sociedade. Os momentos da vida aos quais as entrevistadas foram levadas a revisitar e ressignificar, marcam pontos-chave de reflexão acerca de suas vivências e simbolizam pontos emblemáticos nos seus processos formativos e de socialização. Isso porque “na e pela narrativa, o sujeito executa um trabalho de configuração e interpretação – de dar forma e sentido – da experiência vivida” (Delory-Momberger, 2016, p. 141). Esse exercício constitui um ponto crucial da já trabalhada formação experiencial: o de dar significado ao que se viveu e pensar isso na perspectiva da vida e da prática do indivíduo.

Partindo disso e levando em consideração a temática deste escrito, é impossível que não se fale acerca das experiências com o racismo que as envolvidas viveram, tal como a maneira com a qual estas reagiram na altura e como analisam a situação hoje ou de que forma isso influenciou e influencia nas pessoas que elas são. Isso porque “as relações de classes explicam, ao mesmo tempo, os modos de consumo, as identidades coletivas e individuais (os *habitus*) e a própria vida política parece estruturada por conflitos de classes e pelas orientações culturais que eles determinam” (Dubet, 2001, p. 7). O que formou e forma essas mulheres enquanto indivíduos, é o que também forma as mesmas enquanto coletivos. E essas esferas, como já debatido, têm em comum um mal múltiplo: desigualdade(s).

Maria Rosa relata um pouco da violência de cor que viveu ainda na infância. Por serem filhos de diferentes casamentos, ela e os irmãos não tinham/ têm a mesma tonalidade

de pele – ela é a mais escura de todos. E isso acarretou em alguns episódios de tristeza e sofrimento:

“Aí quando eu era criança, eu sofria. Aí então se a minha irmã me apresentava como irmã, a pessoa falava “nossa, mas nada a ver com você”. Aí eu sofria, eu chorava por aquilo. Mas com o tempo, eu fui aprendendo a conviver com isso. Então quando a pessoa falava: “nada a ver com cê”, “não parece que é sua irmã” pela cor da pele, eu não sofria mais. Talvez dos 8 até os 12 anos que eu vivi isso muito com a Maria minha irmã [...]”

Os ataques eram constantes e Rosa era repetidamente colocada em comparação aos seus irmãos. Na falta de uma acolhida por parte dos outros, a mesma encontrou na resignação e afastamento social, uma resposta para lidar com a dor.

“Por exemplo, ela [Maria, a irmã] me levava pro trabalho dela. Aí a empregada - não a patroa, eu vivi essa situação com a moça que trabalhava na casa – ela levou um susto quando a Maria falou que eu era a irmã dela. Aí eu fiquei muito chateada. Então eu sofri muito com isso uns bons anos, né? A Maria em particular não tinha esse preconceito, ela me acolheu a vida inteira a Maria me acolheu, desde bebê. Mas com as outras [irmãs] eu me sentia um pouco incomodada com a situação, tanto é que eu nem convivia muito com eles, eu tentava ficar longe pra eu não ter que ouvir esse tipo de coisa, né? Mas com o tempo eu aprendi a administrar isso aí não me fazia mais mal não.”

Cristiana também partilha um momento marcante em sua trajetória na qual foi hostilizada por outros estudantes na escola nova:

“Eu senti preconceito na escola. No ensino médio eu era a única negra do colégio, um colégio bem conceituado e eu lembro das brincadeiras dos outros adolescentes falando quando eu passava no corredor... Aí a brincadeira era: “ela só é gente quando alguém bate na porta do banheiro e ela responde lá de dentro: “tem gente”

porque fora isto”... Isso marcou muito, eu tinha 15 anos. Eu não esqueço dessa brincadeira sem graça.”

Se voltarmos um pouco antes nesse texto (entre as páginas 63 e 64) encontraremos um enxerto no qual a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2019) relata também um episódio de racismo sofrido pela mesma na escola. Comparando aos relatos de Cristiana e Maria Rosa acima detalhados, há-se a confirmação do anteriormente discutido acerca da formação das mulheres negras. Ainda que em situações individuais e temporais distintas, há um similar elemento que caracteriza e assemelha estas experiências: o racismo. Isso para dizer que o problema é de fato estrutural e atemporal, atingindo diferentes gerações de famílias, homens e mulheres negras na história da humanidade.

Falando especificamente do caso da Cristiana, a escola, longe de ser o único espaço de formação, é também um importantíssimo marco na trajetória social. Sua estabilidade de normas, atores e espaço são propiciadoras de situações e laços que podem se estender por um longo período da vida daqueles que por ela passam – sobretudo os alunos. Como todo núcleo social, nas escolas se constroem redes de afeto e solidariedade como também desafetos e hostilidades que se instauram frente às diferentes configurações e pessoas que ali estão. Os relatos de bullying no período escolar, como largamente vistos nas mídias ou até mesmo em nosso cotidiano particular, são comuns e com frequência se relacionam a diversos componentes da vida dos estudantes; fatores sociais, familiares, escolares e individuais podem ter grande peso para a ocorrência da prática do bullying (Musito, Estévez, Giménez & Veiga, 2011).

Para além dessa experiência na adolescência, Cristiana no papel de mãe também sofreu exclusão. O agravante aqui é que ela passou por isso na presença dos filhos, o que só fez aumentar o desconforto.

“Ah, eu passei uma situação também que um ano da minha vida eu resolvi passar o natal num hotel e foi eu e os meus filhos e quando nós entramos na piscina as pessoas que estavam dentro da piscina saíram de dentro. Só ficou eu e os meus filhos lá dentro. Foi muito engraçado. Era um hotel chique, Ramada que chamava o hotel, lá em Lagoa Santa. Aí na hora que a gente entrou os meninos olharam pra nós - as crianças -, os pais tavam na beirada da piscina. Eles:

“vamo, vamo, vamo! Vamo sair todo mundo, vamo sair todo mundo.” Foi bem explícito, bem mesmo. Foi escancarado... saiu todo mundo da área da piscina, só ficou eu, o Pedro e a Ana.”

Quando questionada se acredita que isso se deveu ao seu tom de pele, a mesma confirma de forma veemente:

“Com certeza! Com certeza! Porque eles eram muito brancos né? Tinha aparência de nem ser brasileiro, porque eram brancos dos olhos bem claros. Até o meu filho que nessa época tinha 12 anos ele percebeu. Foi bem explícito.”

A partir deste relato, o já dito anteriormente no presente escrito ganha ainda mais força: a formação negra se dá desde cedo, em qualquer idade que seja, bem antes sequer que as crianças possam perceber ou assimilar pelo que estão passando. Aqui uma criança de 12 anos foi colocada numa situação de marginalização com sua família, sem qualquer motivo. Cristiana ainda partilha mais uma experiência com o filho, que na altura tinha seis anos:

“E outro caso também foi o dia que eu levei o Pedro no clube, lá em Ravena e ele entrou na piscina e eu fiquei do lado de fora. E na hora que eu gritei ele pra ele tomar cuidado, as próprias crianças falaram: “uai, ela que é sua mãe?”. Elas me olharam assim bem assim, muito diferente, né? Por causa da cor, né? Foi muito engraçado esse dia, eu danei a rir. “Uai, mas é ela? É ela que é sua mãe?”. E ficou as duas me olhando assim “uai, que esquisita essa mulher”.”

Essa situação pela qual uma criança negra passou, uma [criança] branca dificilmente pensa sobre, já que esse lugar de desconforto e confronto não são pertencentes a elas. Elas não necessitam passar por isso porque sua cor está, infelizmente, em um lugar de privilégio relativo às outras. Esse tipo de violência vai forjando diferentes tipos de personalidade e percepções acerca do mundo, coisas e pessoas, uma que “a experiência depende das oportunidades registradas ao longo do percurso de vida e daquilo que cada um fez com as suas vivências” (Cavaco, 2009b, p. 225). Ao vivenciar essas situações seja consigo ou com terceiros, as crianças podem a vir desenvolver em seus processos de aprendizagem,

comportamentos “de resposta” ao racismo; seja pelo estranhamento, ignorância, enfrentamento ou tristeza – entre outros – ser colocado em situações assim difilmente será tratado como sendo algo irrelevante. Tanto no caso de Maria como no caso de Cristiana que apontou que seu filho percebeu quando foram “deixados para trás”, uma coisa fica explícita: o racismo pode vir a acontecer e ecoar nos mais diversos momentos da vida, marcando a trajetória do indivíduo e ressignificando seu olhar e prática dentro da sociedade.

Aqui volta-se a indicar a potencialidade contida no racismo estrutural. Ele ocupa inúmeros espaços, se apresenta de variadas maneiras e afeta a vida dos negros – e também não negros – de forma que por vezes o reproduzimos sem perceber, aceitamos sem o problematizar e o negamos por não termos em nós a construção crítica necessária para tratá-lo como problema. Ainda que por vezes seja percebida que a situação vai mal, os mecanismos para ir contra ela frequentemente demandam investimento de tempo e trabalho muito extensos, o que dificulta as mudanças e também o reconhecimento da necessidade delas.

3. Cor e sociedade: consequências individuais e sociais de experiências de racismo

Nessa seção será exposto de que maneira essas mulheres veem a questão da cor diariamente e em como isso afeta suas vivências, socialização e trocas. Como o racismo segue sendo uma realidade, as entrevistadas não puderam deixar de apontar episódios relativos a ele. Mais do que isso, o que o racismo faz e a forma como ele molda a população negra e o olhar desta sobre ela mesma; esse problema tem se feito presente desde os tempos coloniais e ainda se mantém vivo.

Maria, devido – sobretudo – ao que fora passado na infância, se sente insegura no contato social com brancos, o que faz com que a mesma prefira o distanciamento destes sempre que possível. Apesar de afirmar superação, a mesma encontra ainda dificuldades para socialização interracial:

“Eu superei assim, da pessoa falar, fazer algum comentário sobre cor de pele, diferença de pele e eu ficava sofrendo e chorando. Aí eu tô te falando no sentido que eu aprendi a administrar isso, só que eu não gosto realmente, eu não gosto de envolver com eles. Aí se tem muita gente de cor branca eu me sinto incomodada. Nem precisa de

ninguém me ofender; mas eu me sinto um pouco reservada, entendeu? Mas eu acho que isso é coisa, trauma de infância talvez, né? Pela época que eu passei por isso, aí eu acho que eu não sou bem-vinda quando tem pessoas de pele branca e vou chegar só eu preta lá no meio. Isso me incomoda um pouco às vezes. Então eu tento evitar esse convívio. Se eu puder evitar, eu evito. Não gosto de ficar junto.”

Aqui cabe ressaltar esse olhar que Maria tem sobre elas e “eles”. Ela se enxerga as pessoas brancas como um grupo a se evitar independente de onde ela esteja. Nessa lógica de “eu” e os “outros”, percebe-se que para ela há um mundo ao qual ela pertence e pode estar e também há um mundo proibido, uma esfera de poder e superioridade que não é para ela. Aliás, se ela tentar ali se misturar, vai passar por olhares de estranhamento, decepções, exclusões e julgamento. O lugar dos brancos, não é lugar para ela/ dela. A presença dos brancos se torna um convite para que ela se retire, nem mesmo pense em adentrar. Estar perto deles significa perturbar a sua paz e ser colocada diante de muitos medos e traumas da infância. E isso é tão complexo e cruel de se pensar. Quantos lugares ela já não entrou por serem “brancos demais”? Quantos olhares ela já não recebeu por se destacar em determinados nichos?

De forma muito diluída/ natural, variadas restrições vão sendo postas a população negra. A formação experiencial de Maria acabou por criar mecanismos específicos de comportamento e ação frente às tensões e estranhamentos vividos por ela: ao ser colocada diante de situações que possam fazer com que a mesma passe por constrangimentos semelhantes aos vivenciados na infância, esta cria mecanismos de defesa para inibir essa ação. Internamente há “[...] uma articulação e um ajustamento recíproco entre as vivências do passado e do presente que permitem ao indivíduo elaborar esquemas de intervenção e construir um todo coerente com as suas experiências de vida [...]” (Cavaco, 2009b, p. 225). As experiências do passado quando colocadas nessa perspectiva de assimilação e significação, caracterizam o processo de formação experiencial e dão sentido ao passado, presente e futuro; afetando dessa forma a maneira de se ver e se posicionar no mundo como visto que ocorreu com Maria. O processo de solidão da mulher negra se dá de várias formas e aqui se observa uma delas: o olhar preconizado sobre si mesma ao imaginar o que os outros

pensam sobre ela, causando um afastamento em relação aos outros e também com sua própria identidade ao “escondê-la” dos demais.

Ana Cristina, em sua rotina universitária, apesar de não se sentir coagida a se afastar do meio como Maria, consegue enxergar muitas segregações, o que deixa explícito para a mesma como funciona a acessibilidade negra aos espaços de educação que se vê como diferente em meio aquilo tudo:

“É igual na faculdade, hoje que eu tento contato, eu posso falar em relação a experiência própria. Se vê poucas universitárias pretas. Se vê poucos professores negros, pouquíssimos! Eu tô no sétimo período, tem 3 anos e meio que eu tô na faculdade. Desses 3 anos e meio, eu tive 1 professor negro. Um professor negro! Mesmo assim ele foi demitido. E hoje eu não sei, acho que eu não tenho mais. Acho que todos os meus professores são brancos. Da minha sala, de negro, acho que é eu e mais uma ou duas pessoas. Então assim, pode-se contar nos dedos. Essa questão de cota racial nas universidades, se não fosse as cotas, talvez o número seria muito menor do que isso né. Então assim, é nítido, nítido. [...] Eu nunca senti essa questão de ser mal tratada nem nada, mas só de eu estar ali naquele meio e eu ser diferente, a gente já sente, sabe? Por exemplo, eu tô na minha sala que de negro só tem eu e mais uma pessoa a gente sente que não pertence àquilo ali, sabe?”

A mesma ainda conta acerca de sua percepção na universidade enquanto também trabalhadora nesse espaço:

“Por eu trabalhar na faculdade, tem três polos, três campos. E eu vou nos 3 campos quando é necessário. E dos 3, a cantina é a mesma: as funcionárias são todas negras. Não tem uma funcionária branca, não tem. E dá pra contar nos dedos os funcionários negros, entre professores, coordenadores de curso.”

A fala de Ana reforça a dificuldade das pessoas negras alcançarem graus mais elevados de educação e também onde se dá a ocupação destas no mercado de trabalho: em

posições do setor terciário, em funções que não exigem muita especialização técnica. Esse tópico, discutido anteriormente na presente pesquisa, tem relação direta com a herança escravocrata brasileira e a pobreza do acesso destes à educação de qualidade. Negros além de ganhar em média 42,5% menos do que os brancos, ocupam menos de 30% dos cargos de gerência – mesmo estes representando a maioria da população (quase 56%) (IBGE, 2018). Nas universidades, os professores negros ocupam 15,8% das folhas de pagamento de acordo com os números de 2019 publicados pelo Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mesmo com a existência das cotas raciais para concursos públicos, estes sujeitos só representarão metade do corpo docente universitário brasileiro por volta do ano 2038 (Metrópolis, 2020). Estes dados sintetizam a problemática presente na eficiência da tentativa de reparação histórica no país.

Seguindo essa linha de raciocínio, aponta-se dados de 2019, ano no qual existiam mais de 8,6 milhões de pessoas matriculadas no ensino superior no Brasil; entretanto, apenas pouco mais de 7% desse montante (613 mil) se declararam negras (Inep, 2019). As políticas afirmativas de acesso a educação superior (FIES, ProUni, entre outras) não conseguem por si só dar conta de um problema tão profundamente estruturado como esse no país. Ainda assim, é inegável a relevância dessas iniciativas que entre 2010 e 2019 colaboraram para o aumento de quase 400% dos negros na universidade segundo o IBGE. Infelizmente, os negros ainda possuem menores graus de especialização no mercado de trabalho e executam funções de menor valorização e com salários mais baixos. Mencionou-se anteriormente também, que estes representam um número de analfabetos 3 vezes maiores que os brancos (IBGE, 2019). Essa realidade reproduz e cria condições de pobreza e estagnação social que perpetuam as raízes da escravidão e da subjugação branca.

Dona Rosa vê a dominação da branquitude em seu espaço de trabalho (a mesma é doméstica em um dos bairros mais nobres de Belo Horizonte) ao perceber que não há pessoas negras habitando o prédio. Os únicos negros ali são ela e um dos porteiros; no mais, todos os outros são brancos e todo o bairro é branco. Ao contrário do que acontece na periferia aonde a mesma reside: massiva parte da população é negra. Cristina exemplifica isso de forma bem didática:

“[...] hoje a gente pode falar até mesmo em classe social, né? Em questão do lugar que você mora. Você vê uma pessoa branca, você

não vai associar que ela mora em uma comunidade. Você vê uma pessoa negra, cê vai logo imaginar que ela é de periferia, que ela é de comunidade. “Cê” não vai imaginar que ela mora em um bairro nobre.”

Tina apercebe-se dessa situação interseccional – classe, gênero e cor – e aponta para sua forma de ver o ciclo vicioso que envolve a realidade negra ao discorrer sobre a conexão existente com o mercado de trabalho e a lógica capitalista de produção que rege todo o resto da organização da sociedade:

“Porque nós somos barrados em todos os quesitos né? A gente não tem facilidade em nenhuma área. Não é fácil ser negro em momento nenhum da vida da gente. É tudo a base da luta travada mesmo. A gente não consegue dizer: “Ah vamo, isso aqui é fácil pro negro”. Não, não é fácil, tudo pra nós é muito mais difícil, em todos os sentidos. Porque a gente já começa nisso, a gente já ganha mal, a gente vive dos benefícios do governo. A gente consegue romper as barreiras, você consegue entrar numa faculdade porque o governo te dá uma cota. É muito loucura isso. E aí você vai trabalhar e ganha menos e aí você não consegue investir melhor nos seus filhos, nos seus filhos que são negros também. Então cê não consegue pagar uma faculdade, cê não consegue pagar uma escola particular, a criança já vai crescendo como nós mesmos, né? Com as dificuldades da vida financeira. Chega a oportunidade da faculdade, se eles não têm um desempenho bacana, eles são barrados. Por isso que isso vai passando de geração em geração, né? A gente começa assim, de geração em geração. A dificuldade que é a família negra romper né? É muito difícil... Deus me livre!”

Ao levantar as questões de um pobre acesso à educação e a ineficácia do suporte governamental, Cristiana leva-nos a outra parte do texto, na qual com referência a Dubet (2001), há a constatação de que o Estado vive para servir ao capital e não ao contrário. O círculo de pobreza e exclusão não acaba quando o Estado-providência “dá” algo para o povo – como as já citadas cotas ou ainda subsídios para assiduidade escolar ou para o gás e

alimentação. O povo resiste somente mais um dia, e assim adiante, para estudar em escolas inferiores e com sorte atingir o mencionado ensino universitário, geralmente em cursos não tão lucrativos (negros são menos que 30% dos frequentadores de cursos conceituados como medicina, design gráfico e odontologia (IBGE, 2019); e esses sujeitos terão no máximo a chance de uma carreira assalariada para tentar, assim como Cristiana expressa, melhorar a vida dos que vierem depois de si. Mas a melhoria pode levar gerações, ou até mesmo nem acontecer. Um estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 2018 atesta isso ao afirmar que no caso brasileiro, seriam necessárias 9 gerações para que a faixa dos 10% mais pobres chegassem ao estrato de classe média.

O supracitado estudo vai adiante ao perguntar os participantes acerca da mobilidade social e enriquecimento: 6 entre 10 afirmam não acreditar que somente esforço seja preciso para que uma pessoa em situação de pobreza atinja condições de vida confortáveis. Em contrapartida, os números mostram que apenas 7% dos filhos de pais ricos tenderiam a piorar de vida. Com tais dados, a fala de Cristiana fica tristemente endossada. Nem é preciso dizer quem são os mais pobres no Brasil (e até mesmo no mundo), não é? Mas o façamos mesmo assim. Os números da população pobre no Brasil rondam acerca dos 25% e dos extremamente pobres, por volta de 7%. Mais de 70% dos que estão abaixo da linha da pobreza são declarados pardos ou negros. Um agravante se dá no caso das mulheres negras e pardas: ainda que representando menos de 1/3 da população total, elas são o grupo mais numeroso entre os pobres e extremamente pobres, atingindo uma porcentagem aproximada de 40% em ambos os casos (IBGE, 2018). Fatores já citados como deficiente acesso a educação e trabalhos precários justificam parte do problema. Os apoios governamentais por si só não o corrigem por completo – apesar de ajudarem em algum grau. O problema é estrutural, e as ações afirmativas não dão conta de saná-lo por completo.

Contudo, volta-se a dizer que ainda que tais políticas não resolvam o problema, a necessidade que estas existam é incontestável. Sem a sua implementação, a população negra estaria em um lugar de desvantagem e não oportunidade ainda maior; aqui coloca-se a crítica a elas mas obviamente compreendendo que estas estão circunscritas dentro da ótica do estruturalismo do racismo, o que dificulta sua qualidade de ação. Se a sociedade compreendesse melhor a dimensão do problema e se conscientizasse sobre, ao mesmo passo que os governos trabalhassem mais em prol da legislação e regulamentação para fomentar oportunidades e combater as desigualdades e práticas racistas, talvez o êxito seria maior. Em

prol disso, menciona Ribeiro (2019) que “é necessário conhecer a história deste país para entender por que certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas devem existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta com a população negra” (p. 48).

Continuando os relatos relativos à cor da pele, Tina ainda aponta para outro fator muito presente na rotina dos pretos: o colorismo. Diferentes tons de preto resultam em diferentes tratamentos sociais:

“É, mas uma coisa engraçada é que o racismo ele vai diminuindo um pouco a força na medida do tom da pele. Quer dizer, o Pedro Henrique [filho de CR] é negro, porém um tom um pouco mais claro que o meu. Então pra ele é um pouco menos pesado. Não é que não existe [racismo]. Existe. Mas é mais suave, vamos falar assim, do que uma pessoa da minha cor e de tom mais escuro que o meu vive. [...] É muito complicado, é muito complicado, é muito complicado. Só Jesus pra ajudar nós.”

Partindo disso, destaca-se que essa imagem do negro “mais claro” relaciona-se com a mestiçagem destes, que em sua gênese vai se conectar com as relações de poder e abuso dos brancos/ senhores para com as negras/ mulheres escravizadas. A mestiçagem é uma temática muito romantizada e exaltada no imaginário, literatura e mídia brasileiros como já falado anteriormente no tópico “Feminismo [negro]”. O negro retinto (com tom de pele mais escura) não tem nada a ver com o branco, e por isso sua aceitação e integração social se dão em caminhos bem diferentes daqueles que são mais claros que ele. E esse processo de “não reconhecimento” ou estranhamento vai ser percebido entre todos os estratos raciais, já que “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (Ribeiro, 2019). Por isso não é incomum dizer que os negros também reproduzem racismo; seja abertamente ou de forma sutil ou inconsciente, nosso meio nos forma para desenvolver tendências para tal. E romper com essa formação é reformular os saberes, práticas, moral e crenças que temos em nós, o que simboliza um extenso esforço.

Cristiana segue sua narrativa com uma experiência recente na qual foi silenciada no ambiente de trabalho por “tentar fazer o certo” e relaciona tal resposta a sua cor:

“Trabalhei numa última empresa que me marcou muito. Era uma empresa de cristãs - minha coordenadora também era uma negra - e elas roubavam dessa empresa prejudicando as crianças – que era um orfanato - e quando eu fui expor isso pra minha chefe maior, eu fui demitida. E a cozinheira que roubava, que era uma mulher branca, ela continuou no cargo. Ela não foi nem advertida. Esse eu acho que foi um dos maiores exemplos do racismo né? Eu como negra fui delatar um roubo, comprovado, bem comprovado, eu fui demitida da empresa e a cozinheira branca conitnuou no cargo. Então é chocante. Assustador. Eu acho que a experiência que mais machucou de toda minha vida foi essa. Porque é uma sensação de impotência tão grande né? O branco tando errado, ele tem uma oportunidade. O negro se quiser expressar o erro do branco, ele é banido. Essa história aí acho que isso foi o que mais me desanimou na vida profissional. Bem desanimada. Deus me livre.”

Ainda em outro relato, Tina conta também de uma experiência passada em um processo seletivo para um emprego:

“E outra coisa foi quando eu fui fazer uma entrevista de emprego que a empresa me ligou e falou que queria muito me contratar porque meu currículo era muito bom e quando eu cheguei lá a entrevistadora perguntou assim se era eu mesmo “Você é a dona do currículo? Você é a Cristiana?”. Respondi: “Sou eu”. E ela falou que a vaga tinha sido preenchida.”

Situações como essas, reforçam o imaginário branco acerca das negras e suas capacidades intelectuais e competências, mesmo estas sendo comprovadamente apresentadas por meio de currículos, diplomas, cartas de recomendação, testes e etc. Isso nos remete ao que Hooks (1995) diz ao afirmar que comumente as negras eram vistas como corpos sem mentes. Ainda que aqui haja a referência ao período escravagista, as assimilações com o presente são possíveis de serem feitas. Já se mencionou que as mulheres negras ganham salários inferiores num comparativo com as mulheres brancas (-42%), os homens brancos (-57%) e os homens negros (-14%) (IBGE, 2019). Essa realidade se relaciona a sexualização

dos corpos negros, a valorização do padrão de beleza branco e ao estigma que o negro enfrenta nos seus processos diários de socialização e integração na sociedade; tudo isso nos conduz a um problema: racismo estrutural. Condizente a isso, Ana exemplifica o seguinte:

“Se vê tanto em emprego, quando cê vai buscar um emprego, pode ser que eu negra, tenha uma formação, tenha uma especialização, seja trilíngue, mas tem uma branca na concorrência, pode ser que ela fale uma língua só, tenha apenas uma graduação, não tenha especialização nem nada, mas a aparência dela vai contar, vai falar mais alto.[...] Então assim, isso aí é escancarado. É escancarado que tem sim essa questão racial no nosso meio, a mulher branca é sempre mais valorizada que a mulher negra disparado, em todas as questões, em todos os quesitos.”

Quando os dados aqui apresentados juntamente com as falas das participantes são analisados sob a lógica da pesquisa, somos levados a refletir sobre os processos de formação, seleção e exclusão que estas sujeitas passaram e ainda passam em suas rotinas. Quando estas foram convidadas a falar acerca das suas vivências e experiências, os episódios relativos a cor foram aparecendo de forma muito natural porque é assim que estas vivem em sociedade diariamente. Elas são capazes de reconhecer e nomear os espaços, dispositivos e atores de exclusão e reconhecem a dificuldade de integração das mesmas – e de outras pessoas negras – ao aparelho social existente. Essa constatação se faz importante para percebermos que o racismo é um problema real e que se estende pela formação ao longo da vida dos indivíduos; ainda que por vezes não se nomeie o problema assim, a bibliografia apresentada e as vozes aqui ecoadas, corroboram que é exatamente dessa forma que o devemos chamar. As narrativas pessoais se mostraram muito válidas para pensar na problemática social através da formação experiencial das participantes, corroborando a opção pelo uso de narrativas e entrevistas biográficas para a presente pesquisa.

4. Gênero e cor de pele – o peso do corpo que habitam

Aqui nesse bloco acompanha-se as agressões e limitações atribuídas ao gênero na vida das entrevistadas. Constantemente se perceberá que as interfaces de gênero e cor são apresentadas em conjunto. Isso é fruto da extensamente aqui trabalhada

“interseccionalidade”, que abrange as mulheres negras e com muita dificuldade se fragmenta quando estas estão em posição de exclusão ou [auto]análise.

Maria não sente que sua trajetória foi afetada negativamente pelo seu gênero. Com um discurso muito pautado na “superação”, esta compreende que não há nada que ela não possa fazer ou que impeça outras pessoas de serem o que querem – sobretudo as negras:

“[...] eu acho aí que é muito de cada um né? Uma pessoa que vocês falam “Ah, você é preta, você é pobre, é favelada” e a pessoa aceita isso como resposta “ah eu não posso fazer nada porque eu sou negra. Eu sou pobre, então eu não posso.” Mas eu acho que a mulher que tem sabedoria, ela enfrenta isso de frente e consegue. Eu acredito que seja assim. A pessoa que acha, mas se você tem certeza que é capaz, você tenta. E consegue. Né isso?! E é assim que eu defino assim... Porque uma mulher pode ter um cargo bem alto quanto uma loira, dos olhos azuis [...] e eu acho que é por aí.”

Tina partilha uma perspectiva diferente, e aponta para os caminhos que a fazem pensar assim:

“Eu já arrumei emprego que eu fiz a entrevista e o salário era um, mas quando eu comecei a trabalhar e chegou o final do mês a empresa justificou que ela tava passando por um aperto financeiro e diminuiu o meu salário em quase 40%. Era uma vaga mista, quando eu fui fazer a entrevista eu vi que tinha mulheres e homens. Então eu acho que juntou o fato de ser negra, com o fato de mulher e isso aconteceu. E pra nós mulheres é uma batalha diária. Igual hoje eu faço curso técnico também pra conseguir abrir uma outra porta pra eu poder pagar a minha faculdade, e eu vi que eu faço curso técnico de logística e quando chega as vagas pra gente que tá se candidatando, é exclusiva pra homem. Então assim, também é uma area que eles dão prioridade pra homens então a gente está sendo prejudicada. Então mulheres, nós somos prejudicadas o tempo interiro. Então é um agravante por ser mulher e negra. Aí o negócio fica mais apertado ainda.”

Anteriormente, Maria havia reconhecido que passou por situações relativas à sua cor que afetaram e afetam sua vida; nesse ponto do texto, a mesma expressa a crença de que esse elemento não é impeditivo para que as pessoas – inclusive ela mesma – conquistem o que desejam. Cristiana, sua filha, discorda veemente. Pode ser isso explicado pela não percepção ou reconhecimento do racismo; já foi apresentado aqui (no capítulo II, tópico 3) que a estruturação do preconceito está tão bem emaranhada e subscrita na sociedade que por vezes ele parece ser invisível, inexistente e assim “as pessoas agem de modo discriminatório, por vezes, sem nem se dar conta. Este tipo de discriminação estrutural, por fazer parte da construção histórica do país, está tão arraigada que, na maioria dos espaços, se apresenta como a regra” (Xavier, 2021, p. 5). O discurso de Maria – baseado em sua experiência de vida, criação, educação e perspectivas – vai de encontro a como essa regra que está posta na sociedade é vista. Para ela, os problemas e dificuldades são naturais e não significam impeditivos exatamente porque superá-los é uma possibilidade e por isso deve-se fazê-lo assim. Os dados apresentados, entretanto, não parecem refletir essa “capacidade de superação” dentro a comunidade negra como regra.

Ana Cristina, apesar de não sentir que em sua vida passou por situações que culminaram na sua marginalização ou tratamento diferenciado por sua condição de mulher negra, reconhece elementos que frisam a discrepância entre mulheres negras e homens e mulheres brancas de forma geral.

“Que seja homem ou que seja mulher, sofre esse preconceito. Mas a mulher um pouco mais eu acredito que seja pela questão histórica, Luana. Que a gente sabe que antigamente a mulher, a mulher negra que era a escrava, ela só servia pra amamentar porque os seios da mulher branca, não poderia estragar, não poderia ter alteração, teria que permanecer daquele jeito. Ela teria que cuidar do filho, ela teria que deitar com os seus senhores porque a mulher branca que era a esposa talvez estivesse indisposta naquele dia mas o homem queria. Então a mulher negra, a escrava, elas tinham que deitar para satisfazer os seus patrões, né? Então é algo muito pesado, muito pesado. A gente não via mulheres brancas como escravas, então assim, eu acredito que seja por essa questão histórica de que a mulher sempre foi vista como um ser pra servir, principalmente o

homem, né? E a questão intelectual que a gente demorou um tempo pra poder chegar na educação, na qualificação. Então eu acredito que seja por essa questão que ainda é muito real na atualidade. Tem muita coisa que ainda é velada.”

Pela parte da entrevistada há uma contextualização histórica que nos leva a época da escravidão para endossar sua compreensão acerca da exploração da mulher negra. A posição de inferioridade desta figura se dava pela via óbvia da cor – enquanto escrava – e pelo gênero – que também afetava as mulheres brancas – o que acarretava numa dupla exclusão que conduzia as mesmas para um lugar social nada confortável – questão da classe. Davis (1981) aponta para essas distinções da mulher negra em relação às mulheres brancas, aos homens brancos e até aos homens negros. Sua situação [mulher negra] no mundo era e é única, o que lhe confere uma série de violências e limitações que nenhum outro grupo social experiêcia em tamanha complexidade. Cristina para além dessa partilha histórica, fala dos dias de hoje também, a respeito de como a precária visão acerca do feminino influencia numa função tão básica e cotidiana como dirigir:

“Sempre uma “barberagem” que acontece no trânsito, tem que ser mulher. Às vezes nem viu ainda se é, mas tem que ser mulher. Falta de paciência com a mulher, né? Então assim, eu particularmente mesmo, nem tenho mais paciência pra dirigir, principalmente em BH. Quando a gente viaja, se é pra pegar uma estrada, aí é diferente. Agora trânsito mesmo... Porque a mulher sempre sai prejudicada, né? Sempre é a criticada por ser mulher. “A mulher tem que tá pilotando é fogão”, quem nunca escutou uma coisa dessas, né? Então eu acho que em relação a isso a gente fica mais prejudicada também.”

Além do incômodo vivido no trânsito, Ana dialoga acerca das transgressões que sofreu e sofre pelo seu corpo, um problema nada novo para as mulheres. O corpo feminino é um “atrativo” para situações desconfortáveis e de assédio:

“[...] a partir do momento que a gente é até mesmo desrespeitada na rua, em relação a um tipo de assédio, já é um fato de você estar sendo prejudicada por ser mulher. Porque a gente não vê, eu

particularmente não vejo, a quantidade de mulheres que vamos se dizer, que causa assédio a homens do mesmo jeito que os homens nos assediam. Então assim, desde muito nova eu sempre fui mais desenvolvida, eu sempre tive um corpo mais de mulher, eu nunca tive corpo de criança. Então desde nova eu já sentia essa questão do assédio. A gente às vezes tenta não enxergar dessa forma, mas depois quando a gente para pra pensar, a gente vê “não poxa, foi um assédio sim”. E se tivesse sido ao contrário, também seria. Mas a gente vê que a quantidade é bem maior quando se é para a mulher, entendeu?”.

Percebe-se aqui novamente, indo de encontro com o que vem sendo tratado em todo esse escrito, que desde muito cedo as mulheres são sujeitas a vivenciarem quadros de assédio que não são comuns aos homens. Este tipo de violência tem relação com o estereótipo acerca dos corpos negros, sexualizados desde a época da escravidão e ainda condicionados a essa marginalização nos dias atuais. A violência, discriminação e assédio são uma realidade para as mulheres negras; por mais que mulheres brancas também sejam assediadas, os números e bibliografia mostrados, já dizem qual grupo é violentado em maior grau/ frequência. Esse quadro nos ajuda a compreender também melhor a situação da solidão da mulher negra, previamente introduzida no trabalho. Esses inúmeros lugares de desvalorização, dominação e opressão, acabam por contribuir para o fortalecimento de um perfil de mulher que se sente invisível, sem voz e [auto]estima. Enquanto isso, socialmente a beleza branca simboliza pureza, castidade, perfeição, tal como era nos tempos coloniais a imagem da dona de casa burguesa.

Afirma-se isso porque “histórica e culturalmente, as características fenotípicas da mulher negra são relacionadas a padrões negativos e expressões racistas como “cabelo ruim”, “cabelo bombril”, “nariz de batata”, “beijo de nego” são naturalizadas e aceitas em diálogos de maneira habitual” (Xavier, 2021, p. 17). Para além dessa dimensão pejorativa de suas características individuais, há também de ser citados os seus relacionamentos de sexo e afeto, que “são atravessados por princípios racistas construídos socialmente e, por isso, as mulheres negras são costumeiramente preteridas” (Xavier, 2021, p. 17). Conclui-se assim que a sobreposição das dimensões de cor e gênero culmina em uma série de construções sociais políticas e culturais que tendem a colocar essas sujeitas em lugar de desvantagem e

subjugação constantes. Apesar de o escrito ter um recorte nos casos brasileiros evidente, ao pensarmos na escala global, será facilmente percebido que micro e macro tem mais semelhanças do que diferenças e que a história das negras no mundo tem um padrão complexo de socialização e exclusão.

5. As experiências como meios de [trans]formação

Nesse ponto do texto tentar-se-à, a partir das falas das entrevistadas, apresentar o que as mesmas extraíram de suas realidades/ lutas para aplicação no dia-a-dia. Também cabe aqui expressar os caminhos que essas veem diariamente para adaptação e vida em sociedade. Afinal, o processo formativo tem como importante etapa o exercício de avaliação e perspectiva acerca do vivido e de seu significado no passado, presente e futuro. Porque “para realizar aprendizagens a partir da experiência é necessário atribuir sentido às experiências, ou seja, reflectir e tornar conscientes as experiências de vida, só nesse sentido é que se pode falar de formação experiencial” (Cavaco, 2016, p. 956).

Ana Cristina em sua experiência na academia aponta para um possível comportamento estimulado pelo choque de mundos para alunas negras em uma universidade predominada por brancos:

“É algo tão exorbitante que se a pessoa não tiver a sua origem, os seus princípios realmente impostos, ela muda de uma tal forma pra querer encaixar naquele padrão, pra querer ser aceita. Porque assim, é como se fosse um peixe fora d’água, entendeu? É seu sonho? É seu sonho, mas a realidade é tão cruel que você acaba perdendo suas raízes pra poder se encaixar dentro daquele mundo, sabe?”

O fato dessas mulheres negras se sentirem diferentes fisicamente de grande parte dos colegas que as rodeiam, se torna um motivador para que as mesmas enveredem por outras vias a fim de se assimilarem ao meio e encontrarem na reprodução dos comportamentos locais uma maneira de diminuir a lacuna existente. Esse processo pode lhes custar a identidade, porém é também visto como a possibilidade de serem mais facilmente aceitas e quistas.

Cristiana, com seu extenso histórico de exclusão, tenta fazer da dor uma motivação para seguir e impactar a vida de outras crianças e jovens. Aliás, esse é o motivo pela área de estudo por ela eleita:

“Então eu optei por estudar pedagogia porque eu acho que é uma profissão que abraça mais e por alguns motivos pessoais eu quis também formar nessa área já focada na pós de psicopedagogia pra conscientizar mesmo, pra ajudar as crianças, focada mesmo nas crianças negras. Pra passar um pouco dessa experiência, da dificuldade que é pra nós ingressar no mercado de trabalho. Então o foco de fazer a psicopedagogia é ser esse espelho de superação, focada nas crianças negras e pardas porque não é fácil. Essa sou eu.”

Essa decisão veio devido a uma experiência com o filho, Pedro, atualmente com 17 anos:

“Na verdade surgiu quando eu percebi que o meu filho tinha dificuldade de aprendizado e eu ia nas escolas expressar isso porque eu quando ensinava pra ele o para casa eu via que ele não aprendia e que não era preguiça, era dificuldade de aprendizado mesmo; nisso, um sentimento de culpa, porque como trabalhava muito, de 8 às 18, eu chegava em casa já muito cansada e sem paciência pra poder tá ensinando. Mas ao longo do tempo quando eu fui vendo que a dificuldade dele era outra, que talvez ele tinha alguma deficiência mais específica e aí escola falava comigo que era preguiça, eu vi que ele perdeu chances na vida e por ele ser um menino pardo sem estudo que ele podia repetir de ano. Eu vejo que o mercado de trabalho não absorve ele e aí eu comecei a perceber que eu tava correndo o sério risco de perder o meu filho pro “mundo mais fácil”. Ele queria ser funkeiro e eu sei que funkeiro, que MC, que nessa área envolve muita droga, muita coisa errada. Aí eu comecei a pesquisar uma forma que eu podia ajudar ele e descobri que a psicopedagogia me dá esse suporte. E aí eu quis não só pra ajudar ele agora mas pra ajudar

outras crianças a não ingressar nesse caminho. Por negligência mesmo e por falta de visão da escola enxergar a dificuldade das crianças nessa área.”

A família é o maior motivador para Cristiana continuar resistindo, mesmo enxergando inúmeras dificuldades:

“Todo dia tem ali a luta pra provar meu lugar né? O meu lugar de matriarca, de mulher negra, também dentro da família. Eles me veem muito como uma guerreira, né? A minha filha me vê como uma guerreira, o meu filho também. E é isso que eu tento passar pra eles, que se a gente abaixar a cabeça, a gente tá lascado. Então que a gente tem que tá sempre correndo atrás, tem que tá sempre se movimentando porque pra nós infelizmente tudo é um pouquinho mais difícil, não tem nada fácil. Eles veem a luta diária que é.”

Dona Rosa, um pouco diferente de sua filha Tina, vê a questão de forma mais prática, simplificada. Para a mesma, as oportunidades se conquistam para aqueles que as buscam, e as questões relativas a gênero, cor ou classe, não são de relevância para tal:

“Então é por isso que eu tô te falando que se a pessoa perseverar, Luana, ela consegue. Independente de cor, sei lá. Se você parar agora e falar “ah, eu não vou conseguir porque eu sou preta”, “ah, eu não vou conseguir porque eu venho de família pobre,” aí cê não vai conseguir nada nunca. Então cê tem que atropelar esse problema aí, passar por cima dele e ir em frente. É isso que eu acho. Aí quando eu cito sempre a sua tia Cristiana, é ela. A vida inteira a Cristiana foi isso aí ó. Ela sempre fica diminuída. Por quê? Isso não existe não.”

Cristiana aponta uma justificativa para que os discursos de ambas – mãe e filha - sejam tão diferentes:

“Uma coisa muito legal que eu vejo nisso tudo, que cê vai fazer entrevista com sua avó, sua avó, ela sente preconceito porque ela é assim né?, ela sente o preconceito. Mas ela não viveu isso porque a

família que ela trabalha abraçou ela e ela faz parte da família. Então durante 8 horas do dia da vida dela, que se resume em passar a outra metade dormindo dentro da casa dela, do casulo, [risos] ela vive nessa família que ela “é da família”. Então ela não sente, ela sabe...? A família dos brancos, dos zói verde, adotou ela então ela não sente esse preconceito não. Ela fica horrorizada em saber que isso existe né? Mas isso eu acho que é legal porque preservou ela de muito sofrimento, vou falar assim né? E a gente que é ousado, sei lá se é essa a palavra, a gente paga um alto preço. É isso aí.”

Na comparação das falas de mãe e filha, Maria Rosa e Cristiana, encontramos constantemente perspectivas diferentes acerca do gênero, cor e classe. Longe de ser algo negativo, essa contraposição de ideais exprime bem o caráter fluído da experiência; mesmo tendo o mesmo sangue e partilhado muitas experiências em conjunto, a leitura que cada uma faz do mundo tem muitos pontos divergentes. Essa é a beleza do caráter da experiência e da formação experiencial: todos os processos são únicos e individuais. As mulheres que aqui falaram, possuem formações, realidades e experiências diferentes. Isso não torna nenhuma vivência menos valiosa ou errada; pelo contrário, enriquece o exposto. Também é importante ressaltar que todas são de gerações diferentes, com 63 (Rosa), 40 (Tina) e 27 (Ana) anos de idade cada uma, o que por si só fomenta um enorme plano de fundo para divergências: as coisas podem mudar muito rápido de uma geração para a outra.

A intenção em trazer diversificadas pessoas a contarem de si, é mostrar que mesmo diferentes, temos aspectos que nos unem e caracterizam e fortalecem como grupo – nesse caso, mulheres negras. A justificativa está na crença de que “quando as mulheres de cor procuram aprender umas com as outras e sobre as outras, assumem a responsabilidade de construir a Sororidade” (hooks, 2019, p. 47). A luta pelas mulheres negras não invalida ou diminui outras lutas como a do racismo ou feminismo; muito pelo contrário, a emancipação para ser real, deve elevar consigo todo o grupo e isso inclui as mulheres negras e não negras. Se essas não conseguem “escalar”, o movimento falha enquanto ideologia. Por isso ao falar de feminismo negro, se fala também da luta contra as múltiplas desigualdades citadas por Dubet (2001); dos paradigmas do sistema capitalista afrontados por Marx, Engels, entre outros; da democratização e humanização da educação tão largamente pregada por Freire;

do poderio negro contido em Davis, Hooks, Ribeiro, Evaristo e etc; e também das possibilidades de ser mulher e livre como propõem Beauvoir, Scott e Butler.

6. O feminismo enquanto prática e ideologia possível para mudanças

Em um dado momento das narrativas, as participantes foram convidadas a partilhar o que sabiam sobre o feminismo e de que forma elas enxergavam o movimento e também a sua relação com o mesmo. A intenção da indagação era a de compreender se o movimento era algo conhecido por elas ou até mesmo algo do qual elas se sentiam parte. Muitas das informações contidas na introdução e no enquadramento teórico acerca do tema foram confirmadas e confrontadas com a crítica existente através do partilhado pelas entrevistadas.

Maria Rosa faz uma síntese do movimento ao dizer que nele *“as mulheres lutam pra conseguir o mesmo direito de um homem”*. Em seguida ela questiona se sua resposta está correta, já que não tem a certeza que ela é suficiente; estimulada ao expor o que sabe sem se preocupar com o “correto”, a mesma complementa: *“uai, eu entendo assim né? Pra ter um bom emprego, ter o mesmo direito que um homem tem. Eu acredito que seja assim”*. Ana Cristina se posiciona de forma semelhante, dizendo que:

“Pra mim é um movimento de mulheres que buscam a igualdade né? Acima de tudo o respeito de outras pessoas, no caso seja de homens ou até mesmo de outras mulheres e que busca o mesmo né? Essa questão da igualdade, em relação a tarefas, profissão, igualdade salarial, que a gente vê que é absurdamente diferente. Então através desse movimento, vem buscando essa igualdade de gênero.”

A compreensão de Tina sobre o tema e suas reverberações na sociedade, reforça o que foi falado pelas outras participantes e traz um novo componente para análise:

“Eu acho que o feminismo é um movimento que gerou uma certa independência, que gera né, uma certa independência na vida das mulheres. Eu acho que o feminismo é para nós as negras muito importante porque ele defende ali os nossos direitos né? e prioriza as conquistas que as mulheres podem ter.”

Para ambas, como observado, o feminismo trata dos direitos e liberdade feminina, o que presume que existe um descompasso relativo à realidade masculina; nos números mostrados e nas histórias já contadas nesse escrito encontramos embasamento para essas reflexões. Cristiana ainda traz a problemática da cor para destacar a importância do movimento, o que aponta a interseccionalidade existente na perspectiva da mesma. Aqui retornamos para o já lido acerca desse tema e reforça-se então que “o feminismo encarado como um movimento que visa o fim da opressão sexista chama a nossa atenção para os sistemas de domínio e para a inter-relação entre a opressão de sexo, raça e classe” (hooks, 2019, p.25). Apesar de inicialmente não se mostrar preocupado em agir nessa dimensão, o movimento entende hoje que essa é a única maneira de atingir a emancipação que se deseja.

As falas das participantes mostram que mesmo em diferentes graus de formação acadêmica, idades e interações sociais, todas possuem alguma informação sobre as teorias e práticas feministas. Tal é relevante para que se tenha alguma ideia do que é divulgado e compreendido do mesmo por elas e também sobre de que forma elas descobrem essas informações, o que pode ter impacto direto em suas leituras. Sobre isso, Ana Cristina partilha que:

Então, sim, nos últimos dias, nos últimos anos na verdade, é uma pauta que vem sendo traga em qualquer lugar que a gente vá. Seja em uma reunião, seja em rede social, seja no trabalho, seja na faculdade, é um assunto que é mais pautado hoje em dia, justamente por essa questão da igualdade, da liberdade entre as mulheres né? Eu não sou ativista do feminismo e eu não sigo, sabe? Eu não sigo as questões, as pautas que tem dentro do feminismo. Mas eu busco entender né? Tem coisas que eu não concordo, mas que eu respeito. Até mesmo porque é uma pauta super importante né? Por todo o contexto histórico... Mas assim, é o básico mesmo que eu fico por dentro e mais em relação às redes sociais que a gente acompanha muita coisa, alguns fatos, alguns casos. Mas eu não busco a fundo as informações a respeito não.

Esse relato tem vários pontos; para além das fontes de divulgação e acesso para aprender mais sobre o feminismo, a entrevistada também revela que apesar de compreender a

sua importância, não se vê dentro do mesmo. Isso pode nos dizer acerca da forma como as informações acerca chegam a mesma já que “os meios de comunicação patriarcais ou criticam o feminismo ou dizem ao público que é um movimento desnecessário, morto” (hooks, 1984, p .X). Ela diz, quando convidada a se aprofundar nas coisas que a incomodam dentro do movimento, que:

“Olha, eu não lembro de algum ponto específico, mas de alguns movimentos que fazem que atacavam o outro lado de forma absurda, agressiva ou expondo demais, sabe? Aí isso eu já não acho legal. Eu não lembro de um fato em específico , mas já vi muitos extremos, né? Muitas mulheres extremas, se comportando dessa forma que aí eu já não acho que dá visibilidade, acho que gera uma abertura pra crítica, pra julgamento e que não acaba sendo o foco que é o de buscar a igualdade.”

Discursamos anteriormente sobre os processos de formação experiencial e de que forma eles se manifestam naturalmente na rotina dos indivíduos; a partir disso, compreende-se que os meios midiáticos também são agentes formadores [de opiniões] dos indivíduos. Fica também registrado que como ocorre em todo movimento político, há também no feminismo uma composição ímpar de agentes e opiniões, o que pode ocasionar em diferentes percepções e manifestações em prol do mesmo. Foi debatido no segundo capítulo desse escrito, sob o tópico do “Feminismo [negro]” que a história do movimento possui muitas contradições e somente muito recentemente – a partir de meados da segunda metade do século passado – é que se inicia um processo para uma mudança de ação. Processo esse que ainda corre nos nossos dias atuais e que não significa que o problema fora mesmo resolvido tampouco que novos desafios não sejam realidades.

Tina se vê em uma situação semelhante à de Ana Cristina, ao afirmar que não atua dentro do feminismo. Entretanto, essa acredita que de alguma forma age em prol do mesmo:

“Apesar de não participar de movimento nenhum diretamente, eu creio que eu tô aí na batalha, consciente, observando que a dificuldade que nós mulheres negras temos em todas as áreas né? Então quando a gente decide, eu acho que quando a mulher negra ela decide romper as barreiras, indiretamente ela está fazendo esse

ovimento porque as portas estão sempre fechadas. E se a gente não romper as barreiras, acomodar com a porta fechada, eu acho que fica ainda pior. Então quando a gente resolve ir atrás dos sonhos e romper as barreiras que não são fáceis, eu acho que é um movimento individualista, mas é um movimento falando assim que não tem diferença e que a gente é capaz tanto quanto a mulher branca.”

Para a entrevistada os benefícios vivenciados por conta do feminismo são palpáveis em sua realidade e necessários para a sua melhoria de vida como também para de outros, como partilhado linhas acima. Ana apresenta uma opinião diferente a essa de Cristiana ao dizer que não sente que foi influenciada pelo movimento e que não consegue aferir profundamente acerca desse tópico já que não está envolvida com o mesmo para compreendê-lo melhor; entretanto afirma a importância dele e também da peculiaridade do feminismo negro no meio disso:

“Não acompanho diretamente, mas eu sei que é voltado pra mulheres negras especificamente porque tem a questão da desigualdade tanto de gênero quanto racial. Então é um movimento voltado mais pra mulheres negras né? É um feminismo mais de grupos de negras que aí leva toda aquela questão de ancestralidade à tona que é importante, mas realmente eu não sigo muito.”

A participante segue o discurso dissecando sobre as desigualdades sociais e de cor, para além de apontar pontes que ligam esses elementos a outros de cunho cultural e religioso:

“Eu tenho amigas que participam e eu acho que vai além da questão apenas racial. Chega a atingir a questão de classe porque a maioria das mulheres negras são de baixa renda, classe média. Dificilmente vê uma negra no topo, uma negra no poder por essa questão do preconceito. Engloba a questão também de religião, o negro ele é muito associado a religião do candomblé por exemplo e a sociedade tem um certo preconceito né? Eu não sou adepta, eu não conheço as práticas, mas eu sei que a sociedade não tem uma boa aceitação em relação a essa religião. A sociedade na maioria interpreta como algo ruim, né?, sem conhecer.”

Ana ao trazer a camada religiosa, que também é um marco na ancestralidade e formação da cultura negra, aponta outras várias coisas. Depara-se aqui com a intolerância religiosa relativa a práticas comuns da história e da comunidade negra, o que por sua vez, escancara o racismo contido nessa ação. Ademais, ao associar a religião do candomblé a algo negativo, reforça-se a ideia de que aquilo produzido pelo negro é algo ruim, de qualidade nula ou de valor irreal. Isso afeta não apenas a socialização dessa comunidade com as demais – e até dentro de si mesma – como também cria mecanismos de autodepreciação e baixa autoestima, que acabam, por sua vez, em levar esses indivíduos a se afastarem daquilo que faz parte da sua história e identidade e até mesmo a negar sua ligação com tal. Uma trajetória formativa como essa, pode se manifestar como algo extremamente traumático e desafiante, influenciando na leitura identitária dos envolvidos e também na vida, ancestralidade e história de todo o seu coletivo sociocultural.

Esse processo de confronto – assimilação – negação, é extremamente perigoso pois fomenta as práticas de intolerância, violência, preconceito e exclusão, como também contribui para um esquecimento histórico, já que com o passar do tempo se as pessoas não manterem essas práticas vivas, elas serão perdidas no espaço-tempo. Isso porque a memória coletiva é suportada por um grupo que mantém a mesma viva e garante sua permanência mesmo com a passagem do tempo e com as mudanças sociais (Halbwachs, 1999). Exemplo disso podemos encontrar no caso dos milhões de negros escravizados e seus descendentes, que dificilmente conseguirão descobrir um dia sobre seu nome ou lugar de origem. No processo escravista, os negros não tinham mais nome próprio, se não aquele que os relacionavam aos seus senhores; os negros no Brasil possuem nomes como “Costa”, “Gomes”, “Oliveira”, “Silva”, entre outros, que nasceram do colonialismo português e seputaram a herança negra que o país possui.

Assim se faz aqui esse ponto de reflexão aos processos de apagamento e negação dos negros, ainda tão reais em nossa sociedade e que colocam abismos colossais entre as condições destes e dos brancos ao redor do mundo. A partir das análises, bibliografia e entrevistas realizadas, é possível de se afirmar, assim como Dubet (2001) fez, que vivemos em um mundo com muitos mecanismos de desigualdade. Gênero, cor e classe são apenas alguns deles e ao mesmo tempo, talvez, uns dos mais perigosos – sobretudo quando interseccionados como foi proposto de trazer aqui. Apesar de alguns pontos divergentes, os relatos das convidadas do ensaio disseram muito sobre esse tema [interseccionalidade] e são

muito preciosos para se pensar o mesmo sob uma ótica que está para além da teoria – porque tratam de vidas reais –, ao mesmo passo que a sustenta enquanto realidade prática.

No decorrer do texto foram trazidas informações, autores e leituras sobre as problemáticas sociais, sua relação com a estruturação sistêmica político-econômica como também a maneira como isso tudo contribui para os processos formativos das mais diversas comunidades e indivíduos em nossa sociedade (tendo em destaque aqui a causa da mulher negra). Todo esse percurso histórico, teórico, investigativo e observador acaba por corroborar o que ele próprio já acreditava: há a necessidade de uma reestruturação social integral e verdadeira, e esta encontra no feminismo sua possibilidade de realização. Isso porque ele é “uma luta que visa erradicar a ideologia de domínio que se difunde na cultura ocidental a vários níveis, bem como um compromisso de reorganização da sociedade para que o desenvolvimento individual de cada pessoa prevaleça sobre o imperialismo, a expansão econômica e os desejos materialistas” (hooks, 2019, p. 20). Entende-se também que dada a especificidade já apresentada do caso da mulher negra é necessário começar a ação nesse sentido.

Se a população em geral conhecesse um pouco mais do que é o feminismo – para além do filtro das lentes da mídia – acredita-se que seria possível vivermos outra realidade, uma que valorasse as diferenças e lutasse para combater as desigualdades e viabilizar a equiparidade social. Colocar o foco na luta da mulher negra não simboliza favorecer esta em detrimento de outras, e sim dar a esta atenção e ação necessária para tentar dar resposta ao apelo que esse grupo vem fazendo durante a sua existência que infelizmente, como já partilhado e atestado, é marcada por transgressões múltiplas e de longa data. Entende-se que “ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras, seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo” (Ribeiro, 2018, p. 18). A situação da mulher negra emerge como urgente para que seja possível reconstruir a cadeia socioestrutural vigente a fim de possibilitar uma revolução de ideias, corpos e mentes que seja extensível e acessível em todos os estratos e nichos sociais.

CONCLUSÕES

A presente dissertação nasceu de um momento muito específico na vida da autora, no qual esta se viu com uma tangível necessidade de refletir e ressignificar sua jornada pessoal. Enquanto mulher negra, acadêmica, pobre e periférica, as temáticas a serem trabalhadas surgiram de forma muito natural e fluída. No meio disso – ou até mesmo antes – uma figura de destaque foi encontrada para justificar e inspirar o processo investigativo: a avó da autora, Maria Rosa (ou Dona Rosa como todos a chamam). Essa foi a mulher responsável pela criação da autora desde os três meses de vida dela; então ficou meio óbvio que para compreender sua gênese, ela teria de o fazer a partir dessa referência de vida. Com muitas ideias e incômodos uma pergunta então nasceu: o que é ser uma mulher negra? A partir disso, questionamentos como “é uma mulher negra diferente de uma branca?”, “como se aprende a ser mulher negra?”, “como a sociedade trata as mulheres negras?”, entre outros, foram surgindo e evidenciando as possibilidades de pesquisa. Foi percebido que classe, gênero e cor eram mais do que características ou condições e sim agentes que [trans]formavam as pessoas ao passo que também eram agentes de transformação sociopolítica e econômica.

A premissa desde o começo era a de construir algo baseado na experiência que a autora teve em seu relacionamento com a avó e dessa forma, chegou-se ao fim nessa investigação que perpassou por várias temáticas de relevância pessoal e também social. Do ponto de vista teórico, fez-se a necessidade de debruçar acerca da figura da mulher para entender as transformações que esse conceito vem sofrendo no decorrer dos séculos e décadas a fim de esclarecer sobre a figura que seria aqui retratada. Também se entendeu que era urgente fazer uma contextualização crítica, histórica e política do movimento feminista e do movimento feminista negro uma vez que tal passo vai de encontro às problemáticas socioeconômicas identificadas na pesquisa. Para além desses tópicos, o reconhecimento da formação experiencial como componente chave para compreensão das experiências que viriam a ser ouvidas foi uma escolha avaliada como assertiva para caracterizar a pesquisa na via do qualitativismo humanista.

Na perspectiva metodológica e prática, adotou-se o uso de entrevistas de cunho biográfico. Através das narrativas pessoais das três convidadas do ensaio foi possível acessar histórias, memórias e sentimentos muito particulares. Essa escolha se deveu ao fato de que acreditar-se que “as entrevistas narrativas, as narrativas biográficas contribuem para

constituir um conhecimento em situação, uma compreensão do interior das vivências humanas” (Delory-Momberger, 2016, p. 144). Como apontado anteriormente, a história de vida da dona Rosa foi a inspiração para que esse trabalho fosse feito e por isso enxergou-se na escuta de narrativas um caminho para se aproximar das sujeitas e fazer uma pesquisa mais humanizada e próxima da realidade social. Ademais, entendeu-se que “a fala de si pode constituir para o sujeito um vetor de apropriação de sua história e de seu projeto e contribuir dessa forma para uma perspectiva “emancipatória” das pessoas e dos grupos humanos” (Delory-Momberger, 2016, p. 146), dimensão ética esta que endossa a relevância da dimensão social desta pesquisa. O ato de pensar e sistematizar a experiência permitiu que as participantes do ensaio fossem levadas a refletir acerca de suas trajetórias, ações e integração no mundo, o que indicou vários caminhos de reflexão também para a autora.

Quando o indivíduo relata sobre a sua experiência, ele “produz as categorizações que lhe permitem apropriar-se do mundo social e definir nele seu lugar” (Delory-Momberger, 2012, p. 531). E é reconhecendo o seu lugar no mundo que os sujeitos vão criando seus sistemas de crenças, moral, ética e etc. No processo de estímulo, escuta e análise das entrevistas, notou-se que as histórias e vivências trazidas revelavam a maneira como os componentes sociais existentes e seus processos de relação com os mesmos, moldaram os modos de viver e ver o mundo das participantes. Seus relatos, pousados em distintos espaços-tempo, disseram muito sobre as suas subjetividades e ainda acerca do coletivo e do macro socioespacial e político. As entrevistas realizadas complementaram, por numerosas vezes, os dados e informações levantados durante a busca bibliográfica realizada pela autora, o que acaba por qualificar os mesmos sob a ótica da realidade pessoal das envolvidas; isso comprovou que teoria e prática estão em uma triste sintonia de exposição das realidades sociais desiguais existentes na sociedade. Além disso, os discursos ouvidos demonstraram que mesmo tendo perfis e histórias de vida diferentes, as mulheres entrevistadas trazem pontos de encontro relativos à interseccionalidade, reforçando a ideia desta como algo indissociável para a reflexão sobre a experiência negra feminina na sociedade.

Como o público-alvo do estudo foram mulheres negras, aqui debruçou-se sobre as dinâmicas envolvidas na existência delas e constatou-se que as condições nas quais estas vivem, nascem e morrem, se dão de formas distintas a de outros grupos sociais. A intersecção das esferas de classe, gênero e cor, configuram de forma única a maneira como as mulheres negras se comportam, como se espera que elas se comportem e como são vistas e tratadas nos

mais variados domínios, ambientes e condições da vida e da sociedade. A vasta bibliografia apresentada constatou inúmeras vezes que estas são as que mais sofrem com a violência, pobreza, abusos sexuais e precarização no mercado de trabalho. Dentro do feminismo, a existência de “pautas do movimento pelo fim da violência, da opressão de raça, classe e gênero acentuam a necessidade de políticas públicas promotoras dos direitos humanos das mulheres, considerando as individualidades de cada mulher” (Galvão, 2021, p. 6). Por essa necessidade de equiparidade e emancipação, acredita-se que a reflexão e avaliação das experiências vividas e aqui expostas são urgentes para que homens, mulheres e demais identidades de gênero repensem suas práticas no contexto social, político e econômico.

O feminismo é assumido, portanto, como um caminho possível para a emancipação social com e para todos, e não apenas para o público feminino. As mulheres brancas burguesas nos primórdios da agitação feminista foram falhas em defender apenas seus almejos particulares; ao fazer isso, elas negligenciaram os outros grupos de mulheres existentes, como as indígenas, negras, ciganas, entre outras. A reformulação do movimento tem buscado reparar isso ao considerar nas pautas de discussão e ação a existência e importância dos diversos grupos femininos existentes. Mais do que isso, “compreende-se que libertação da classe feminina passa pela libertação da classe trabalhadora como um todo, uma vez que, em libertando-se apenas as mulheres, o sistema capitalista cuidará de precarizar um outro grupo dominado” (Ramos, 2006, p. 36). É necessário unir forças e enfrentar de frente e em conjunto o nosso inimigo em comum, porém sem nos esquecermos de que as disparidades existentes na realidade dos corpos negros ao redor do mundo, frequentemente são mais graves e comuns, exigindo uma ação imediata que ao trabalhar nessa tríade complexa poderá trazer reais mudanças sociais.

A questão das mulheres não pode ser simplificada como “direitos humanos”, visto que tal definição é muito vaga e desconsidera a história feminina mundial fortemente marcada por subjugação, exploração e invisibilidade (Adichie, 2014); a especificidade do gênero por colocar essas indivíduos em vulnerabilidade – econômica, social, política, emocional e etc. – necessita de ser vista como algo particular. Assim também acontece com o racismo que é um sistema de exclusão muito sofisticado e tão bem amarrado, que para reconhecê-lo e combatê-lo são precisos instrumentos muito eficazes e sólidos, o que exige demasiado trabalho para ser feito. Citou-se aqui as políticas públicas como cotas sociais e raciais, bolsas de estudo e financiamentos, mas afere-se que mesmo tais instrumentos não bastam para resolver o

problema ainda que sua importância na melhoria das condições de vida e acesso para alguns seja reconhecida. A interseccionalidade é um mecanismo complexo e multifacetado que exige nossa atenção e ação para romper os conglomerados de violência, exclusão e negação existentes.

Os discursos das entrevistadas se conectam com essa demanda de mudanças e enriqueceu a corrente investigação que vê que a preocupação do movimento precisa estar na transformação estrutural da sociedade e do sistema político-econômico que a rege, se firmando “solidamente no reconhecimento da necessidade de erradicação da base cultural subjacente e das causas do sexismo e de outras formas de opressão dos grupos. Sem a contestação e a mudança destas estruturas filosóficas, nenhuma reforma feminista terá um impacto a longo prazo” (hooks, 2019, pp. 25-26). Para lutar juntos, entretanto, será necessário compreender as urgências contidas nas diversas pautas emancipatórias existentes e estabelecer um diálogo integrador e holístico. Para que qualquer mudança necessária de ser feita na estrutura social como está posta, é necessário haver coesão das classes e grupos minoritários.

Se nem mesmo os homens “têm igualdade numa estrutura de classes capitalista, patriarcal e de supremacia branca, relativamente a que homens querem as mulheres ter igualdade?” (hooks, 2019, p. 14). Por isso, apesar de serem reconhecidas as discrepâncias existentes entre a socialização de mulheres e homens, também se compreende que ambos estão sujeitos a uma mesma estruturação social opressora que para ser combatida precisa ser revista e repensada em conjunto por esses; se os grupos se dividem como já fora feito anteriormente, a tendência é que suas vozes não sejam ouvidas. O feminismo ao fomentar essas discussões na atualidade reconhece que a dualidade homens e mulheres é disfuncional e totalmente prejudicial para a inserção desses na sociedade e seu empoderamento enquanto indivíduos ou grupos. A investigação em todas as suas dimensões comprovou o quão real e urgente essa questão é.

Acredita-se então que a luta feminista é também uma luta de e para toda a sociedade; esse escrito é visto como uma tentativa de luta. Luta contra o silenciamento de vozes negras na sociedade e na academia; luta contra estigmas e simplismos relativos ao racismo e ao feminismo; luta contra uma forma de produção de saber que ao tocar os outros, não toca também àquele que conduz a pesquisa. O processo investigativo aqui partilhado foi

construído em um longo caminho, em uma espécie de embate qualquer a favor do que a autora acredita ser um processo investigativo de caráter humanizado e pessoal que traga a dimensão do real para a academia sem esquecer-se dos laços de afeto e respeito aos sujeitos. Como feito antes – e aqui é pedida licença para a autora falar em primeira pessoa -, convido a você que está lendo isso, independente do seu gênero, idade, nacionalidade, condição econômica e etc., que considere esse escrito uma tentativa de te aproximar da realidade das mulheres negras e também da sociedade em geral, com o intuito de trazer ao seu conhecimento qualquer algo de novo e possivelmente com algum potencial para estimular sua reflexão e ação para causas urgentes que contam com seu apoio para serem transformadas.

Eu fui completamente transformada por essa jornada investigativa. No começo disso tudo eu não tinha ideia do que se seguiria, do tanto que eu aprenderia, sofreria e cresceria. Infelizmente comprovei realidades e dores muito reais da caminhada negra e feminina; por várias vezes me reconhecia nos textos, relatos e partilhas com os quais tive contato. Vi a Luana menina, jovem e mulher em diversos momentos do processo e senti a fraqueza, força e esperança de/em cada uma delas. Essa imersão a qual me propus entrar definitivamente transformou minha vida e me colocou muito mais perto da minha ancestralidade e negritude. Agora eu finalizo esse capítulo da minha história reconhecendo-o como um divisor de águas na [trans]formação da minha identidade. O que foi apresentado aqui consagra a afirmação de quem sou e de tudo que eu acredito. A educação me mostrou um caminho possível e o [auto]conhecimento me fez e faz querer romper com as cadeias de violência e opressão que me cercam a fim de abrir novos caminhos – para mim e para muitos outros (e sobretudo outras) – para poder contar novas e mais felizes histórias. Gratidão a tudo e todos que me permitiram chegar aqui.

Eu realmente espero que você, de onde quer que esteja me lendo, consiga sentir pelo menos um pouquinho do desejo de ser melhor e de mudar que eu estou sentindo agora. Não é exagero nem clichê dizer que você pode fazer coisas que nem imagina que são possíveis, afinal a “educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1967, p. 84). E aí, vamos ali transformar o mundo juntos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adichie, C. N. (2015). *Que sejamos todas feministas*. Companhia das Letras.
- Beauvoir, S. de. (1970a). *O segundo sexo – volume 1* (4ª ed.). Difusão Europeia do Livro. (Edição original publicada em 1949).
- Beauvoir, S. de. (1970b). *O segundo sexo – volume 2* (4ª ed.). Difusão Europeia do Livro. (Edição original publicada em 1949).
- Bragança, I. (2011). Sobre o conceito de formação na abordagem (auto)biográfica. *Educação*, 34(2), 157-164.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/8700/6352/>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira. (Edição original publicada em 1990).
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Educa.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In: Lima, L., Pacheco, J., Esteves, M. & Canário, R (eds), *A Educação em Portugal (1986 – 2006). Alguns contributos de investigação*, (pp. 207-267) Lisboa: Conselho Nacional de Educação
- Cavaco, C. (2009a). *Adultos pouco escolarizados: políticas e práticas de formação*. Educa - Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Cavaco, C. (2009b). Experiência e formação experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais. *Educação Unisinos* 13(3), 220–227. <https://10.4013/edu.2009.133.04>
- Cavaco, C. (2016). Formação experiencial de adultos não escolarizados: saberes e contextos de aprendizagem. *Educação & Realidade*, 41(3), 951-967.
<https://doi.org/10.1590/2175-623653441>

- Cavaco, C. (2020). Investigação biográfica com adultos não escolarizados: A relação investigador-sujeito participante. *Revista Portuguesa de Educação*, 33(2), 261-278. <http://doi.org/10.21814/rpe.19730>
- Coletivo Brasil Catalunya. (2010). *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa Barcelona*. Coletivo Brasil Catalunya. <https://seminariobrasileuropa2010.files.wordpress.com/2011/01/livro-i-semine3a1rio-de-estudos-sobre-imigrac3a7c3a3o-brasileira-na-europa.pdf>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Boitempo. (Edição original publicada em 1981).
- Delory-Momberger, C. (2012). Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, 17(51), 523 – 536. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300002>
- Delory-Momberger, C. (2016). A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, 01(01), 133-147. <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n1.p133-147>
- Dubet, F. (2001). As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, 17. <https://10.1590/S1413-24782001000200002>.
- Fernandes, A. T. (2017). Etnização e racização do processo de exclusão social. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 5. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2594>
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2005). A Questão da educação formal/não-formal. *Sion: Suisse Institut International des Droits de l'enfant-IDE*. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Forma1_Nao_Forma1_2005.pdf
- Galvão, I. (2021). Mapa da violência contra mulheres negras: reflexões sobre racismo e gênero na sociedade brasileira. *Revista de Direito Viçosa*, 13(2), 1-17. <https://doi.org/10.32361/2021130211520>

- Gohn, M. G. (2014). Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Educação*, 1, 35-50.
[https:// http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4](https://http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4)
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Edições Vértice. (Edição original publicada em 1950).
- hooks, b. (1995). Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 464 – 478.
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>
- hooks, b. (2019). *Teoria Feminista: da margem ao centro*. Perspectiva. (Edição original publicada em 1984).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Pnad Contínua*. IBGE
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2019). *Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua*. IPEA.
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Atlas da violência 2020*. IPEA; FBSP.
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2020). *Censo da Educação Superior*. INEP.
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf
- Marchesini, L. (12 de novembro de 2020). Professores negros são 15,8% dos docentes de universidades federais. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/brasil/professores-negros-sao-158-dos-docentes-de-universidades-federais>
- Musitu, G., Estévez, E., Jiménez, T. & Veiga, F. H. (2011). Capítulo 2: Agentes de socialização da violência e vitimização escolar. In: Caldeira, S. N; Veiga, F. H (eds.), *Intervir em situações de indisciplina, violência e conflito*, (pp. 43 – 80). Fim de século – edições, sociedade unipessoal, LDA

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2021). *Educação no Brasil: uma perspectiva internacional*. OCDE.
https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf
- Passeggi, M., Nascimento, G., & Oliveira, R. (2016). As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. *Revista Lusófona de Educação*, (33)33, 111-125.
<https://revistas.ulusofofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5682>
- Pereira, M. do M. (2009). Fazendo gênero na escola: uma análise performativa da negociação do gênero entre jovens. *Ex aequo*, 20, 113-127.
<https://scielo.pt/pdf/aeq/n20/n20a10.pdf>
- Pires, A. L. O. (1999). A aprendizagem experiencial dos adultos. *Formar: Revista dos Formadores*, 27-36, 1999.
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17257/1/A%20aprendizagem%20experien%20cial%20dos%20adultos%20-%20pp.%2027-36.pdf>
- Portocarrero, M. L. (2010). *Conceitos fundamentais de hermenêutica filosófica*. Coimbra.
https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_publicacoes/conceitos_de_hermeneutica
- Ramos, I. Da S. (2006). *Mulheres no terceiro setor da economia: o mito da emancipação feminina*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89357>
- Rede de Observatórios da Segurança (2020). *A cor da violência: uma análise dos homicídios e violência sexual na última década*. Universidade Federal da Bahia (UFBA).
<https://observatorioseguranca.com.br/wp/wp-content/uploads/2021/09/A-cor-da-viole%CC%82ncia-na-Bahia-Uma-ana%CC%81lise-dos-homici%CC%81dios-e-viole%CC%82ncia-sexual-na-u%CC%81ltima-de%CC%81cada-FINAL.pdf>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.

- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras.
- Santos, B. S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. (14ª ed.). Edições Afrontamento. (Edição original publicada em 1987).
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. DHNET. https://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html
- Silva, C. L.L., Araújo, J. N. G., Moreira, M. I. C., & Barros, V. B. (2017). O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. *Psicologia em Revista, 1* (23), 454 – 470. <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/16703>
- Teis, D. T., & Teis, M. A. (2006). *A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa*. UBI (Universidade da Beira Interior). <https://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>
- Vilela, R. A. T., & Noack-Napoles, J. (2011). “Hermenêutica objetiva” e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação. *Linhas Críticas, 16*(31), 305–326. <https://doi.org/10.26512/lc.v16i31.3618>
- Xavier, R. S. (2021). A solidão da mulher negra e os reflexos na dignidade da pessoa humana. *Revista Eletrônica OAB-RJ/ Edição especial “O direito e as Mulheres Negras”*, 1-22. <https://revistaelectronica.oabRJ.org.br/wpcontent/uploads/2021/05/Solid%C3%A3o-da-mulher-negra-e-os-reflexos-na-dignidade-da-pessoa-humana-convertido.pdf>

ANEXO I – GUIÃO PARA A ENTREVISTA BIOGRÁFICA

OBJETIVOS: Esse guião, seccionado em duas partes, pretende coletar algumas impressões das mulheres sobre feminismo, gênero, negritude, exclusão e também sobre seus saberes/viveres de vida.

METODOLOGIA: No primeiro momento, faremos uso da abordagem biográfica usando a narrativa livre para dar liberdade às participantes de falarem de si sem a preocupação de uma resposta padrão ou fechada, ao passo que também ajuda a pesquisadora na sua compreensão sobre a construção individual de cada uma dessas personagens.

No segundo momento, as mulheres serão convidadas para contar um pouco da sua trajetória de vida em geral, seio familiar, educação, relacionamentos, trabalho e etc. Isso tudo para dar maior pessoalidade ao relato e aumentar o leque de reflexão e exploração por parte da pesquisadora. Aqui, as percepções acerca da formação experiencial dessas sujeitas serão colocadas em plano central de análise e consideração.

PARTE 1 – NARRATIVA LIVRE

Agora, gostaria de te convidar a contar sobre sua história de vida. Aonde nasceu, como era sua família, como foram os estudos, seus relacionamentos, trabalhos, desafios que enfrentou, etc. Quero que me conte sobre o que já viveu até então e o que tem aprendido com isso.

(Aqui se cabe fazer pequenas intervenções perguntando por mais detalhes, informações ou impressões sempre que se achar necessário por parte da pesquisadora. Tal processo visa explorar assuntos que talvez não sejam vistos como relevantes ou já acabados pela entrevistada).

(O enunciado dessa questão pode ser “adaptado”, de acordo com o que se perceber ser o melhor para o momento. Pode-se perguntar isso de outra maneira. Entretanto, a essência da inquietação, a busca pela história de vida, se mantém como central e indispensável).

PARTE 2 – PERSPECTIVAS SOBRE FEMINISMO, GÊNERO, NEGRITUDE

1. O que você sabe sobre/ acredita ser o feminismo?
2. Sabe algo sobre o feminismo negro? (Se sim, o quê?)
3. Acha que foi/é de alguma forma influenciada pelo movimento feminista?
4. Considera-se uma mulher feminista? (Por que pensa isso?)
5. Acredita que na sua trajetória de vida alguma vez você foi prejudicada por ser mulher? Poderia partilhar um pouco sobre? A sua vida teria sido muito diferente se fosse homem? Que diferenças?
6. E por ser negra? Sente que já sofreu algum tipo de preconceito ou mau trato pela cor da sua pele? Conte um pouco sobre, por favor.
7. Acha que as mulheres negras sofrem mais/ têm mais dificuldades em suas vidas do que as mulheres brancas? Por que pensa dessa maneira?
8. Sente que teve menos oportunidades na sua vida por ser mulher negra? Por quê?

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA
RECOLHA DE AUDIO DE ENTREVISTA, IMAGENS E OBSERVAÇÕES**



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



**"A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DE MULHERES NEGRAS – CLASSE,
GÊNERO E COR COMO AGENTES [TRANS]FORMADORES"**

Eu abaixo assinado, declaro que aceito participar no trabalho de investigação conduzido por Luana Stephanie Aparecida Gomes Costa, e autorizo o uso e reprodução das gravações de áudio assim como a transcrição das mesmas, observações e análises da autora no âmbito da entrevista realizada com base no estudo "A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DE MULHERES NEGRAS – CLASSE, GÊNERO E COR COMO AGENTES [TRANS]FORMADORES", no âmbito do curso de Mestrado em Educação e Formação – Desenvolvimento Social e Cultural do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Ao participar, também concordo que meu nome, tal como as informações partilhadas na entrevista e o meu vínculo com a investigadora serão expostos na investigação da mesma. O material será destruído logo após a transcrição da entrevista.

A decisão de participação no estudo é voluntária, ficando deste modo salvaguardado o direito à recusa do participante, tanto neste momento como em qualquer outro, ao longo do processo de investigação.

Nome do participante (em maiúsculas):

Nome do Investigador (em maiúsculas):

Assinatura e data
